

revista

ESQUERDA

PETISTA



Dilma 2015-2018

Nem todos os caminhos levam a um segundo mandato superior ao atual

EDIÇÃO #1
MAIO/2014



O axioma das alianças inevitáveis

PÁGs. 6 a 11



Luta feminista e luta de classes

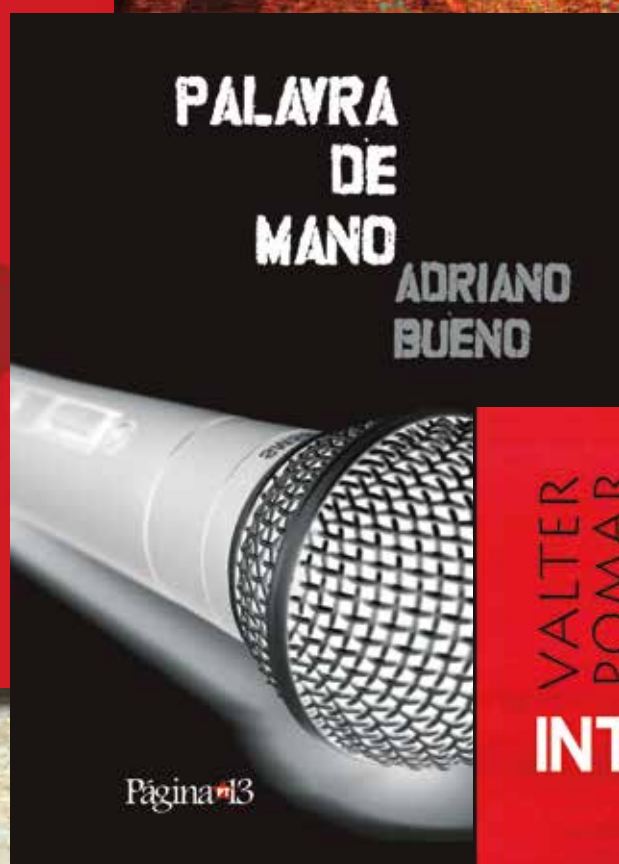
PÁGs. 47 a 51



Cartografia da esquerda no Brasil

PÁGs. 63 a 69

Confira as novas publicações da editora Página 13



Página 13
EDITORA

www.pagina13.org.br

Boa LEITURA, Boa LUTA

Como sabem os que acompanham a Editora Página 13, temos feito um esforço no sentido de “especializar” nossas publicações.

O jornal *Página 13*, editado desde 1998, já está em sua edição de número 130 e concentra-se nos temas conjunturais. O boletim *Orientação Militante*, dedicado a temas “internos”, circula digitalmente desde 3 de fevereiro de 2014; no momento em que este editorial estava sendo escrito, encontrava-se em fase de produção OM número 28. A Editora Página 13, além disso, dispõe de quase 20 títulos em seu catálogo, incluindo aí uma história em quadrinhos.

Já à revista *Esquerda Petista* --cuja primeira edição está em suas mãos neste momento-- cabe o debate de maior fôlego ideológico, teórico, programático e estratégico.

Embora seja uma revista editada sob responsabilidade da Articulação de Esquerda, não é “porta-voz” da tendência. Como em outras de nossas publicações, cada autor é responsável pelo que escreve, e suas posições não precisam coincidir necessariamente com as posições da tendência. Até porque nossa revista é aberta a militantes que, sendo de esquerda, não são integrantes da AE.

Esquerda Petista buscará circular na intelectualidade de esquerda em geral, especialmente --mas não somente-- aquela vinculada ao PT.

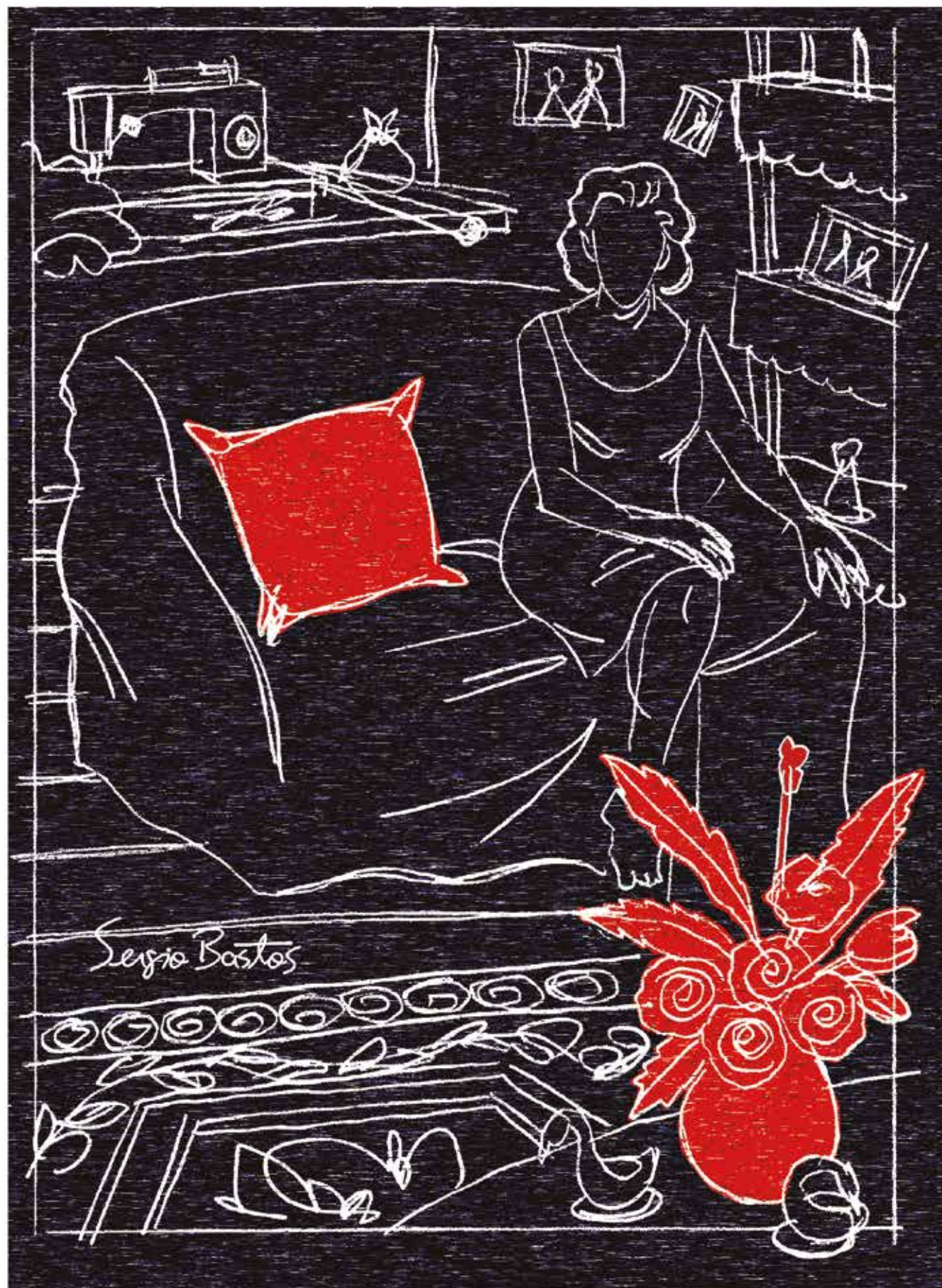
Editorialmente, nos esforçaremos para cobrir o seguinte temário: o capitalismo do século 21, a crise internacional, a integração regional e nossa política externa; a análise do capitalismo e a luta pelo socialismo no Brasil, a luz das tentativas feitas ao longo do século 20; a discussão sobre programa e estratégia, incluindo rumos do desenvolvimento e meio-ambiente, políticas públicas universais e reformas estruturais; educação, cultura e comunicação na luta por hegemonia; os debates de fundo acerca da conjuntura e tática; o balanço dos governos encabeçados pelo PT, em âmbito nacional, estadual e municipal; as diferentes manifestações da luta de classes, incluindo eleições, movimentos e lutas sociais; as questões de gênero, raça e orientação sexual; a análise crítica do conteúdo da mídia (TV, rádio, internet, revistas teóricas e políticas, livros); resenhas de livros e outras publicações; e um acompanhamento do debate acerca do PT e do conjunto da esquerda brasileira.

Agradecemos antecipadamente aos leitores que nos enviem críticas e sugestões, de preferência a tempo do número 2, que pretendemos fazer circular durante o Congresso da Central Única dos Trabalhadores.

Boa leitura e principalmente uma boa luta, é o que desejamos.

Os editores





Sérgio Bastos

Sobre o axioma das ALIANÇAS INEVITÁVEIS

■ Breno Altman

A característica de **governo em minoria**, sob uma Constituição que concede amplas prerrogativas às casas legisladoras, fez da política de alianças um dos componentes mais sensíveis da estratégia petista

A vitória do marco civil da internet, na Câmara dos Deputados, embute importante lição. Contra o projeto do governo, do PT e dos movimentos vinculados à democratização das comunicações, reagiram gigantescas corporações de telefonia e um amplo espectro de setores conservadores, incluindo partidos do oficialismo, como é o caso do PMDB. O primado da correlação de forças, conceito seminal nos últimos doze anos, normalmente levaria ao recuo. Mas a presidente Dilma Rousseff resolveu manter a ofensiva, ainda que negociando pontualmente, e venceu a batalha.

A articulação entre pressão social, ação parlamentar e intervenção palaciana acantonou um bloco que parecia majoritário, obrigando-o a capitular sem travar o combate anunciado. A política venceu a matemática. O esforço de mobilização e disputa dobrou o cretinismo parlamentar. Um avanço importante foi arrancado alterando-se, dentro e fora das instituições, situação que parecia empacotada.

A opção pelo enfrentamento, porém, não tem sido resposta predominante desde que foi eleito, em 2003, o presidente Lula. Apesar de ter conquistado a chefia de Estado, o PT e a esquerda não conseguiram fazer maioria na Câmara e no Senado. Ao contrário: não representam mais que 25% das cadeiras legislativas, insuficientes até para barrar, isoladamente, eventuais tentativas de impedimento.

Este cenário difere profundamente o caso brasileiro dos processos em curso na Venezuela e na Bolívia, por exemplo, onde as forças progressistas consolidaram supremacia parlamentar e, portanto, capacidade de reformar amplamente o Estado, incluindo o poder judiciário e o sistema político-eleitoral. A característica de governo em minoria, assim, sob uma Constituição que concede amplas prerrogativas às casas legisladoras, fez da política de alianças um dos componentes mais sensíveis da estratégia petista.

Tornou-se influente a cultura que toma a correlação de forças como teto in-

transponível -- ao revés do que se passou com a discussão do marco civil da internet. Adotado esse ponto de vista, as posições de eventuais aliados ditam os limites da política de esquerda. As instituições são encaradas como o espaço quase exclusivo no qual os interesses são disputados. Os contingenciamentos das corporações empresariais e das casamatas de comunicação da burguesia não podem ser radicalmente afrontados.

As alianças, nesta lógica, balizam o programa de governo e impõem uma espécie de mínimo denominador comum, que até permite mudanças de grande impacto social e importantes sucessos administrativos, mas paralisa o projeto de reformas estruturais que concretiza uma nova hegemonia sobre o Estado e a sociedade. Esse gênero de aliancismo, por fim, desidrata a mobilização social, o confronto de ideias e a própria audácia política. Faz da correlação de forças um alibi para a acomodação nos marcos políticos e ideológicos aceitáveis pelos parceiros mais à direita.



O oposto desta opção não é a negação das alianças, mas uma outra compreensão de como encará-las. Não se trata apenas de fixar programa comum e eleger formações político-sociais que possam levá-lo a contento. O fundamental é entender que os acordos não podem anular os conflitos de classe e perspectiva no interior do arco de sustentação. Caberia, à esquerda, travar permanentemente disputa pública de suas posições, mantendo os aliados sempre sobre pressão, sem lhes negar a possibilidade de diálogo e compromisso.

Não é essa a postura, aliás, dos próprios partidos aliados? O PMDB, no debate sobre internet, esticou ao máximo a corda. Vocalizou ambições empresariais dos grupos telefônicos. Interveio em todos os fóruns possíveis para bater o governo. E não é, nem de longe, o único exemplo. Sua atitude também resvala para a chantagem, apenas citando outro caso, quando se trata de estabelecer a chapa que será apresentada no pleito de 2014, exigindo sempre mais espaços nos estados.

O fundamental é entender que os acordos não podem anular os conflitos de classe e perspectiva no interior do arco de sustentação. Caberia, à esquerda, travar permanentemente disputa pública de suas posições, mantendo os aliados sempre sobre pressão, sem lhes negar a possibilidade de diálogo e compromisso

O fato é que as forças de centro que compõem a base aliada operam, de forma permanente, para fazer o PT refém de quem pode lhe dar maioria parlamentar. A ameaça implícita: mudar de lado e compor com a oposição de direita, levando o governo à instabilidade e ao colapso. Mas não estão a cavaleiro. Dissociadas de uma administração bastante popular e detentora de potentes instrumentos de poder, estas correntes correm o risco, na virada, de ver seu capital eleitoral diminuir, emparedadas pela polarização do cenário político. Por esses e outros motivos, quando confrontadas, muitas vezes rangem os dentes, mas sentam-se à mesa. Como na polêmica sobre a internet.

Obviamente que o tema da política de alianças não se resume ao método. Há questões de fundo que determinam o que pode e deve ser feito. Mudam-se conjunturas e aliados. Qualquer que seja o cenário, porém, o abandono ou a suavização do esforço por hegemonia não são preços aceitáveis, sob o risco da aliança adotada significar ruptura programática e renúncia à representação de classe.



Estas apreciações sobre procedimento não são abstrações filosóficas, ainda mais no contexto brasileiro, que mitigou fronteiras clássicas dos partidos políticos. Resultam em diferentes aproximações e provocam consequências distintas.

O *front* parlamentar colocou a esquerda diante de uma escolha: governar sem maioria ou formar uma gestão de coalizão. Os riscos da primeira hipótese seriam imensos, ainda mais se agregados fatores decisivos como, entre outros, o monopólio conservador da mídia e o controle oligárquico sobre instâncias judiciais. O caminho da coalizão tem se provado o mais prudente e eficaz. Mas é preciso extrair aprendizados desse modelo.

Sempre que foi dominante a tendência do PT em atuar como braço parlamentar do governo, a coalizão ficou capenga e o conservadorismo ganhou mais espaço para suas ideias e valores. Uma política de alianças é favorável à hegemonia progressista quando tanto agremiações centristas quanto as de esquerda se lançam a conquistar abertamente a sociedade e o Estado, com o governo buscando arbitrar os termos de conflito e compromisso das correntes coligadas, a partir da correlação de forças na chegada, não na partida.

A realização de alianças, necessárias para a governabilidade, não pode significar abdicação programática, ainda quando posições finais de governo tenham que fazer mediação com setores mais atrasados. Tampouco a administração federal, comandada pela esquerda, deveria estabelecer suas propostas ao parlamento, de maioria conservadora, sem antes colher todos os frutos de uma estratégia de tensão, que envolva sua base de classe na sustentação das alternativas mais avançadas.

Esta relação, entre disputa e acordo, eventualmente traria melhor resul-





Aos partidos progressistas, na frente estratégica, poderiam ter sido agregados movimentos sociais e centrais sindicais, estabelecendo um **mecanismo permanente de elaboração, diálogo e ação**. Não resolveria, por si só, o problema da falta de maioria, mas poderia estabelecer um outro mecanismo para acumular forças e neutralizar a influência dos segmentos que estão à direita no campo governista

tado se houvesse diferenciação analítica e prática sobre a natureza das alianças. Algumas possuem caráter estratégico -- isso é, tratam-se de agrupamentos com ampla afinidade político-ideológica, que partilham a vocalização das camadas populares e defendem projetos semelhantes de transformação social. Outras são essencialmente táticas, na maior parte das vezes determinadas por interesses locais ou de sobrevivência, sem identidade ideológica ou de perspectiva histórica.

O PT e o governo, desde a primeira eleição vitoriosa, decidiram não dar feição orgânica a esta interpretação. Poderia ter sido constituída, lá atrás, uma frente estratégica, na qual comporia com o PCdoB, o PSB e até o PDT o núcleo duro do

bloco oficialista, com o propósito de unificar a intervenção na administração e no parlamento, além de progressivamente caminhar para a unidade nas contendas eleitorais, em todos os níveis.

Também foi seguida, e continua a sê-lo, uma toada tradicional no trato destas alianças. Aos partidos progressistas, na frente estratégica, poderiam ter sido agregados movimentos sociais e centrais sindicais, estabelecendo um mecanismo permanente de elaboração, diálogo e ação. Não resolveria, por si só, o problema da falta de maioria, mas poderia estabelecer um outro mecanismo para acumular forças e neutralizar a influência dos segmentos que estão à direita no campo governista.

A inexistência de um instrumento com estes contornos explica parte da transfiguração que viria a ocorrer no PDT pós-Brizola e no PSB pós-Arraes. Sem um sistema concêntrico que pudesse amplificar sua presença no governo e subalternos em uma seara dominada pela aritmética parlamentar, na qual fala mais alto quem tem mais votos, ambos partidos acabaram presas fáceis de correntes internas e pressões externas que os deslocaram para longe da esquerda -- ainda que o PDT continue na base aliada.

Raciocínio razoável, de curto prazo, levou a direção petista e o governo a olhar para o PMDB como o grande parceiro que poderia garantir estabilidade política. Especialmente depois da crise de 2005, quando o presidente Lula teve que enfrentar a perda de controle do parlamento. Passou a ser visto com temor qualquer ruído na edificação dessa relação, como supostamente seria a constituição de um núcleo progressista dentro da aliança mais ampla. Essa triilha permitiu o PMDB agigantar seu peso no Estado, em troca de oferecer maioria provisória ao petismo.

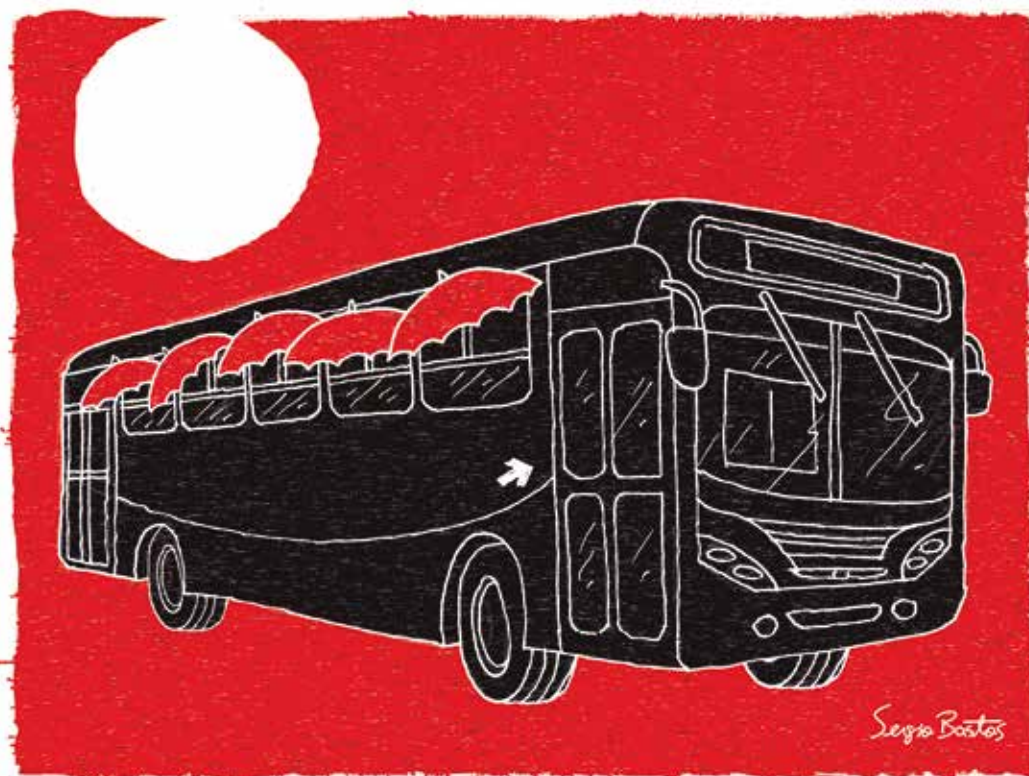
A verdade é que este partido fez bom uso da carta que lhe foi oferecida, concretizada no comando das duas casas legislativas a partir de 2013, além dos postos ministeriais. Permitiu a aprovação de muitos projetos de interesse governamental e ajudou a travar operações oposicionistas. Nas discrepâncias com o PT, perdeu algumas batalhas quando forças sociais mais amplas entraram em campo e o Palácio bateu firme. Quando faltou essa iniciativa, no entanto, coube à liderança peemedebista bloquear mudanças decisivas.

O capítulo mais importante da atuação regressiva do PMDB provavelmente tenha sido a proposta de Constituinte exclusiva para reforma política, apresentada pela presidente Dilma Rousseff no auge das manifestações de junho do ano passado. O comando da legenda, à frente Michel Temer, assumiu o papel de enterrar a saída proposta pela chefe de Estado, que havia auferido boa repercussão popular. O governo, naquela oportunidade, acabou por recuar sem luta diante do alarido conservador estimulado pelo principal aliado.

Este episódio é bastante elucidativo, a propósito, do paredão de centro-direita contra quaisquer reformas estruturais que venham a ser apresentadas, especialmente quando afeta o sistema que reproduz eleitoralmente a hegemonia conservadora.

Os benefícios do modelo atual -- assentado sobre voto personalizado para deputado, financiamento empresarial de campanhas e desproporção na representação das bancadas estaduais -- possivelmente atendem mais os partidos que aglutinam oligarquias regionais e grupos de interesse do que aos embaixadores da direita moderna, como é o caso do PSDB.

Esta institucionalidade eleitoral, afinal, inibe o choque radical de projetos nacionais, permite a formação de currais



fisiológicos e facilita maiorias parlamentares desconectadas da competição para a liderança dos executivos. Outra porta que abre é para a constituição de bancadas diretamente vinculadas a corporações que sustentam a corrida pelos mandatos.

Não há possibilidade de romper o cerco conservador contra a soberania popular nas eleições presidenciais sem a superação desse sistema -- através da adoção do voto em lista (pré ou pós-ordenada) e da proibição das doações de pessoas jurídicas. Tais mudanças, acompanhadas da regulação dos monopólios de comunicação e da criação de novos mecanismos de participação popular -- como a convocação de plebiscitos impositivos pelo presidente da República ou por um percentual mínimo dos eleitores --, poderiam formar o arcabouço para a radicalização democrática que continua detida pelos entulhos autoritários herda-

dos da ditadura militar.

O nó do ciclo vicioso está em como forjar alianças capazes de aprovar a Constituinte exclusiva para a reforma política, epicentro de qualquer estratégia para o aprofundamento e a aceleração das demais mudanças, quando boa parte dos aliados recusa um caminho que eventualmente esfumaria seu poder de barganha.

Se fosse seguido o método utilizado durante a resolução do marco da internet, Dilma e o PT poderiam fazer da próxima campanha eleitoral uma plataforma para universalizar esta bandeira, associada à realização do plebiscito convocado pelos movimentos sociais sobre a questão. O compromisso da presidente em encaminhar emenda constitucional nesse sentido, como primeira medida de seu novo governo, também seria um fator de propulsão.

Difícilmente haverá como enterrar o axioma das alianças inevitáveis sem o nascimento de uma nova institucionalidade. Não há como fazer esse parto, no entanto, se o governo e o PT não se empenharem em organizar ampla mobilização política e social de fora para dentro do parlamento.

O assunto tampouco se resolverá com a crítica moral às alianças praticadas, que é incapaz de resolver os empecilhos de um governo em minoria. Há motivos históricos que as justificam, além de uma superestrutura política que as impõem, mesmo que pudesse ser outra a relação entre acordos e hegemonia.

Quando o PSDB se alinhou à burguesia financeira e aceitou a função de reorganizar o bloco de direita, na última década do século passado, retirou essa primazia do velho conservadorismo oligárquico que servira de braço civil à ditadura.

As correntes desse campo foram se despedaçando e se entrelaçando, formando ou reforçando uma miríade de partidos sem projeto de país, que sobrevivem defendendo sua clientela local. O próprio PMDB, no qual ainda persistem líderes de estofo progressista, encontrou espaço como principal esteio de oligarquias regionais ou grupos paroquiais que não expressam um programa nacionalmente unificado.

Esse processo criou um campo de centro cujo balizamento é uma mescla de fisiologia e localismo. Muitos de seus personagens têm história na direita mais férrea. Outros colaboraram na resistência democrática. Trata-se de um amálgama político-ideológico gelatinoso, dividido em muitos partidos. Mas ainda com importantes ativos eleitorais.

O neoliberalismo, na época de Fernando Henrique Cardoso, somente pode governar e compor maioria atraindo esse

centro. Quando o PT chegou ao governo, deparou-se com a mesma equação. A alternativa era ser decepado por um conglomerado de centro-direita que, no ensaio de sua formação, quase ameaçou a sobrevivência do governo Lula, em 2005.

A questão, enfim, é que não se pode imaginar a ultrapassagem de uma barreira real a partir de uma fantasia principista. Ou passar a enxergar, na necessidade, virtude. Está na reforma política o principal desafio para retirar os obstáculos que constroem o desenvolvimento de um bloco histórico favorável às transformações de raiz.

■ **BRENO ALTMAN** é jornalista e editor do site *Opera Mundi*



Página 13
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Mais uma publicação da editora Página 13

Palavra de Mano
Adriano Bueno
Preço: R\$ 20,00 (já inclusas despesas de envio)
2012, 142pg

A publicação visa lançar luz sobre o processo de formação do rap brasileiro como um gênero discursivo, apresentando o discurso das gangues de rua e do movimento negro como suas raízes sócio-históricas fundamentais. Constatase, em primeiro lugar, como a fala da gangue marcou profundamente o rap de Los Angeles e a fala do movimento negro, por sua vez, definiu o rap de Nova Iorque, apontando como o grupo de rap brasileiro Racionais MC's formulou uma síntese destes gêneros.

Num segundo momento, verifica-se como o signo verbal do rap – a palavra – refletiu: a luta política travada pelos rappers do ponto de vista de classe, raça e até mesmo gênero, em menor grau.

Por fim, conclui-se apontando como Djs e Mcs manipularam os signos para comporem novas estratégias militantes para a superação do racismo, o que resultou na legitimação social de expressões anteriormente estigmatizadas, ligadas à cultura da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros.

Adquira o seu exemplar em
www.pagina13.org.br/loja/

BAIXA POLÍTICA, altos interesses

■ *Eduardo Nunes Loureiro* ■ *Flávio Batista do Nascimento*

A “terra arrasada” encontrada por Lula em 2003 permitiu melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora sem alteração das estruturas da sociedade

As eleições de 2014 ocorrem 50 anos depois da intervenção militar que apeou João Goulart no poder e instalou uma ditadura de 21 anos. A primeira eleição direta para a Presidência da República sob a vigência da Constituição de 1988 aconteceu há 25 anos. Em 2002, 12 anos atrás, tivemos a vitória de um candidato de origem popular, filiado a um partido construído pela classe trabalhadora.

São as primeiras eleições após as Jornadas de Junho de 2013, maiores manifestações de massa do país desde as Diretas Já. Trata-se da primeira candidatura à reeleição de um segundo mandato dado a um partido, ou seja, a primeira eleição em que existe a possibilidade de um mesmo partido reeleger dois candidatos em sequência, completando, em caso de vitória, 16 anos à frente do poder central por via eleitoral.

A “terra arrasada” encontrada por Lula em 2003 permitiu melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora

sem alteração das estruturas da sociedade. Foi o que possibilitou a valorização do salário mínimo, a política de financiamento às empresas, que gerou empregos e permitiu a redução do desemprego de 12% a 5% nos últimos 12 anos, possibilitando o surgimento de uma “nova” classe trabalhadora.

Quando Lula deixa o governo, em 2010, sua política está no auge: crescimento de mais de 7%, renda em alta, desemprego em baixa, nenhuma convulsão social. Reelege sua sucessora, estreante em disputas eleitorais, Dilma Rousseff, ministra durante os oito anos em que o PT comandara o governo central até ali.

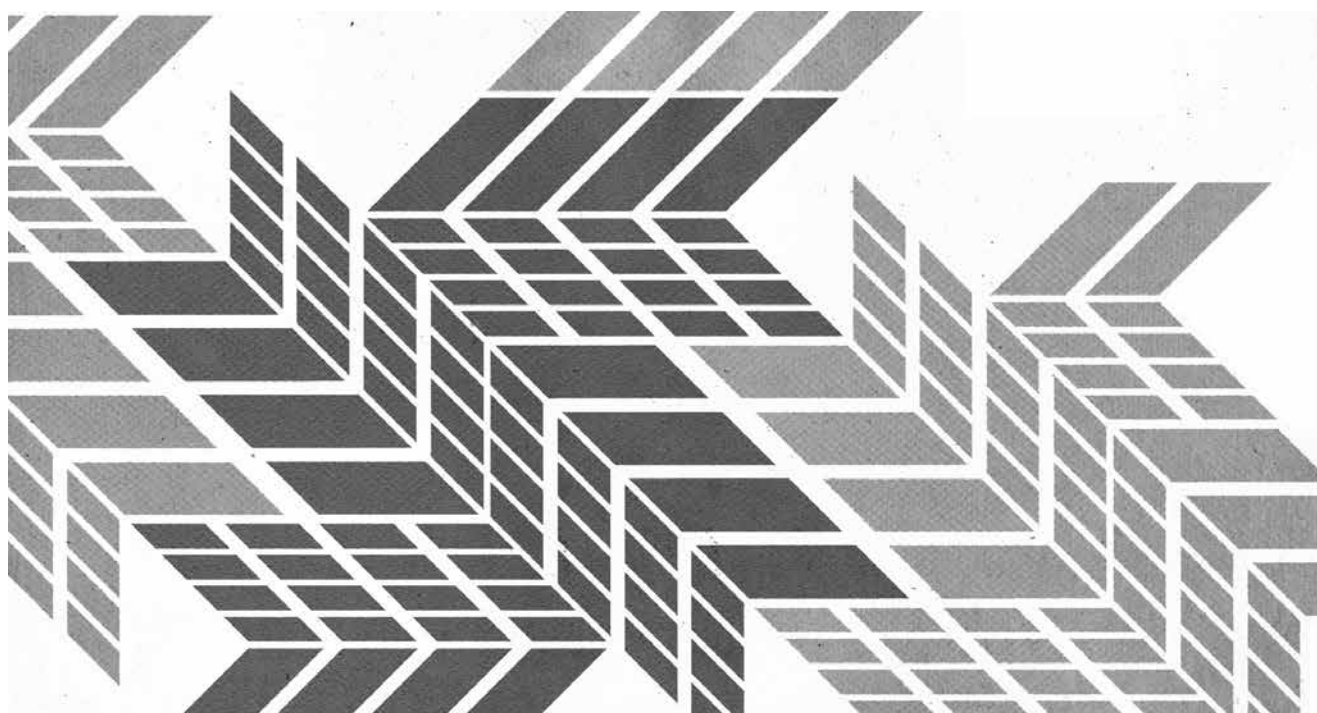
Ao assumir um governo em alta, a cobrança sobre a figura de Dilma, que não tinha o histórico político e social de Lula, também teve o mesmo nível. Afinal, tratava-se da sucessora de um presidente que havia feito dois governos bem avaliados pela população, num crescente, ou seja, segundo sua percepção, o segundo melhor que o primeiro.

Contudo, a ausência de reformas estruturais, agravada pela crise internacional -- que minava as exportações -- limitava as movimentações de Dilma para um mandato melhor que o último de Lula. Começou seu governo contingenciando o orçamento, cortando verbas sociais, e dando um aumento ao salário mínimo menor que o desejado pelas Centrais Sindicais.

Se começou com o pé direito, em seguida fez um dos movimentos mais arrojadados de sua administração: comprou a briga com os rentistas, reduzindo as taxas de juros dos bancos públicos e a taxa básica SELIC. Em seu governo, esta atingiu o nível mais baixo desde o início do Plano Real -- 8,75%.

Esta seria a senha para o retorno dos investimentos produtivos, retomando a produção interna e mantendo o crescimento sustentável por meio do aquecimento do mercado interno, certo?

Errado. Os investimentos em ampliação produtiva não foram os deseja-



dos com a redução dos juros. O aumento da renda e a redução do exército de reserva com a geração de empregos faz com que as taxas de lucro do empresariado sejam menores. Portanto, expandir os negócios, mesmo com dinheiro barato, não eleva esta margem.

A solução do governo: isenção de impostos, o que também não deu muito certo. Os capitalistas repuseram os lucros minorados com o aumento da massa salarial, mas também se recusaram a investir. Isso fez com que a geração de empregos fosse de baixo valor agregado, ou seja, por mais que os níveis de desemprego estejam em patamares baixos, também é baixa a “qualidade” deste emprego, o que não ajuda na expansão do PIB, por exemplo -- embora existam empregos e estes estejam com a renda crescente.

As categorias mais organizadas, como os servidores públicos federais, reivindicam melhores salários, pois a inflação -- resultado do aumento do poder aquisitivo e da baixa capacidade produtiva -- começa a comer seus rendimentos

As grandes corporações de mídia pressionam pelo aumento de juros como solução final e única para o problema inflacionário. Por mais que haja luta contrária da classe trabalhadora, o governo cede e inicia nova série de aumentos da taxa SELIC

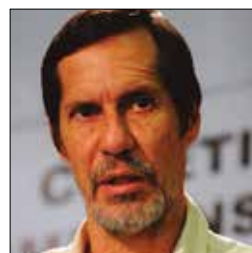
e a baixar a qualidade de vida que recuperaram após oito anos. O governo, pressionado pela arrecadação quase estagnada devido ao baixo crescimento, reluta em dar aumento de salários. As categorias começam a entrar em greve.

Além disso, as paralisações no setor privado também começam a pipocar, pelos mesmos motivos. Antes raras, e resguardadas por um enorme contingente de desempregados, as greves tornam-se frequentes, mesmo entre aqueles que não se encontram filiados aos sindicatos. No ano de 2012, depois de 15 anos, as greves do setor privado são maiores, em quantidade, que as do setor público.

As grandes corporações de mídia pressionam pelo aumento de juros como solução final e única para o problema inflacionário. Por mais que haja luta contrária da classe trabalhadora, o governo cede e inicia nova série de aumentos da taxa SELIC.

Os juros altos, somados à política de superávit primário e à redução da arrecadação por efeito das isenções e redu-

Até o momento, existem **nove pré-candidatos a presidente** dos seguintes partidos: PT, PSDB, PSB/Rede, PSC, PSOL, PV, PCB, PSDC e PRTB. Também devem lançar candidatos o PSTU e o PCO



ções tributárias de incentivo à produção privada, reduzem a capacidade de investimento do Estado. O pouco que existe segue no sentido de viabilizar grandes obras de infraestrutura -- também como incentivo ao chamado capital produtivo.

Isso faz com que os serviços mais utilizados pela população no dia a dia -- transporte, segurança e saúde públicos, principalmente -- pareçam, aos olhos de quem melhora suas condições de consumo, como se piores estivessem. Em muitos casos, a falta de investimen-

tos do Poder Público realmente fez com que eles se deteriorassem, deixando a distância relativa entre a percepção da população sobre a qualidade dos serviços ainda maior.

As movimentações organizadas em diversas capitais do país contra o aumento das passagens do transporte coletivo -- um dos serviços mais mal avaliados pela população -- bem como a violência com que a Polícia Militar reprimiu os protestos, fez emergir a insatisfação latente da população com este

conjunto de coisas. Soma-se a elas, a realização da Copa das Confederações -- uma amostra do que seria a Copa do Mundo no ano seguinte (investimento em estádios, remoção de populações próximas às obras etc.)

Esta conjuntura, que gerou uma das maiores mobilizações populares da história do país, e um ascenso da luta de massas -- mesmo que ideologicamente confuso -- é, com algumas poucas modificações, a mesma conjuntura que temos em 2014 para as eleições.

Os candidatos

Até o momento, existem nove pré-candidatos a presidente: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB), Eduardo Campos (PSB/Rede), Pastor Everaldo (PSC), Randolfe Rodrigues (PSOL), Eduardo Jorge (PV), Mauro Iasi (PCB), José Maria Eymael (PSDC) e Levy Fidelix (PRTB). Ainda não se colocaram como candidatos, mas provavelmente participarão do pleito, PSTU e PCO.

DILMA ROUSSEFF enfrenta uma encruzilhada. Seu mandato é de continuidade, mas as condições do período Lula não existem mais. Dilma não parece mais ter margem de manobra para continuar avançando sem mexer na estrutura tributária, por exemplo. Tampouco conseguirá acabar com o déficit habitacional por meio de programas como o Minha Casa, Minha Vida, sem enfrentar a ciranda da especulação imobiliária. Não vai conseguir ampliar a reforma agrária se não tratar os ruralistas como adversários. Vai reduzir a capacidade de investimento nos serviços públicos, se não exigir contrapartidas sociais para cada isenção e redução de tributos.

Seu principal aliado institucional, o PMDB, é cada vez mais voraz na busca por espaço no governo -- leia-se: cargos e ministérios. Cargos estes que não avançam um milímetro na direção programática por nós almejada. O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (RJ), age como lobista de grandes conglomerados, como no caso da votação do Marco Civil da Internet, por exemplo, contrariando os interesses do governo. Ao mesmo tempo, este setor do PMDB não se limita ao fisiologismo: articula um discurso programático, que o aproxima das candidaturas oposicionistas.

Dilma tem, à sua frente, três opções: seguir com a fórmula atual, cada vez mais desgastada e mostrando cada vez menos saídas; buscar o apoio popular para implementar as reformas que o Brasil precisa -- a começar pela reforma política; ou aprofundar a ligação com o empresariado, abandonando paulatinamente o programa e as diretrizes do Partido dos Trabalhadores.

Sobre isto, vale a pena analisar o caso do Mais Médicos: lançado no segundo semestre de 2013, contra todo o aparato midiático e boa parte do poder econômico do país, além de enfrentar uma das categorias profissionais mais unidas e organizadas do Brasil, o programa é aprovado por mais de 80% da população brasileira. Uma boa pista sobre o caminho a seguir.

AÉCIO NEVES, senador mineiro do PSDB, é até o momento, segundo todas as pesquisas de opinião publicadas, o principal candidato de oposição. Um dos poucos a ter diretrizes de programa de governo, sob o título “Para mudar de verdade o Brasil – Confiança, cidadania e prosperidade”.

Praticamente um libelo contra o atual governo, o documento informa acacianamente que irá continuar com as coisas boas e acabar com as coisas ruins, sempre ressaltando que as benesses são resultados das bases que os tucanos criaram entre 1995-2002 e as mazelas são criações do petismo de 2003 até hoje.

Batem na tecla do autoritarismo, tentando colá-lo ao atual governo, mesmo sem identificar onde. Buscam tratar a presidente como incompetente e má gestora, atribuindo-se a eles mesmos os exemplos de boa gestão. Buscando alguma identidade com as Jornadas de Junho, as diretrizes tucanas forçam a

mão, tentando transformar as reivindicações em antipetistas e antigoverno, ignorando o sentido antimercado do que se pedia nas ruas (mais Estado e mais democracia), assim como ignorando que houve queda da popularidade de praticamente todos os governantes. Além disso, o caráter antipartidário das manifestações era uma de suas características mais marcantes.

As diretrizes tucanas fazem insistente comparação do país com uma empresa. A palavra “eficiência” seguida de “Estado” é repetida várias vezes no documento. Em nova tentativa de dialogar com os manifestantes do ano passado, repete por várias vezes que é necessário investimento nos serviços públicos. Ao mesmo tempo, diz que o Estado não deve se meter onde não é necessário, ressaltando três pontos essenciais: saúde, educação e segurança. Dos cinco dados da campanha de FHC em 1994, três eram exatamente estes.

Partindo do princípio que o programa é coerente, se ele defende Estado mais enxuto -- chega a propor o corte dos ministérios pela metade, mesmo sem apontar quais -- e maior investimento em serviços públicos, além de menor carga tributária -- diferentemente do que o PSDB praticou em seus oito anos de presidência -- a única saída para resolver este dilema é a oferta de serviços públicos por entes privados, em que o cidadão arca com o custo do serviço. Ou seja: privatização.

Por fim: o programa de Aécio acusa o atual governo de não estar “inserido no mundo”. Em clara crítica à política externa, diz que o Brasil deixou de se relacionar com países “de primeiro mundo” em detrimento de “países periféricos e ditaduras autoritárias”, apontando isto como sendo uma das causas da que-



**Cabe ao PT se
esforçar** para que a
eleição presidencial
de 2014, uma das
mais emblemáticas
dos últimos anos,
não seja decidida
com baixa discussão
política, de forma
rasa, o que poderia
ser desastroso
para o futuro da
classe trabalhadora
brasileira

da verificada em nossa balança comercial. Em nenhum momento é lembrado que estamos na pior crise do capitalismo desde 1929. Há a defesa velada de um imperialismo versão América Latina, sempre alinhado com os interesses estadunidenses.

EDUARDO CAMPOS, governador de Pernambuco de 2007 ao começo de abril deste ano, é o candidato apresentado pelo PSB, partido aliado do PT em 1989, 1994 e 1998, mas que disputou com candidatura própria a eleição de 2002 e não fez parte da coligação petista no primeiro turno em 2006.

Campos integra chapa bicéfala com Marina Silva. Uma aliança sob certos aspectos surpreendente -- que a todo o momento é explicada no programa sistematizado -- através da qual PSB e REDE querem ser os herdeiros do legado do governo federal dos últimos anos.

Reconhecem as mudanças importantes vividas pelo Brasil, mas são categóricos: "O modelo político atual demonstra seu esgotamento pela profunda contradição entre a incapacidade de inovação e de renovação das instituições políticas e o interesse geral da sociedade, com seu manifesto desejo de mudanças. Trata-se de um modelo paralisante da energia social."

As propostas da candidatura se organizam em cinco eixos temáticos: "Estado e democracia de alta intensidade", "Economia para o desenvolvimento sustentável", "Educação cultura e inovação", "Política social e qualidade de vida" e "Novo urbanismo e o pacto pela vida". Seu diagnóstico pode ser sintetizado em dois temas: exclusão social e ausência de sustentabilidade.

Com base nesses dois grandes problemas apontados, vão à busca de soluções: o "Estado mobilizador", um con-

junto de ações criativas de diálogo para vencer a paralisia do Poder Público no cenário atual; a economia de baixo carbono como a garantia de uma economia criativa e sustentável; e, para radicalizar na política, uma reforma que aconteceria com a democracia digital, que, por meio das redes sociais, ampliaria a participação do cidadão no que concerne a política pública.

A aliança não nega, de modo algum, os avanços dos últimos 12 anos. Tem como ponto de partida a herança do PT -- mais especificamente do lulismo. Uma espécie de candidatura tuca-na mais camuflada e ainda menos clara em termos de programa político. Afinal, não diz explicitamente o que deseja para o Brasil. Apenas que deseja "mudança com renovação", por meio de uma aliança esquizofrênica, entre uma presunta ecologista e um autodeclarado desenvolvimentista, repetindo o mesmo modelo pragmático que tanto criticam da política tradicional.

PASTOR EVERALDO se considera como "uma das novidades desta eleição" e uma "pedra no sapato" da presidenta Dilma. Ele aparece após a polêmica gestão do Pastor Marco Feliciano, seu correligionário, à frente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados.

O pastor Everaldo (PSC) se diz assumidamente reacionário. É contra o aborto, a união homossexual, a favor da redução da maioria penal e contra a liberação das drogas. É um dos resultados concretos da campanha conservadora de 2010, principalmente no segundo turno. Estreia nas pesquisas já em situação de empate técnico com Eduardo Campos, bem mais badalado e com mais tempo de TV que ele. Tem nos evangélicos sua principal base eleitoral.

EDUARDO JORGE, ex-petista, ex-secretário do governo Kassab na cidade de São Paulo, também é pré-candidato à presidência da República. As diretrizes do programa de Eduardo Jorge (PV) seguem a linha de tentar o diálogo com aqueles que pretendem votar nulo nas eleições. Propõem medidas radicais, que dialogam com o sentimento antipolítico, como redução do número de parlamentares e de seus gabinetes e “regalias”, a legalização das drogas e do aborto, a implantação de conselhos da cidade no lugar de vereadores, bem como a extinção do salário deles, a implementação do voto facultativo distrital misto -- metade dos eleitos em lista, metade por distritos, além de um novo plebiscito por parlamentarismo. Também defende a “austeridade fiscal de Itamar Franco, seguida por PSDB e PT”, incluindo a responsabilidade ambiental.

LEVY FIDÉLIX (PRTB) e **JOSÉ MARIA EYMAEL** (PSDC) são candidatos em praticamente todas as eleições presidenciais, basicamente como forma de manter seus pequenos espaços, seja qual for o governo.

RANDOLFE RODRIGUES, um dos mais ferrenhos opositores de Dilma no Senado, acompanhante frequente das oposições de direita nas votações e nos argumentos, será o candidato do PSOL, continuando assim na linha inaugurada por Heloisa Helena, em 2006: a crítica moralista e que busca surfar nas matérias contrárias ao governo federal que saem na grande imprensa.

À ESQUERDA DO PT, temos pelo menos três partidos com possibilidades legais de lançar candidatura própria ou fazer parte de uma coligação.

O PCB sustenta, como seu grande contato com a conjuntura atual, o lema “Não vai ter Copa”, apostando que a mobilização popular durante o evento será grande a ponto de impedi-lo. Centra seu programa nas críticas ao governo federal e na sua incapacidade de se diferenciar daqueles que o antecederam. Seu candidato, até o momento, é o professor universitário MAURO IASI.

Menos radical no discurso, o PSTU carrega o lema “Na Copa vai ter luta”, como uma espécie de resignação de que o evento vai acontecer, queiram ou não -- mas vão resistir. Carregam um discurso apocalíptico, como se Dilma fosse uma representante militar que ocupa o posto de presidenta ilegítima e que comanda o país com total desrespeito às liberdades individuais. Tratam os petistas como traidores e ideologicamente de direita.

O PCO, das Jornadas de Junho até hoje, tem mudado o seu discurso: trata os governos encabeçados pelos petistas como traidores, mas reconhecem que o PT é um símbolo da classe trabalhadora e que é atacado pelas grandes corporações de mídia e pelos partidos de oposição por ser um partido identificado com a esquerda. Ao contrário de outros, parece ocupar-se primeiro do combate à direita do que do combate ao PT.

Conclusão

As eleições 2014 são o centro da tática, mas até o momento não estão no centro das atenções dos eleitores. Segundo uma das mais recentes pesquisas IBOPE, 56% dos eleitores tem pouco ou nenhum interesse na eleição, e cerca de 30% declara a intenção de votar branco, nulo ou não sabe em quem votar.

Para que isto mude, será necessário um debate eleitoral polarizado, polí-

tica, ideológica e programaticamente. As diretrizes divulgadas até agora não apontam nesse sentido. Noutras palavras: as eleições de 2014 serão decisivas para os rumos do Brasil, mas o debate presidencial pode não estar à altura disto.

Aécio Neves trata todos os problemas do país como uma questão de “incompetência” e “vício ideológico”, deixando transparecer em seu programa o desejo de um Estado Mínimo subserviente aos interesses estadunidenses. Eduardo Campos/Marina querem ser os herdeiros de todo mundo, pegando tudo de bom que todos fizeram e acabando com o que é ruim -- sem apontar como.

Quem aposta claramente numa polarização são candidatos que até agora têm 3% ou menos da intenção de votos, como Pastor Everaldo (conservador), Eduardo Jorge (liberal-progressista) e os de ultra esquerda (Randolfe Rodrigues, Mauro Iasi, PSTU, PCO).

Cabe ao PT se esforçar para que a eleição presidencial de 2014, uma das mais emblemáticas dos últimos anos, não seja decidida com baixa discussão política, de forma rasa, o que poderia ser desastroso para o futuro da classe trabalhadora brasileira.

■ **EDUARDO NUNES LOUREIRO** é dirigente do Setorial Nacional de Direitos Humanos do PT

■ **FLÁVIO BATISTA DO NASCIMENTO** é membro do Diretório Estadual do PT - Goiás



Retomar a LUTA CONSTITUINTE

■ *Bruno Elias*

Passados mais de 25 anos da promulgação do texto constitucional, movimentos sociais e partidos de esquerda retomam a luta **por uma constituinte exclusiva e soberana** para mudar o sistema político

Nos marcos dos 50 anos do golpe militar, várias heranças do período têm sido questionadas em manifestações de protesto e no debate público. O desenho do atual sistema político, que teve na Constituinte de 1987-1988 um momento decisivo, foi um desses legados da transição conservadora que marcou o fim da ditadura militar no país.

Passados mais de 25 anos da promulgação do texto constitucional, movimentos sociais e partidos de esquerda retomam a luta por uma constituinte exclusiva e soberana para mudar o sistema político e realizarão um plebiscito popular sobre o tema no ano de 2014. Para avançarmos na democratização do país e na realização de uma reforma política estrutural será preciso superar obstáculos impostos desde o processo constituinte anterior.

Em 2011, a sexta edição da Revista Perseu, do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, reuniu um conjunto de documentos (“O PT e a Constituinte, 1985-1988”), relativos à atuação do partido no processo consti-

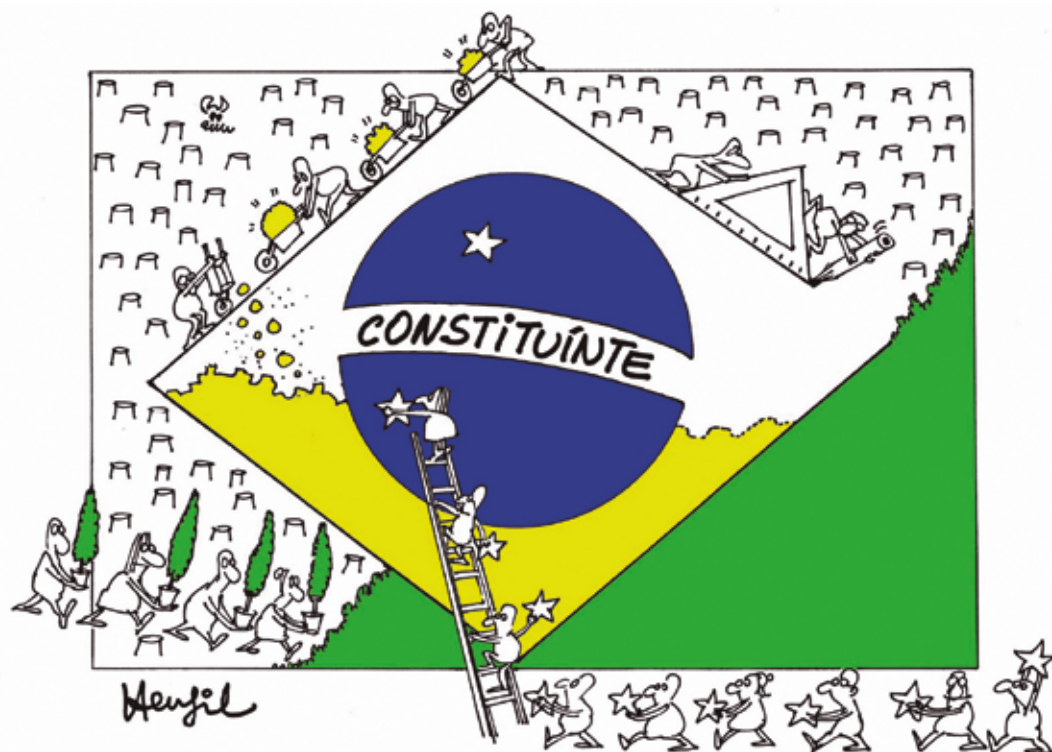
tuinte. São resoluções de encontros partidários, boletins, notas da bancada, artigos e entrevistas que permitem uma visão representativa das disputas travadas pelo campo democrático e popular no período.

Estes documentos indicam que a questão da constituinte, presente nas resoluções do Encontro Nacional Extraordinário do PT (1985), começa a se desenhar desde a campanha das Diretas. Desde o ato de convocação, a Constituinte foi marcada por forte tensão entre as forças políticas que sustentavam uma constituinte tutelada pelos interesses das elites e do regime anterior e a atuação do movimento social, da esquerda e dos setores progressistas por um novo texto constitucional que representasse os interesses das maiorias populares.

Além disso, o processo constituinte de 1987-1988 se daria em meio ao “entulho autoritário” da ditadura, como a manutenção da Lei de Segurança Nacional, as leis e decretos do Pacote de Abril de 1977, a imposição da Lei da Anistia em 1979 e a derrota da emenda das eleições diretas em 1984.

Na época, partidos e movimentos sociais do campo democrático e popular se mobilizavam por uma Assembléia Constituinte “livre, democrática e soberana”, com seus membros sendo eleitos para elaborar a nova constituição e funcionamento separado do Congresso Nacional. No entanto, prevaleceria a proposta de emenda constitucional enviada pelo então presidente José Sarney, que concedia aos parlamentares eleitos em 1986 poderes para elaborar a próxima constituição, acumulando a dupla função de congressistas e constituintes.

Neste mesmo ano, o PT elegeria 16 deputados e deputadas constituintes. A bancada petista, liderada por Luiz Inácio Lula da Silva (SP), era composta ainda por Benedita da Silva (RJ), Eduardo Jorge (SP), Florestan Fernandes (SP), Guimerindo Milhomem (SP), Irma Passoni (SP), João Paulo (MG), José Genoino (SP), Luiz Gushiken (SP), Olívio Dutra (RS), Paulo Delgado (MG), Paulo Paim, Plínio de Arruda Sampaio (SP), Virgílio Guimarães (MG), Vitor Buaiz (ES) e Vladimir Palmeira (RJ).



Reconhecendo desde o início os limites do congresso constituinte, o 4º Encontro Nacional do PT (1986) aprovava um plano de ação política para a Constituinte que considera como fundamental a mobilização de massas no período. Num contexto de lutas sociais, a Constituinte abriria espaço para temas de interesse dos trabalhadores, como *“os direitos que limitem a propriedade, em especial a propriedade da terra rural e urbana; o problema da dívida externa, a partir da revisão da ordem econômica; a questão da própria democracia, em relação à qual se deverão propor medidas que tomem real a participação popular no poder, inclusive através da criação de conselhos populares, de medidas que representem uma efetiva descentralização e desconcentração do poder político, hoje em mãos do Executivo.”*

Para tanto, o mesmo Encontro reafirmava a ousada proposta de apresentar um projeto global de constituição, delegando à Comissão Executiva Nacional a sistematização de um projeto do PT que levasse em conta as propostas já existen-

tes, como a elaborada pelo jurista Fabio Konder Comparato (*“Muda Brasil”*) e as sugestões da Comissão Constitucional do PT, coordenada por Marco Aurélio Garcia.

Nos temas relativos ao sistema político, *“O Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil”* optou pela forma presidencial de governo, pela abolição do sistema bicameral com extinção do Senado Federal, pela manutenção do sistema eleitoral proporcional e pelo voto em listas partidárias pré-ordenadas. Indi-

Embora tenha votado contra o projeto, o PT assinou a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988

cava ainda a possibilidade de alistamento eleitoral aos 16 anos e a livre organização política e partidária.

No Congresso, a Constituinte inicia seus trabalhos em 1º de fevereiro de 1987 e durante 583 dias se torna uma significativa arena da disputa política no país. A mobilização da sociedade foi uma marca do período, presente nas concorridas audiências públicas, na atuação parlamentar da esquerda, na participação destacada dos fóruns Pró-Participação Popular na Constituinte e na coleta de mais de 12 milhões de assinaturas das 122 emendas populares apresentadas.

Por outro lado, a coalizão de partidos e políticos que sustentavam a “Nova República” articulava durante a Constituinte um bloco político que ficou conhecido como “Centrão”, que atuou tanto em reação às conquistas da esquerda e dos movimentos sociais como para frear a radicalização da luta democrática e das reivindicações dos trabalhadores.

Com esta ofensiva das classes dominantes, mesmo com alguns avanços na área social, a versão consolidada do texto constitucional do Congresso foi recebida pelo PT como uma proposta conservadora, especialmente na ordem econômica e nos temas da reforma agrária, reforma urbana, papel das forças armadas, estrutura da propriedade e desnacionalização da economia.

Diante disso, o PT decide votar *“contra o texto, exatamente porque entende que, mesmo havendo avanços na Constituinte, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nesta Constituinte”*. Embora tenha votado contra o projeto, o PT assinou a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, entendendo este ato como um cumprimento formal da participação do partido na Constituinte.





A mobilização de amplos setores por uma constituinte não começou por agora e nem se encerrará em setembro, com a realização do plebiscito popular

A Constituição de 1988 previa entre suas disposições transitórias uma revisão constitucional e um plebiscito sobre o sistema de governo dali a cinco anos. Em 1993, o presidencialismo vence o plebiscito sobre sistema de governo e no mesmo período, o PT e outros partidos e movimentos sociais se manifestam contrários à revisão constitucional. Com a derrota da Frente Popular nas eleições presidenciais de 1989 e o avanço do neoliberalismo no país, a Constituição também passa a ser alvo do processo de retirada de direitos e dos tempos de Estado Mínimo, por meio de sucessivas emendas.

Ao longo de todos esses anos, várias iniciativas de reformas do sistema político foram tentadas sem sucesso no âmbito do legislativo e do executivo. Com a chegada de Lula à presidência em 2003, renovaram-se essas expectativas de mudanças. Em 2009, o ex-presidente chegou a propor, por meio do Ministério da Justiça, uma reforma política ao Congresso que contemplava propostas como a lista fechada, o financiamento público exclusivo, a proibição de coligações nas eleições para deputado e a fidelidade partidária.

Em 2007, durante o seu 3º Congresso, o PT defende que “a reforma política não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional, que já demonstrou incapaz de aprovar medidas que prejudiquem os interesses estabelecidos dos seus integrantes. Ademais, setores conserva-

dores do Congresso pretendem introduzir medidas como o voto distrital e o voto facultativo, de sentido claramente conservador. O Partido dos Trabalhadores defende que a reforma política deve ser feita por uma Constituinte exclusiva, livre, soberana e democrática.”

No mesmo documento, o Partido avançava em alguns dos temas considerados estratégicos no debate da reforma, como a “convocação de plebiscitos para decidir questões de grande alcance nacional; a simplificação das formalidades para proposição de iniciativas populares legislativas; a convocação de consultas, referendos e/ou plebiscitos em temas de impacto nacional; o Orçamento Participativo; a correção das distorções do pacto federativo na representação parlamentar; a revisão do papel do Senado, considerando o tempo de mandato, a eleição de suplentes e seu caráter de câmara revisora; a fidelidade partidária, o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, o voto em lista pré-ordenada, o fim das coligações em eleições proporcionais; o fim da reeleição para todos os cargos majoritários a partir das próximas eleições; e a proibição do exercício de mais de três mandatos consecutivos no mesmo cargo”.

Em 2013, a luta por mudanças no sistema político ganhou novo fôlego no contexto das jornadas de junho e julho. Diante das mobilizações do período, a presidenta Dilma Rousseff propôs a convocação de um processo constituinte específico para a reforma política como um

dos cinco pactos nacionais apresentados à população.

A reação à proposta da presidenta provoca no Congresso Nacional a retomada de iniciativas conservadoras de reforma do sistema político. Dentre estas a PEC 352/2013 que, a despeito da posição contrária do Partido dos Trabalhadores e da sua bancada, tem como relator o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) e reúne retrocessos como a manutenção do financiamento empresarial, do voto nominal e a inclusão de uma modalidade de voto distrital. No mesmo período, organizações populares assumiram a realização de um plebiscito popular e a pauta da constituinte do sistema político, como parte de uma luta mais ampla por reformas democráticas e populares no país.

Como se vê, a mobilização social por uma constituinte não começou por agora e nem se encerrará em setembro, com a realização do plebiscito popular. Ao enfrentar a privatização da política e lutar pela ampliação da democracia direta, da participação popular e da representação política dos trabalhadores, o campo democrático e popular enfrenta nos dias de hoje as mesmas forças políticas que resistiram às conquistas populares na constituinte de 1987-1988.

BRUNO ELIAS é da executiva nacional do PT

RENEGOCIAR a dívida interna

■ *Carlos Octávio Ocké-Reis*



"O Brasil vai ter de lidar com a dívida interna de outra maneira"

FHC, *Primeira Leitura*, julho 2004

O Partido dos Trabalhadores deve propor a adoção de **medidas econômicas para fortalecer a capacidade produtiva do país**, criando as bases institucionais para o governo Dilma continuar desconcentrando renda, apostando no pleno emprego e universalizando as políticas sociais

Não é de agora -- a cultura socialista tem história -- que o debate em torno da transição ao socialismo passa pela aplicação de certo capitalismo de Estado, que valorize a solidariedade entre as nações, a função social da propriedade, o planejamento e o mercado interno, desprivatizando o fundo público e incorporando a sociedade civil no processo decisório governamental.

Na atual conjuntura, entretanto, para superar o subdesenvolvimento e a dependência herdada da ditadura, é fundamental avaliar os impactos da crise econômica internacional, bem como entender as contradições que impedem o crescimento da economia brasileira e que retardam a implantação do programa democrático-popular, no contexto da disputa política para aprovar a reforma tributária (progressiva), a reforma da mídia (democrática) e a reforma política (financiamento público das eleições).

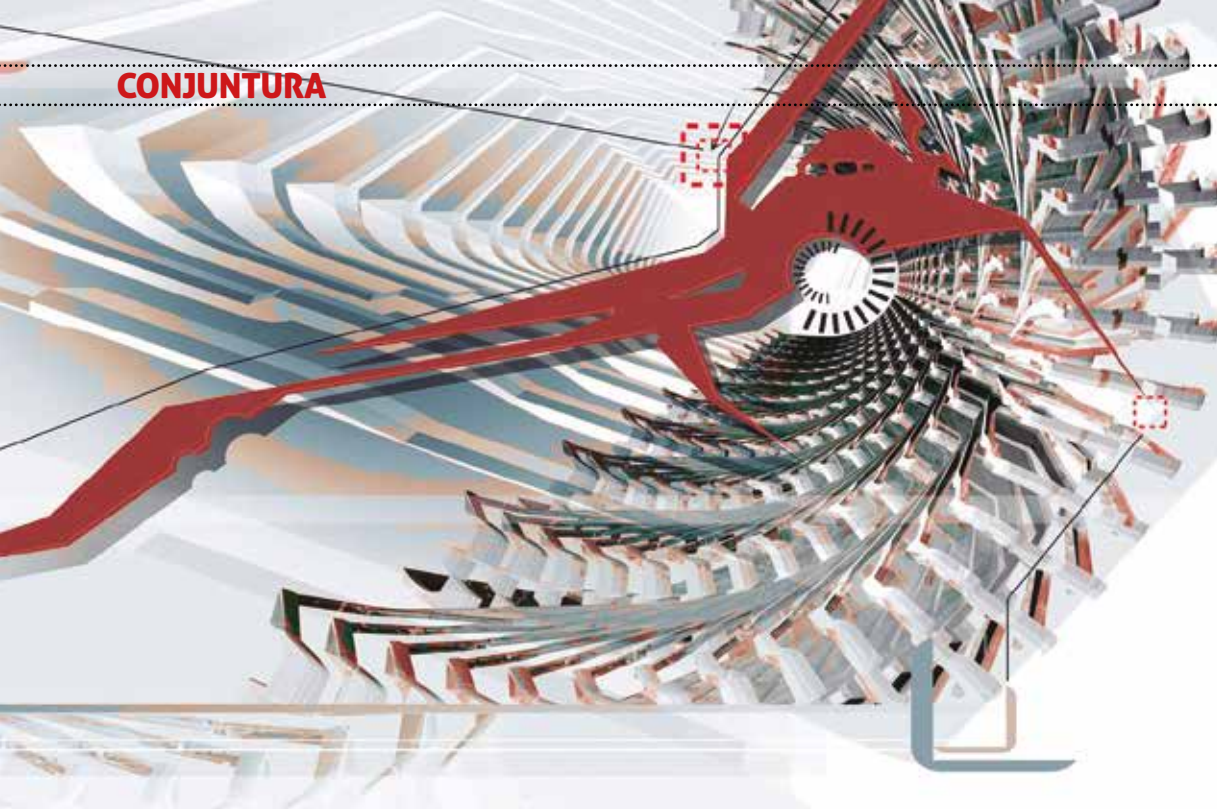
Em particular, considerando o aumento recente da taxa de juros e os encargos financeiros da dívida interna, que acabam reduzindo objetivamente a taxa de investimento, tanto no parque indus-

trial quanto na infraestrutura, a formação bruta de capital fixa (FBCF) se torna uma variável estratégica para a retomada do desenvolvimento e para o combate da desigualdade.

Esse indicador mede a produção física da indústria de bens de capital, da construção civil e do volume de importações de máquinas e equipamentos, indicando se a capacidade produtiva do país está crescendo. Estimada a partir das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a taxa de investimento (FBCF/PIB) subiu de 15,3% em 2003 para 18,4% em 2013, índice menor do que aquele alcançado no ano de 2010 (19,5%).

Apesar desse avanço observado no governo Lula e Dilma, segundo o professor Wilson Cano, nós tínhamos a oitava indústria de transformação do mundo, que perfazia 1/3 do PIB. Hoje, entretanto, apesar do alargamento do crédito privado, os dados apontam para uma participação de somente 13%, configurando, para ele, um processo de desindustrialização da economia, danosa para nosso mercado interno e para nossa pauta de exportação.

Desse modo, sem descuidar da inflação, para tornar viável o crescimento do investimento, seria necessário assegurar uma política fiscal anticíclica, criando,



a um só tempo, pré-condições favoráveis para o investimento privado associado a um esforço de expansão também do lado público, onde o Estado (governos, bancos e fundos de pensão) assumisse a responsabilidade direta por tal decisão.

Entretanto, alguns fatores ainda dificultam a implantação dessas medidas, pois, no atual quadro da correlação de forças, elas poderiam ferir pesados interesses dos setores rentistas dentro e fora do Brasil:

(i) segundo o conceito de dívida líquida, a dívida representou 33,8% do PIB em dezembro de 2013. Apesar dessa relativa estabilidade e do montante das reservas internacionais (US\$ 375, 8 bi), o estoque da dívida não pode ser menosprezado, em especial porque a dívida externa total alcançou US\$ 485,1 bi ano passado;

(ii) aparentemente as contas externas estão sob controle, embora tenha havido um aumento do déficit em transações correntes em 2013 (US\$ 81,4 bi). Além de fragilizar a balança de pagamentos, para bancar esse déficit, caso o investimento estrangeiro direto não o financie, a taxa de juros passa a funcionar como instrumento para atrair capital estrangei-

Sem descuidar da inflação, para tornar viável o crescimento do investimento, seria necessário assegurar uma política fiscal anticíclica

ro, estabelecendo um círculo vicioso, pois boa parte dos recursos vem para obter retornos financeiros com a alta dos juros na rolagem da dívida interna;

(iii) a privatização acelerou o processo de desnacionalização da economia brasileira, ampliando os gastos com remessas de lucros, juros, assistência técnica e importações, mecanismo que reforça a tendência do déficit em transações correntes e por sua vez pressiona a elevação da taxa de juros;

(iv) as dívidas dos estados e municípios cresceram significativamente, sofrendo uma pesada restrição fiscal, por meio do seu pagamento e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Precisamos reduzir a taxa de juros real, mas se os obstáculos mencionados acima devem ser enfrentados no plano estratégico, uma mediação possível, visando elevar a taxa de investimento e expandir a demanda agregada, seria alongar o prazo médio da dívida interna, reduzir os contratos em dólar e mudar o indexador do passivo de estados e municípios.

Com esse objetivo, o governo federal deve renegociar a dívida interna em bloco com o capital financeiro, a partir de um conjunto de ações coordenadas entre o Banco Central e os bancos públicos, a Procuradoria-Geral da Fazenda, o BNDES, os fundos de pensão institucionais e a própria Receita Federal do Brasil.

CARLOS OCTÁVIO OCKÉ-REIS é técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DIEST/IPEA)

Ainda à espera das MÍDIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

■ *Pedro Estevam da Rocha Pomar*

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) da Mídia Democrática é o **instrumento que unifica**, neste momento, a maior parte dos setores que lutam pela democratização dos meios de comunicação, o que inclui o maior partido governista, que é o PT

Política e comunicação “de massa” -- isto é, comunicação em escala que ultrapassa largamente o pessoal ou coloquial -- andam juntas há séculos. Basta lembrar que ao longo da grande Revolução Francesa, iniciada em 1789, surgiram para disputar a opinião dos cidadãos centenas de jornais políticos, como relata o historiador Robert Darn-ton. Nas décadas de 1930 e 1940 o uso intensivo do rádio como arma de sedução político-ideológica caracterizou regimes fascistas, como o de Hitler, ou assemelhados, como o Estado Novo de Vargas. Na segunda metade do século a TV tornou-se o mais poderoso meio de persuasão política, especialmente em países como o Brasil, “midiacentrados”¹, ou seja, “organizados” em torno de um vasto sistema nacional de mídia cruzada, que envolve redes nacionais e regionais de TV e rádio.

As classes dominantes brasileiras têm alternado fases de dominação pela via do Terrorismo de Estado (República Velha, Estado Novo, governo Dutra, Ditadura Militar) e fases de dominação por consenso fabricado, ou hegemonia, como a vivida desde 1985. Nesta última fase, tem sido central o papel desempenhado no Brasil pelos meios de comunicação de massa, para o exercício dessa hegemonia da grande burguesia. Vale mencionar o “fogo de artilharia” dessas mídias em defesa do Plano Real e de todas as ideias-força do neoliberalismo. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo em 2003, com a vitória de Lula (e depois a de Dilma), abalou essa hegemonia, sem destruí-la, porém. Os governos de coalizão diluem o protagonismo do PT e embaralham as ações contra-hegemônicas da esquerda.

Há uma clara percepção do protagonismo político dos grandes conglomerados de mídia. Eles próprios assumem

ostensivamente tal papel, ao criticar abertamente as debilidades dos partidos políticos de direita (em especial as do PSDB) e os “erros” por estes cometidos no exercício da oposição aos governos petistas. No campo da esquerda, há uma tendência a subestimar a influência atual desses conglomerados, derrotados tanto nas três últimas eleições presidenciais (2002, 2006, 2010) como, pontualmente, em diferentes disputas entre esquerda e direita. O caso do programa federal “Mais Médicos” é emblemático. Por outro lado, parte da esquerda considera que a democratização propiciada pela Internet, na qual brotaram milhares de dispositivos contra-hegemônicos (blogues e portais) e redes sociais que servem como plataformas de mobilização para movimentos, feriu de morte o oligopólio midiático capitaneado pelo império Globo.

É bom lembrar, contudo, que esse oligopólio se funda na propriedade cruzada, o que lhe dá grande poder econômico

e político. Vale dizer, os grupos empresariais de mídia se fazem presentes nos diferentes segmentos do setor: TV aberta, TV por assinatura, emissoras de rádio, jornais, revistas, Internet, agências de notícias, distribuidoras etc. (No caso da Globo, estamos falando de um conglomerado que envolve também a produção de filmes, discos e livros, bem como a participação em empresas de telecomunicação -- e que faturou R\$ 14,6 bilhões em 2013, com lucro líquido de R\$ 2,5 bilhões). Além disso, os conglomerados que constituem o oligopólio aliam-se a monopólios regionais e locais, de maneira que possuem expressiva capilaridade.

O modo como a mídia hegemônica agendou e dirigiu “por controle remoto” o julgamento da AP 470 no Supremo Tribunal Federal, transformando o episódio, fraudulentamente, no “maior escândalo de corrupção da história do país”, conquistando condenações “exemplares” e depois comemorando-as sem disfarce, bem como a campanha udenista que vem conduzindo com algum sucesso, destinada a convencer a sociedade de que -- contra todas as evidências -- a corrupção alcançou níveis epidêmicos nas últimas gestões federais, repõem a necessidade urgente de pensar a questão da comunicação no projeto nacional da esquerda combativa.

Nas últimas eleições o PT celebrou alianças imediatistas e sem princípios com forças conservadoras, como o PP de Maluf, apenas para ganhar um ou dois minutos a mais de exposição no horário eleitoral gratuito. Não se preocupou em tomar iniciativas de desconstrução da hegemonia exercida cotidianamente pelo oligopólio midiático, o qual não apenas procura solapar qualquer avanço político, social e cultural expressivo em nosso país, como atua continuamente para reproduzir a ideologia e os valores culturais do capitalismo.



Neste texto procuraremos resenhar os movimentos mais recentes do governo e do PT no setor de mídia, com a finalidade de contribuir com o debate do tema e com a eventual elaboração de iniciativas contra-hegemônicas.

Centro-esquerda. Já tivemos oportunidade de discorrer, ainda que *en passant*, sobre os efeitos da “estratégia de centro-esquerda” na política de comunicação do Partido dos Trabalhadores. No âmbito mais geral dessa concepção política -- que afinal de contas é uma estratégia de conciliação de classes -- prevaleceu a visão de que seria sempre possível negociar espaços e linhas de abordagem com os donos dos aparatos midiáticos. De que seria sempre possível contar com o espírito democrático e a boa vontade desse patronato esclarecido, civilizado pela própria natureza desse setor econômico². Por que, então, declarar-lhes “guerra”, criando meios próprios de comunicação capazes de lhes fazer frente?

Ao assumirem ao governo central em 2003, Lula e o PT carregavam consigo essa visão. Ainda no primeiro ano do mandato, o Presidente da República decretou três dias de luto nacional por ocasião da morte de Roberto Marinho, o todo-poderoso senhor do império Globo, aliado e beneficiário da Ditadura Militar, bem como dos governos Sarney, Collor e FHC, e inimigo fidalgo da classe trabalhadora. A crise de 2005-2006, derivada do escândalo do “mensalão”, quase resultou em um golpe de Estado branco contra Lula, mas não foi suficiente para arrancar do torpor em matéria de comunicação nem o governo, nem a maioria moderada que dirige o partido. Como agravante, o governo continuou financiando -- por meio de farta publicidade e propaganda -- os meios de comunicação de massa hegemônicos, o império Globo à frente. Mais ainda: o governo não se dispôs sequer a fiscalizar o poderoso setor da radiodifusão (TV e rádio), onde sempre grassaram diversas irregularidades, visíveis a olho nu.

Em 2007, contudo, algo começou a mudar. Lula criou a Secretaria de Comunicação Social (SCS) da Presidência da República, com *status* ministerial, para conduzir a comunicação do governo e encarregar-se da criação de um aparato público de TV. Em seguida, convidou o jornalista Franklin Martins, que trabalhava na TV Bandeirantes depois de haver sido demitido da TV Globo (onde dirigia, com independência profissional intolerável para os patrões, a importante sucursal de jornalismo de Brasília), nomeando-o ministro da SCS. Logo seriam criadas, por meio da lei 11.652/2008, a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC, que incorporou a antiga estatal Radiobrás) e a TV Brasil, primeira emissora pública nacional de televisão.

Um gesto notável, sem dúvida. Histórico, certamente, embora anunciado com todas as reservas, quase acompanhado por um pedido de desculpas aos senhores do oligopólio, o que não evitou os ataques à criação da TV Brasil. Editorial da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, considerou o projeto uma “fantasia”, definindo a nascente emissora como “TV manipulável, paga com impostos, mas sem controle público sobre conteúdo e gastos”, e que “nasce com pouco de BBC e muito do velho Brasil”³.

De qualquer modo, a TV Brasil viria a enfrentar brutais limitações. Em São Paulo, estado mais populoso e industrializado do país, sede das principais empresas de mídia, a recém-nascida emissora dispõe tão-somente do longínquo espectro situado nas faixas 62 analógica e 63.1 digital⁴. Os melhores canais estavam e estão em mãos privadas -- e o governo não se dispôs a rever as concessões para garantir um canal melhor para a TV Brasil. Em diversas outras regiões do país o alcance do sinal da emissora apresenta problemas, como relatado pela Ouvidoria da EBC⁵.

O financiamento da TV Brasil e demais mídias do grupo público também se mostrou problemático. A lei 11.652/2008 definiu 12 diferentes fontes de receitas para a EBC (dotações orçamentárias, prestação de serviços, publicidade institucional etc.), instituindo, entre elas, a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e destinando à EBC “no mínimo, 75%” da arrecadação correspondente. Mas até o início de 2014 a EBC vinha deixando de receber os recursos da Contribuição, porque as operadoras de telecomunicação (as “teles”) questionaram judicialmente o recolhimento e depositam os valores em juízo desde 2009. O montante já é de cerca de R\$ 1,4 bilhão nominais⁶.

Apesar dos esforços do jovem reportariado, em muitos aspectos a “máquina” e o jornalismo da TV Brasil reproduzem as práticas das redes privadas de TV

Uma das “teles”, a TIM, decidiu finalmente deixar de depositar em juízo e passou a recolher a Contribuição para o Tesouro Nacional e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A EBC, um ente federal, viu-se na situação kafkiana de ter de negociar com outros entes federais, o Tesouro e a Anatel, a liberação de valores que lhe pertencem. Em abril de 2014, o presidente da EBC admitiu publicamente que, dos R\$ 321

milhões repassados pela TIM, somente R\$ 40 milhões deveriam entrar no caixa da empresa pública⁷.

São características típicas da condição que o jornalista e pesquisador Jonas Valente designa como “complementaridade marginal”, explicando que o governo federal “oscilou entre duas tendências: a de coordenar as ações das emissoras educativas estaduais e a de manter um aparato próprio centralizado”, e que a “criação da EBC e de seu principal veículo, a TV Brasil, marcam a retomada de um projeto de TV Pública que responde à tendência de operação de um aparato centralizado experimentado anteriormente na figura da Radiobrás e absorve a lógica de rede patrocinada tendo como vértice a TVE do Rio de Janeiro”. Ainda segundo Valente, trata-se de um “projeto de cunho nacionalizante e com intenções de constituir um espaço mais equilibrado, embora não assumidamente contra-hegemônico”. Portanto, a TV Brasil “desafia a complementaridade marginal da TV Pública no Brasil, mas permanece limitada por esta condição no que tange às possibilidades de inserção na concorrência com as redes nacionais de televisão”⁸.

Note-se ainda que o governo recrutou, para os postos de direção e principais chefias da TV Brasil, majoritariamente quadros de jornalismo formados pelo “mercado” e com ele sintonizados. Assim, apesar dos esforços e do entusiasmo do jovem reportariado contratado por concurso público, em muitos aspectos a “máquina” e o jornalismo da TV Brasil reproduzem as práticas das redes privadas de TV. Um diferencial importante é o Conselho Curador da EBC, o qual tem procurado dialogar com a sociedade civil e os movimentos sociais, apontando e corrigindo desvios.

Confecom. De qualquer modo, iniciara-se aí um enfrentamento entre a gestão Lula e o oligopólio midiático. O governo continuaria a sinalizar seu incômodo, um tanto contraditório e ambíguo, com o *status quo*. Nesse contexto se dá a convocação da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), uma iniciativa oficial da União, a ser precedida por conferências setoriais, municipais e estaduais, com a finalidade de repensar o modelo de comunicação social vigente no Brasil. Ápice de um processo

que envolveu centenas de movimentos e grupos da sociedade civil, mobilizando milhares de pessoas no país todo, a Confecom realizou-se em Brasília em dezembro de 2009, com quase 900 delegados de três segmentos (sociedade civil, empresariado e poder público), os quais aprovaram 672 propostas.

A maior parte dos grandes conglomerados de mídia -- Globo, Record, SBT, RBS, Abril, Folha -- boicotou a Confecom, apesar das várias concessões feitas pelo governo quanto ao formato e ao regulamento. Mas as “teles”, a TV Bandeirantes e a Rede TV! participaram da conferência e disputaram “palmo a palmo” com a sociedade civil. Donos de pequenos jornais do interior também estiveram presentes. Por imposição do governo, os três segmentos contaram com idêntico número de delegados, e propostas relativas a temas declarados “sensíveis” exigiam aprovação por maioria qualificada de votos (o que descartou a validação de diversas propostas majoritárias)⁹. Os resultados finais da Confecom foram apreciáveis, diante das dificuldades, não apenas por seu simbolismo, mas pela qualidade das deliberações. Mas de 2009 aos dias de hoje a **única** das propostas aprovadas encaminhada pelo governo foi o Marco Civil da Internet, aprovado pela Câmara dos Deputados em março de 2014.

Permanecem no limbo propostas como a 417, de criação do serviço de Internet Banda Larga, “a ser prestado em regime público, por meio de diversas tecnologias, com metas de universalização do acesso, metas de qualidade, controle de tarifa e garantia de continuidade”, acesso esse previsto na proposta 421 como um “direito fundamental e garantido pelo Estado”, o qual deve assegurar “a gratuidade do serviço sempre que necessário”.

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ministério das Comunicações (Minicom) e Polícia Federal continuam a ignorar solenemente a proposta 788, que prevê a reparação ou anistia “para os comunicadores processados e ou punidos por operarem rádios comunitárias sem outorga”.

Igualmente deixou-se de se avançar na formulação de um Marco Regulatório das Comunicações, que incluía as medidas democratizantes e disciplinadoras do processo de outorgas de emissoras de rádio e TV previstas na proposta 79, ou a criação de “mecanismos de fiscalização, inclusive com ações punitivas, para emissoras de rádio e TV que veiculem conteúdos que desvalorizem, depreciem ou estigmatizem crianças e minorias historicamente discriminadas e marginalizadas (negros, LGBTQs, comunidades de terreiro, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, indígenas)”, preconizados pela proposta 199. Etcétera.

No governo Dilma, a SCS passou a ser dirigida por Helena Chagas, muito próxima da TV Globo, o que escancarou as contradições do governo no setor. Após sua entrada, a União e suas estatais reduziram as verbas publicitárias destinadas a pequenas publicações independentes, ao mesmo tempo em que foi reforçado o financiamento da mídia hegemônica. A exoneração da ministra, no início de 2014, foi recebida pelo oligopólio com fortes sinais de descontentamento, acusando assim o golpe sofrido.

Porém, é na captura do Minicom por interesses privados que se localiza a chave do bloqueio de eventuais ações contra-hegemônicas do governo federal. Dilma chegou a anunciar um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) digno desse nome, mas em seguida o ministro Paulo Bernardo, com aval da presidenta, reconfigurou o projeto, premiando as “te-



les” com bilionárias desonerações e isenções fiscais, além de lhes garantir mercado cativo e mínimas obrigações. Não apenas isso: o ministro breçou a reativação da Telebrás -- estatal desativada por FHC e reativada por Lula com a finalidade de dotar o setor público de infraestrutura no setor das telecomunicações -- e demitiu seu presidente, Rogério Santanna. Desse modo foi enterrado o PNBL¹⁰.

No tocante ao tratamento concedido pelo Minicom ao oligopólio midiático passou-se algo semelhante. Desde 2011, quando assumiu a pasta, Paulo Bernardo concedeu diversas entrevistas nas quais defendia, confusamente, o marco regulatório da radiodifusão, definindo-o como mera “modernização da lei”¹¹. Com o passar do tempo, os movimentos sociais e o próprio PT, na medida em que exigiam a implantação do marco regulatório, deram-se conta de que o Minicom limitava-se a protelar a questão. Em fevereiro de 2013, o secretário-geral do Minicom, César Alvarez, declarou que seria inviável aprovar o novo marco regulatório “no prazo deste mandato”, ou seja, da presidenta Dilma Rousseff, “porque temos apenas um ano e meio”, acrescentou, referindo-se ao período eleitoral de 2014¹².

Em março de 2013, o Diretório Nacional do PT aprovou sua mais avançada resolução sobre o tema, intitulada “Democratização da mídia é urgente e inadiável”¹³, na qual criticava a conduta do ministro frente às “teles” e ao oligopólio midiático, e pedia mudanças nas políticas do Minicom. Paulo Bernardo não se limitou a responder ao partido: em junho, declarou nas páginas amarelas da revista *Veja*, a propósito do marco regulatório, que a “militância extrapola, e eu posso dizer que está errada”. Prosseguiu: “Se ela não gosta da capa da revista, da manchete de jornal, quer que eu faça a regulação. Não vai ter regulação para isso”¹⁴.

Apesar da saraivada de críticas que partiram do movimento social, da Central Única dos Trabalhadores e do próprio PT ao qual Paulo Bernardo é filiado, nada mudou desde então, o que demonstra que, no essencial, a linha política do Minicom tinha respaldo da Presidência da República. A recente aprovação do Marco Civil da Internet foi a única empreitada política vitoriosa em que governo, PT e movimento pela democratização da mídia convergiram. Enquanto na Argentina o grupo *Clarín* teve de “depor as armas”, colocando à venda parte de suas empresas para enquadrar-se na *Ley de Medios*, e na Inglaterra, berço do capitalismo, entra em vigor um marco regulatório para evitar abusos e manipulação do noticiário¹⁵, por aqui restam por implantar 671 deliberações da Confecom.

Conclusão. O Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) da Mídia Democrática é o instrumento que unifica, neste momento, a maior parte dos setores que lutam pela democratização dos meios de comunicação, o que inclui o maior partido governista, que é o PT. Persiste, todavia, o antigo divórcio entre PT e comunicação de massa contra-hegemônica. Parece que será preciso esperar pelas fortes emoções prometidas pela campanha eleitoral de 2014, para só então presenciar alguma novidade digna desse nome. Por exemplo, a singela aplicação do artigo 220, § 5º, da Constituição Federal: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.”

 **PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR** é jornalista e doutor em Ciências da Comunicação. Participou da Confecom como delegado eleito pela sociedade civil de SP. É militante do PT

Agradecimentos. A formulação deste artigo contou com a valiosa colaboração do jornalista Nelson Lin — que corrigiu um equívoco presente na redação original e sugeriu acréscimos enriquecedores — e da jornalista Adriana Miranda, cujo parecer dirimiu dúvidas do autor. Também sou grato a todos os repórteres e pesquisadores aqui citados à revelia, sem o trabalho dos quais este artigo não seria possível.

NOTAS

1 Expressão utilizada pelo pesquisador Venício Lima.

2 Pomar, Pedro: “Os aparatos de comunicação de massa e a luta pela hegemonia no Brasil”. *Lutas Sociais*, 19/20: <http://goo.gl/mRZPOu>

3 “EBC, BBC e TV Brasil”, *Folha de S. Paulo*, 2/12/2007.

4 Vide <http://goo.gl/evhP4f>.

5 *Relatório Anual 2013*, p. 24. Vide também reclamações dos telespectadores sobre interrupções bruscas da programação e a “fragilidade do conceito de rede da TV Brasil”: <http://goo.gl/XJrGNq>

6 Craide, Sabina: “EBC deverá receber parte dos recursos do Fistel retidos desde 2009”. Agência Brasil, 2/12/13: <http://goo.gl/RgAA95>

7 Reportado pela jornalista Michele da Costa em sua página no Facebook, a propósito da participação de Nelson Breve no Congresso Nacional dos Jornalistas, em Maceió.

8 Valente, Jonas: “TV Pública no Brasil. A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira”. Dissertação de Mestrado. UnB, 2009.

9 Pomar, Pedro: “Camaradas, eu vi”, *Página 13*, 2010: <http://goo.gl/GTRfsQ>

10 Gomes, Rodrigo: “Ex-presidente da Telebrás: Bernardo acabou com o PNBL”. *Viomundo*, 7/9/13: <http://goo.gl/6vLZDe>

11 Sacchitiello, Barbara: “Marco regulatório não é censura”. *Meio&Mensagem*, 20/6/12: <http://goo.gl/zmg86b>

12 “Secretário acha que marco regulatório das comunicações terá dificuldades para avançar”. Portal EBC, 20/2/13: <http://goo.gl/7j25cx>

13 <http://goo.gl/bo23Lm>

14 Eugênio Bucci, ex-presidente da Radiobrás, saiu em defesa do ministro. Pomar, Pedro: “Bucci e Paulo Bernardo, almas gêmeas?” no *Escrevinhador*, 25/3/13: <http://goo.gl/jzXIOz>

15 Imposto por governo e parlamento na esteira dos crimes cometidos por jornais do grupo de Rupert Murdoch.

PINGOS NOS I'S

■ *Kjeld Jakobsen*

Aprofundar a integração do continente é fundamental, assim como retomar a pressão pela reforma dos organismos do sistema internacional

Artigos e reportagens recentes têm criticado a Política Externa Brasileira (PEB) desenvolvida pelo governo Dilma Rousseff, em parte movidos pela campanha eleitoral deste ano, que extra-oficialmente já se iniciou, pelo menos para a mídia, e em parte para pressionar o governo a adotar uma agenda neoliberal no tocante ao comércio exterior.

Neste aspecto, os críticos, muitos ligados à oposição ao governo, defendem o abandono do Mercosul enquanto União Aduaneira, substituindo-a por uma zona de livre comércio, além de pressionarem pela assinatura de tratados bilaterais de livre comércio, primeiro com a União Europeia, para em seguida retomar as negociações de uma nova Alca com os Estados Unidos. O artigo na revista *The Economist* de 22 de março de 2014, sobre a PEB do governo Dilma, é explícito neste sentido e tem havido vários pronunciamentos empresariais que corroboram estas posições, como o artigo do ex-embaixador e hoje assessor da FIESP, Rubens Barbosa, no jornal *O Estado de São Paulo*, em 25 de março de 2014. O interessante é que alguns críticos da PEB atual, como o próprio ex-embaixador, a comparam com a política externa “ativa e ativa” do governo Lula que outrora criticavam duramente e agora elogiam para argumentar que a PEB da presidenta Dilma é inerte.

Por outro lado, há a percepção de pessoas de outros setores sociais que teria havido uma inflexão na política externa do atual governo, em comparação





A política externa ativa e ativa de Lula destacou-se e contrastou sobremaneira com a política dos governos que o antecederam, particularmente Collor e FHC, que possuíam concepções de inserção subordinada na globalização

com a política dinâmica dos dois mandatos do presidente Lula. No entanto, ao darmos a devida dimensão a esta comparação, verificamos que há continuidade da política e com muitos aspectos positivos no governo Dilma.

Em primeiro lugar, não é correto compararmos uma política desenvolvida durante oito anos com a atual, que foi implementada durante pouco mais de três. Em segundo lugar, a política externa ativa e ativa de Lula destacou-se e contrastou sobremaneira com a política dos governos que o antecederam, particularmente Collor e FHC, que possuíam concepções de inserção subordinada na globalização. Ao governo Dilma coube dar seguimento e consolidar as iniciativas adotadas entre 2003 e 2010 e não necessariamente abrir novas frentes. Terceiro, o governo atual promoveu cortes no orçamento para lidar com as consequências da crise econômica mundial, particularmente a guerra cambial, o que afetou todos os ministérios, inclusive o Itamaraty. E, por fim, não menos importante, os dois governantes em questão têm estilos diferentes de atuação política, tanto internamente quanto no exterior.

Isto posto, podemos registrar vários movimentos e resultados importantes da PEB atual, a começar pela atitude firme com que o governo brasileiro e demais países do Mercosul reagiram ao golpe que destituiu o presidente Fernando Lugo do governo do Paraguai e lidaram com o ingresso da Venezuela como membro permanente do blo-

co, caminho a ser seguido agora pela Bolívia, cuja adesão já foi aprovada pelo Senado uruguaio. No tocante à integração continental e formação de blocos internacionais, o governo Dilma tem fortalecido a UNASUL, CELAC e os BRICS e por meio deles tem se posicionado de forma ativa frente a questões cruciais da conjuntura internacional, como as intervenções externas na Líbia, Síria e Ucrânia, bem como em relação à recente tentativa golpista na Venezuela.

No tocante às relações bilaterais no continente destacam-se a atenção dada à Argentina, Uruguai e Cuba no continente latino-americano, além da participação da presidenta em praticamente todas as cúpulas dos BRICS, CELAC, UNASUL e Mercosul.

Quando foi revelada a espionagem contra o governo brasileiro pela Agência de Segurança Nacional (NSA) americana, a presidenta não hesitou em cancelar a visita oficial aos EUA e denunciar o ocorrido nos diversos fóruns nos quais participou posteriormente como, por exemplo, na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 2013. Por iniciativa brasileira realizar-se-á uma Conferência Internacional sobre a Governança da Internet em abril próximo e a lei, de iniciativa do governo, que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar sobre este tema, poderá se tornar uma referência para este debate.

Nas disputas pelo preenchimento de cargos relevantes nas Organizações Internacionais, o



RELAÇÕES BILATERAIS: destacam-se a atenção dada a Argentina, Uruguai e Cuba no continente latino-americano, além da participação da presidenta em praticamente todas as cúpulas dos BRICS, CELAC, UNASUL e Mercosul

governo também tem se saído bem com as eleições de: José Graziano para Diretor Geral da FAO, Roberto Azevedo para Diretor Geral da OMC e Paulo Vannuchi para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, além de ter apoiado a candidatura vitoriosa de um sindicalista inglês, Guy Ryder, para Diretor Geral da OIT. Não há dúvida que estas vitórias decorrem das políticas e relações construídas desde 2003, mas o atual governo conduziu as “campanhas eleitorais” dos candidatos brasileiros com eficiência.

Na Conferência Rio + 20 sobre Desenvolvimento Sustentável, que tendia a não aprovar nada de relevante, além de uma polêmica posição sobre “economia verde” que no final não passou, o governo brasileiro assegurou que houvesse uma resolução que gerasse algumas ações concretas e que permitisse levar o debate adiante, além de ter facilitado a realização da Cúpula dos Povos e de ter adotado um processo de diálogo correto com as organizações

sociais, coordenado na época pelo embaixador Luis Alberto Figueiredo, atual ministro de relações exteriores. Aliás, o atual ministro agora também abriu um diálogo com várias organizações da sociedade civil para discutir a criação de um mecanismo de relacionamento permanente com a sociedade sobre a política externa. Mecanismo este que o Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI) reivindica que seja um Conselho de Política Externa Brasileira e não um foro.

Enfim, a PEB continua ativa e ativa e deu continuidade às iniciativas de Lula, embora seja necessário reconhecer que ainda há muito que fazer diante da atual conjuntura que também mudou, em comparação com o período 2003 - 2010. A ofensiva neoliberal hoje é mais forte haja vista a política de austeridade defendida pelos europeus e a chantagem das agências de *rating* contra o Brasil que, como bem disse o professor Luiz Gonzaga Beluzzo, são meras estelionatárias, mas que

querem determinar nossos níveis de inflação, de impostos, de crescimento econômico e de gastos públicos a favor do interesse das corporações internacionais.

Aprofundar a integração do continente é fundamental, assim como retomar a pressão pela reforma dos organismos do sistema internacional. O Itamaraty necessita continuar se equipando e preencher as vagas existentes em diversos postos diplomáticos no exterior. E o governo deve resistir à pressão dos livre cambistas que querem fechar acordos de livre comércio a qualquer custo, como o do Mercosul, com a União Europeia, que inclui itens como investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais que não têm nada a ver com comércio.

De qualquer modo não temos porque temer este debate na campanha eleitoral.

KJELD JAKOBSEN é diretor da Fundação Perseu Abramo

Democratização do PODER JUDICIÁRIO

■ André Vieira



A prevalência dos **interesses do poder econômico nas decisões judiciais** se dá pelo próprio ordenamento jurídico, pela estrutura do Estado e do Poder Judiciário, pela composição elitista de seus membros e pela corrupção

Nas escolas se ensina que a estrutura do Estado é dividida em três poderes -- Executivo, Legislativo e Judiciário--, cabendo ao Poder Judiciário fazer Justiça, palavra carregada de conotações positivas. Todos conhecem, aliás, a estátua da deusa grega Têmis representando a Justiça, carregando uma balança e com os olhos vendados. Mas a experiência demonstra que a Justiça não é cega nem equilibrada. Seja porque as leis são favoráveis aos interesses de uma minoria, seja porque o processo judiciário é caro e cheio de meandros inacessíveis ao cidadão comum, seja porque os que julgam têm interesse de classe, o fato é que a “justiça realmente existente” é uma justiça de classe, inclusive quando se autoproclama a guardiã do Estado Democrático de Direito.

Num Estado fortemente constituído segundo os interesses da classe economicamente dominante, o Poder Judiciário coloca-se geralmente como um legitimador das desigualdades reais, quando sob o manto de uma suposta atuação imparcial, assegura uma igualdade que só existe formalmente, na letra da lei.

Assim, o Judiciário assume o aspecto de defesa dos interesses burgueses, na medida que a burguesia exerce o poder político do Estado diretamente, através do governo ou parlamentos, ou indiretamente, através da pressão exercida pelas estruturas econômicas (finanças, mídia etc.).

A prevalência dos interesses do poder econômico nas decisões judiciais se dá pelo próprio ordenamento jurídico, pela estrutura do Estado e do Poder Judiciário, pela composição elitista de seus membros e pela corrupção.

O ordenamento jurídico, resultado do processo político, consolida o estado de desigualdade social, ao garantir o direito de propriedade da minoria beneficiária da acumulação histórica, ao passo que mantém o estado de exclusão de grande parte da população.

A estrutura do Poder Judiciário, historicamente moldada de forma a atender os interesses econômica e politicamente dominantes da sociedade, permanece, no presente, com as características fundamentais de uma Justiça distante e de difícil acesso para a população desfavorecida.

O alto custo do processo, o difícil acesso à Justiça gratuita, a insuficiente estrutura da defensoria pública e o desconhecimento jurídico da população são entraves fundamentais ao acesso da população à Justiça. Permanecem também



FLEXIBILIZAÇÃO: O efeito da influência política das oligarquias no Poder Judiciário pôde também ser medido no episódio da Ação Penal 470, onde princípios elementares do Direito foram “flexibilizados” no STF

as características aristocráticas do Judiciário, como a linguagem excessivamente rebuscada, os formalismos desnecessários e a opulência opressora dos fóruns e tribunais. A adoção de símbolos religiosos nas dependências do Poder Judiciário também é incompatível com a pluralidade e o caráter laico do Estado.

A composição do Judiciário, bem como o processo de constituição de suas cúpulas diretivas e administrativas, também se caracteriza por um perfil elitista e segregador, por razões históricas. Embora constituído, em seu quadro funcional, pela magistratura (juízes) e demais servidores da área jurídica e técnico-administrativa, é tão somente uma pequena parte da magistratura que exerce a direção política do órgão, subordinando integralmente a gestão administrativa.

Nesse sentido, o Judiciário é o que menos sofre a influência da opinião pública, sendo que seus dirigentes são escolhidos internamente por uma pequena parcela da magistratura, sobressaindo, nesse modelo, os interesses corporativos e pessoais. Não são apresentadas nem debatidas publicamente propostas ou plataformas políticas e tudo ocorre sem que haja qualquer comprometimento com o público.

Porém, longe de estarmos debatendo a participação direta da população na escolha das cúpulas dirigentes das cortes de Justiça do país, como ocorre em outros países, a proposta que se debate no Brasil é a de ampliação da participação, tão somente, da magistratura nesse processo (PEC 187), sem a inclusão dos servidores e muito menos da população. Dessa forma, o Poder Judiciário mantém-se impermeável aos anseios populares.

O ingresso na magistratura, embora sujeito ao concurso público, ainda privilegia os filhos da classe economicamente dominante, em melhores condições de preparo formal. Mas é preciso lembrar que nem mesmo isso foi sempre assim. Durante a ditadura militar, por exemplo, eram comuns a cassação e a nomeação de juízes sem concurso, para atender aos interesses do regime. Os resquícios do autoritarismo no Poder Judiciário são vastos. Dentre eles, o assédio moral é problema recorrente na relação entre juízes, servidores e jurisdicionados. Tal cultura de abuso se desenvolveu pela posição praticamente intocável daqueles que têm o poder de julgar.

Além de regras estabelecidas num estado de desigualdade econômica e so-

cial, de uma estrutura e composição elitista e segregadora, o poder econômico encontra na corrupção a fórmula final para subverter o ordenamento jurídico e as decisões judiciais. Os inúmeros casos de vendas de sentença são o exemplo mais veemente desse tipo de suscetibilidade do Judiciário aos interesses econômicos. A pouca efetividade do controle social sobre o Judiciário é o que permite que as regras sejam transgredidas no próprio órgão encarregado de garanti-las.

A criminalização das greves e outras mobilizações sociais, as reintegrações de posse em favor de especuladores e as consequentes desocupações de famílias de sem-terra e sem-teto, como ocorreu na comunidade do Pinheirinho em São José dos Campos-SP em 2012, são exemplos da “justiça” que se aplica no Brasil, com significativa frequência.

Além das leis, que fazem prevalecer o direito de acumulação individual sobre o direito social fundamental de moradia, o poder econômico também mobiliza seus recursos para influenciar as decisões do Judiciário e para moldar a opinião pública. A decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, no caso Pinheirinho, autorizando a reintegração de pos-

se, desconsiderou o estágio de negociação envolvendo os entes federativos e a comunidade. O resultado da atuação estatal foi de violência e não de paz social.

O efeito da influência política das oligarquias no Poder Judiciário pôde também ser medido no episódio da Ação Penal 470, onde princípios elementares do Direito foram “flexibilizados” no Supremo Tribunal Federal, a fim de promover condenação politicamente interessada. Sob intensa campanha da grande mídia conservadora a conduzir a opinião pública e a pressionar os ministros do Supremo, uma série de prerrogativas legais foram quebradas, como o direito ao duplo grau de jurisdição – quando os ministros deixaram de desmembrar o processo e remetê-lo à primeira instância quanto aos acusados que não detinham o foro privilegiado - e a própria necessidade de provar os crimes apontados, substituída pela controversa interpretação da teoria do “domínio do fato”, que pode gerar um grave precedente na jurisprudência nacional.

De forma imediata, a sociedade deve impulsionar profundas mudanças democráticas no Judiciário, a começar

pela forma de escolha das cúpulas diretivas e administrativas desse órgão, que deve contar com um modelo que permita a participação da população, o debate e a prestação de contas à sociedade.

A criação do Conselho Nacional de Justiça representou um certo avanço. Entretanto, é preciso ainda superar limitações, pois o próprio CNJ é composto, em grande parte, por membros do Judiciário, o que o deixa distante da desejada independência para o controle social efetivo.

Sendo o Poder menos permeável a controle social, o Judiciário tende a conservar práticas administrativas pouco republicanas, como a autoconcessão de benefícios, o excesso de cargos comissionados, o tratamento desigual entre seus servidores, entre outros atos que comprometem a melhoria do sistema, pois consomem os recursos que seriam necessários para investir na ampliação e qualificação dos serviços.

Do ponto de vista da prestação do serviço, faz-se necessário um maior aporte de recursos para ampliação da estrutura física e de servidores, para atender a maior demanda da Justiça,

resultado do crescimento demográfico e econômico do país. Deve ser combatida a forte tendência de terceirização da mão-de-obra e concomitante extinção de carreiras do Judiciário, que resulta em precarização das condições de trabalho e do serviço prestado.

A luta por uma Justiça digna do nome passa, portanto, por várias frentes de atuação política, que tratem diretamente o Poder Judiciário, e que também avancem na reformulação do Estado, de suas leis e relações econômicas.

Por isto é fundamental que a esquerda brasileira inclua uma radical reforma democratizante do Judiciário na pauta das mudanças necessárias para a construção de um Brasil democrático e popular. Para tal, será necessário perder qualquer ilusão com um suposto caráter técnico e isento do Judiciário brasileiro, denunciar o caráter de classe do Direito na sociedade capitalista e como as cortes judiciais contribuem para a reprodução das desigualdades.

■ **ANDRÉ VIEIRA** é secretário-geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná



Será necessário perder qualquer ilusão com um suposto caráter técnico e isento do Judiciário brasileiro, **denunciar o caráter de classe do Direito** na sociedade capitalista e como as cortes judiciais contribuem para a reprodução das desigualdades



Violência juvenil é expressão de uma SOCIEDADE VIOLENTA

■ *Jonatas Moreth*

O PT deve ser protagonista no combate ao endurecimento de leis penais e redução de direitos de nossa juventude. É preciso inverter o debate. Ao invés de debater apenas as consequências da violência, é preciso enfrentar suas causas

Muda-se a pauta, mas o cenário é sempre o mesmo. Ocorre algum crime que choca a sociedade, seja pela gravidade e violência, seja pelo fato de a vítima ser famosa ou da “classe média/alta”, e imediatamente (re)começam as mobilizações para alterações na legislação criminal.

O *script* é o seguinte: a imprensa potencializa a repercussão do fato com manchetes sensacionalistas e entrevistas com os familiares, em uma nefasta invasão da privacidade. Aparecem “especialistas” defendendo mudanças na legislação, que se precisa ter mais rigor e punição. Parlamentares vêem uma oportunidade de aparecer na mídia com o tradicional perfil de “implacável com os marginais”. Resultado: alteram-se as leis penais no intuito de criar novos tipos penais ou agravar os já existentes.

São vários os exemplos. A lei nº 8.072/90, conhecida como lei dos crimes hediondos é a mais conhecida. Foi criada após uma mobilização encabeçada pela novelista Glória Perez, depois do assassinato de sua filha, a atriz Daniella Perez, dois anos antes. Uma legislação excessivamente rigorosa, que inclusive teve alguns de seus dispositivos considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como a medieval obrigatoriedade de cumprir a pena em regime integralmente fechado.

O caso mais recente foi a aprovação da lei nº 12.737/12, conhecida como “lei Carolina Dieckmann”, que tipifica crimes virtuais, cometidos pela via *on-line*. Essa lei foi criada logo após *hackers* invadirem o computador da atriz e divulgarem fotos da atriz nua, na internet. No entanto, quando se refere à tentativa de mudar a Constituição visando extinguir a maioria penal, mesmo com muita repercussão midiática, não conseguiram atingir êxito.

Propostas de Emendas à Constituição com este propósito tramitam há 15 anos no Congresso Nacional. Dois momentos decisivos nesta longa tramitação foram, mais uma vez, quando ocorreram crimes com maior repercussão. Um destes momentos, a morte do menino João Hélio, então com 6 anos, que após adolescentes terem assaltado o carro de seus pais, o arrastaram preso no cinto de segurança por dezenas de metros. Outro momento foi quando o também jovem “Champinha” estuprou e matou um casal de classe média que estava acampado em área rural, no interior de São Paulo.

Este fenômeno tem basicamente quatro origens: sensacionalismo da grande mídia; oportunismo eleitoral de alguns políticos que surfam em assuntos com grande repercussão, apresentando respostas fáceis para assuntos complexos; sentimento de justicamento e vingança, predominante em parcela significativa da sociedade, após crimes violentos ou com grande visibilidade; falsa impressão de que aumentando o rigor das leis penais automaticamente diminuem as ocorrências de crimes.

A tese de que quanto mais rigor, menor é a quantidade de crimes em uma sociedade, já foi derrubada pela criminologia desde o século XVIII e remonta à clássica obra “*dos delitos e das penas*” de Cesare Beccaria. O filósofo e humanis-

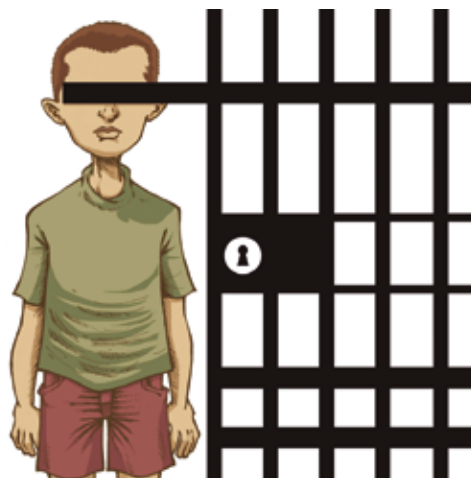
ta italiano condenava o pensamento de que as penas constituíam uma espécie de vingança coletiva. Argumentava que a criminalidade, ou a “vontade do crime” não tem origem na punição, ou no rigor da legislação.

Por fim, defendia que, para não ser um ato de violência contra o cidadão, a pena deve ser essencialmente pública, pronta, necessária, a menor das penas aplicáveis nas circunstâncias dadas, proporcionada ao delito e determinada pela lei.

Punir mais não é sinônimo de justiça. A realidade das casas brasileiras que atendem os jovens é marcada pela violência institucional e ausência de recursos, mostrando que penas expiatórias e penas não resolvem o problema. Os índices de reincidência são altíssimos e corroboram com essa tese.

Recentemente, a tramitação de proposições legislativas com intuito de modificar ou extinguir a punibilidade dos jovens e adolescentes voltaram a ganhar muita força no Congresso Nacional. A grande novidade deste debate é a PEC 33/12 de autoria do senador tucano Aloysio Nunes.

Com o intuito de ganhar maior aceitação, inclusive entre os especialistas no debate de criança e adolescente, o senador cria o instituto do *Incidente de Desconsideração de Imputabilidade Penal* para menores de 18 anos e maiores de 16 anos.



Este incidente permite que o Ministério Público, nos casos e crimes previstos na Constituição, poderá apresentar denúncia criminal contra o menor infrator, que será julgado não mais conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e sim nos termos e penas do Código Penal.

Como antídoto a esta e outras propostas a esquerda sempre evocou a tese de que mudanças na maioria penal seriam inconstitucionais, pois atingiriam as conhecidas “*cláusulas pétreas*”, que são o núcleo constitucional que não pode ser alterado em nenhuma hipótese.

Este posicionamento causa divisão entre os juristas. Para Dalmo Dallari “*a constituição não pode ser objeto de deliberação tendente a abolir os direitos e garantias individuais. E não responder criminalmente é direito individual do menor.*” Outro importante jurista Alexandre de Moraes alega que “*essa verdadeira cláusula de irresponsabilidade penal do menor de 18 anos enquanto garantia positiva de liberdade, igualmente transforma-se em garantia negativa em relação ao Estado, impedindo a persecução penal em juízo.*”

São argumentos bem elaborados, com força no poder judiciário, defendidos por pessoas com credibilidade na sociedade, porém não deve ser o centro do nosso conjunto argumentativo. A tentativa de reduzir a maioria penal é essencialmente política, intervém em nossa visão de sociedade, e como tal deve ser enfrentado.

Todavia, atualmente boa parte da esquerda e do PT já não tem mais a mesma disposição no enfrentamento político. Não são raras as vezes que vemos lideranças e parlamentares alegando que o PT e o Governo precisam dar resposta para sociedade diante do suposto aumento da violência juvenil; ou que se for para voto no Congresso, os contrários à redução estarão em minoria; ou mesmo utilizam

pesquisas de opinião que contabilizam o massivo apoio popular a medias que visam alterar a punibilidade do menor.

A mediação, a falta de enfrentamento a projetos antagônicos, os maus acordos e “recuos táticos” não nos servem. O PT foi criado para disputar a sociedade, seus valores, sua visão de mundo, e não para se curvar ao senso comum construído pela grande mídia.

Por que não damos resposta aos crimes e constantes violências policiais nas manifestações, pressionando para aprovação da PEC 51/13 de autoria do senador Lindbergh Farias (PT/RJ) que desmilitariza a PM? Ou mesmo aprovando o PL 4471/12 de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT/SP) que acaba com os “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”, contendo o atual massacre feito pela PM contra nossos jovens?

O PT deve ser protagonista no combate ao endurecimento de leis penais e redução de direitos de nossa juventude. É preciso inverter o debate. Ao invés de buscarem as causas da violência, que estão relacionadas a práticas complexas e profundas, multiplamente determinadas, sendo transversais a fatores culturais, sociais e econômicos, debatem-se apenas as consequências.

Boa parte das afirmações apresentadas, se levadas a cabo, condenarão, justamente aqueles que já são vítimas notórias do Estado e do conjunto da sociedade, ou seja, as crianças e adolescentes, especialmente as pobres, negras e das periferias.

Dados da pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada em 2012, mostram que 57% dos jovens privados de liberdade não frequentam a escola antes da internação; 8% são analfabetos; 86% pararam de estudar em alguma série do ensino fundamental, sendo que 80% deles já eram usuários de drogas.

A mediação, a falta de enfrentamento a projetos antagônicos, os maus acordos e “recuos táticos” não nos servem. **O PT foi criado para disputar a sociedade, seus valores, sua visão de mundo, e não para se curvar ao senso comum construído pela grande mídia**

O número de crianças e adolescentes que são vítimas de crimes de violência é, no Brasil, muito maior que o de jovens infratores. Parcela significativa destes adolescentes sofreu algum tipo de violência antes de cometer o primeiro ato infracional, ou seja, são provenientes de um círculo de violência que atravessa reiteradamente o seu cotidiano.

Dados do Mapa da Violência 2012 revelam que mais de 8,6 mil crianças e adolescentes foram assassinados em 2010 em território brasileiro. Mais de 120 mil foram vítimas de maus-tratos e agressões, segundo denúncias feitas ao Disque 100, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, no período de janeiro a novembro de 2012.

Além disso, é preciso afastar os rótulos de que, por não defender a redução da maioridade penal, defensores de direitos humanos são favoráveis a qualquer tipo de impunidade. A verdade é que a

lei brasileira vigente, já responsabiliza crianças e adolescentes. O que há é uma grande confusão em torno dos conceitos de imputabilidade penal e impunidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê sanções aos jovens, que podem ser responsabilizados com medidas socioeducativas, sendo prevista, inclusive, a privação de liberdade por até três anos.

Portanto, a medida socioeducativa é uma conquista social, fruto de um amplo debate com a sociedade, assegurada no Estatuto a fim de, inibir a reincidência, além de ter caráter pedagógico e educativo.

Colocar esses jovens num sistema prisional falido, com uma infraestrutura precária e um déficit de mais de 262 mil vagas, submetendo-os cotidianamente a práticas medievais de torturas físicas e psicológicas, a condições humilhantes e degradantes da dignidade humana, seria agravar ainda mais o problema.

Dados do sistema de atendimento da Fundação Casa, de Estado de São Paulo, apresentados em 2010, mostram que a reincidência foi de 12,8%, enquanto no sistema prisional convencional para adultos, essa taxa é de 60%. Ou seja, é real que a grande maioria dos adolescentes tem muito mais chances de traçar outros projetos de vida, distantes da criminalidade, que um adulto.

Enfrentar a questão com responsabilidade significa implementar apropriadamente o ECA e investir em políticas de qualidade, que permitam aos adolescentes condições para exercerem de forma plena a sua cidadania. Temos que admitir que a violência praticada pelos jovens é a expressão de uma sociedade violenta, que historicamente lhes cerceou direitos e os abandonou à própria sorte.

 **JONATAS MORETH, advogado, é coordenador nacional de Movimentos Sociais da JPT**

“O FUTURO que queremos”

■ *Geraldo Abreu* ■ *Rafael Tomyama*

Mesmo após dez reuniões para gestação do **documento base dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, a ser aprovado em definitivo em 2015, perdura o sentimento de desconfiança quanto à sua aplicação prática



A vida em cidades, de pequenas vilas às megalópoles mundiais, representa mais de 50% da distribuição geográfica no mundo. No Brasil, segundo o IBGE, o meio urbano concentra mais de 80% da população. Este “pólo de atração” econômico e também de toda sorte de problemas sociais e ambientais torna o planejamento urbano peça-chave das políticas macro-nacionais de desenvolvimento. Afinal, a infraestrutura material socialmente produzida se dá sobre um território e demanda bens e serviços ambientais para contemplar sua voracidade expansionista. O velho dilema econômico permanece: como compatibilizar as crescentes necessidades reais ou induzidas da produção e consumo mundiais com a finitude dos meios disponíveis?

Não à toa, o centro das discussões das rodadas de negociação dos acordos

ambientais internacionais (COPs, da sigla em inglês da Conferência das Partes) está centrado nas construções das cidades e em suas relações com o solo, a água, a biodiversidade, enfim, com a sustentabilidade. Mas quais são os elementos constituintes deste debate e como isso projeta alguma perspectiva redentora, ou não, sobre os graves e complexos problemas que atingem a humanidade no cotidiano da era pós-industrial?

A declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, conhecida como Rio+20, vem sendo criticada por não trazer nenhum compromisso concreto dos países membros que a assinam. A análise do documento de 50 páginas dividido em seis eixos -- <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61A-A3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf> -- é revelador de seus avanços e limites.

O primeiro eixo do documento busca alinhar a visão dos signatários sobre o desenvolvimento sustentável e reafirma o compromisso com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para as atuais e futuras gerações. Diz ainda que a erradicação da pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje, e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Por isso se compromete a libertar a humanidade, urgentemente, da pobreza e da fome.

Do segundo eixo, consta uma reafirmação dos compromissos políticos assumidos em conferências anteriores e relaciona alguns mais importantes como: a Declaração de Estocolmo em 1972, a Agenda 21, Convenção Quadro Sobre Mudanças Climáticas Convenção Sobre Diversidade Biológica e a Convenção de Combate a Desertificação, todas oriundas



da Rio 92. Cita ainda outras convenções importantes como o Consenso de Monterey, a Declaração de Doha sobre o financiamento para o desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Estes documentos trazem um longo acúmulo produzido nos debates promovidos pela ONU sobre desenvolvimento do Planeta.

O terceiro eixo trata da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Reitera a necessidade da inclusão social como indispensável ao bem estar humano, com a criação de oportunidades de emprego e trabalho digno para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da terra. Afirma também que as políticas de economia verde devem ser guiadas pelos princípios da Agenda 21 e do Plano de Implementação de Johannesburg, devendo contribuir para a consecução das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, incluindo os ODM (Objetivos do Milênio).

O quarto eixo aborda o quadro institucional. Reconhece que uma governança efetiva em nível local, subnacional, regional e global, que represente as vozes e os interesses coletivos, é fundamental para que se atinjam os objetivos do desenvolvimento sustentável. E que

o fortalecimento e a reforma do quadro institucional não devem ser um fim, mas um meio para alcançarmos os objetivos acordados. Decide ainda estabelecer um fórum político de alto nível, com base nos pontos fortes, nas experiências, recursos e modalidades de participação inclusiva da Comissão de Desenvolvimento Sustentável.

O quinto eixo trata do monitoramento das ações, voltadas à: erradicação da pobreza, segurança alimentar, nutricional e agricultura sustentável, água e saneamento, energia, turismo sustentável, transporte sustentável, cidades e assentamentos humanos, saúde e população, promoção do emprego pleno e produtivo, do trabalho digno para todos e das proteções sociais, dos oceanos e mares, dos pequenos estados insulares em desenvolvimento, dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento sem litoral, da África, redução do risco de desastres, mudanças climáticas, florestas, biodiversidade, desertificação, degradação do solo e seca, montanhas, produtos químicos e resíduos, mineração, produção e consumo sustentáveis, educação, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e da juventude.

Por fim, o sexto eixo aborda as formas de implementação, reconhecendo

que os meios apontados em outras conferências -- como a Agenda 21, o Plano de Implementação de Johannesburg, o Consenso de Monterey da Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, e a Declaração de Doha -- são necessários para obtenção de resultados tangíveis. Destaca a importância de investimento em tecnologia e da transferência aos países em desenvolvimento, capacitando-os para que possam se utilizar delas para promover o seu desenvolvimento de forma sustentável.

Como pode uma publicação de tal magnitude, ser apontada como causadora de tantas frustrações entre participantes da Rio+20? Uma pista pode ser a baixa efetivação das diretrizes contidas nos documentos que a antecedem e que reivindica reafirmar. Mesmo após dez reuniões para gestação do documento base dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a ser aprovado em definitivo em 2015, perdura o sentimento de desconfiança quanto à sua aplicação prática.

A expectativa de que provavelmente o acordo ainda ficará aquém das necessidades concretas do planeta, encontra uma explicação fundante no modelo de desenvolvimento hegemônico pelos interesses dominantes do Capital. Aliás, como não poderia deixar de ser. Enquanto as políticas não se propuserem à realização das aspirações emancipatórias da humanidade, persistirá a frustração com discursos e gestos inúteis dos governos a cada rodada, diante do agravamento crescente da crise global planetária. Há quem ouse afirmar, na contramão, que a Revolução portanto é fundamentalmente uma necessidade de sobrevivência da espécie humana e do planeta. O tempo está se esgotando.

GERALDO ABREU e RAFAEL TOMYAMA
são militantes ambientalistas do PT

CULTURA e mercado

■ *Sonia Fardin*

No segundo semestre de 2013, no calor pós-manifestações de junho, a Secretaria nacional de cultura do PT realizou seminários por todo o país, para ouvir e debater com dirigentes, produtores, artistas e ativistas culturais e também levou para estas mesas de discussão representantes de movimentos sociais não diretamente ligados as questões culturais.

Estes encontros foram organizados sob o emblemático título “O PT e as políticas públicas de cultura: os desafios para os próximos 10 anos”. No endereço <https://www.youtube.com/watch?v=U-SUZXH5rdF0> está a edição paulista destes encontros.

Uma das constatações foi que não há militante ou dirigente que não reconheça os avanços nas políticas públicas das gestões. Mas também mostraram-se agudos os desapontamentos e as críticas que as políticas públicas de cultura do governo federal vinham causando em todo o país, em diferentes setores da atividade criativa e particularmente nos movimentos culturais, por exemplo em debates sobre programas como “Economia Criativa” e “Cultura Viva”.

A respeito do Cultura Viva, em 2011, o Ipea analisou o Cultura Viva, programa desenhado em 2004 para im-

.....

Não há militante ou dirigente que não reconheça os avanços nas políticas públicas das gestões. Mas também mostraram-se agudos os desapontamentos e as críticas que **as políticas públicas de cultura do governo federal** vinham causando em todo o país, em diferentes setores da atividade criativa

.....



plementar políticas para os setores vinculadas a formas de produção de saberes e práticas culturais situadas fora do mercado cultural e sob a marca da diversidade.

O Cultura Viva ofereceu recursos e assim propiciou visibilidade para uma imensa produção cultural que já existia e atuava, sem a presença do Estado como agente indutor ou organizador.

Por outro lado, há muitos relatos de grupos culturais expressando a “inadequação entre os princípios institucionais e jurídicos da administração pública e a forma de agir das comunidades”.

Os pesquisadores do Ipea indicaram como desafio “reinventar o modelo de administração pública, superando a naturalização da burocracia, a descentralização de convênios e parcerias, de forma a consolidar uma rede de acompanhamento e avaliação pactuada e realizada entre os entes da Federação e a sociedade civil e, por fim, alçar patamares de sustentabilidade, com especial ênfase no financiamento público e na geração de renda”.

Nossa conclusão é que o programa acabou por impor uma necessidade externa ao fazer tradicional destes grupos: a profissionalização de parte de suas tarefas, para tornarem-se legal e economicamente sustentáveis e inserirem-se de forma mais “qualificada” no território do que se convencionou denominar de Economia Criativa e Economia da Cultura.

Na página eletrônica do Minc é dito o seguinte: “ao lado da Economia do Conhecimento (ou da Informação), integra o que se convencionou chamar de Economia Nova, dado que seu modo de produção e de circulação de bens e serviços é altamente impactado pelas novas tecnologias, é baseado em criação e não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica. O modelo da Economia da Cultura tende a ter a inovação e a



Apesar dos resultados positivos do programa Cultura Viva, há muitos relatos de grupos culturais expressando a “inadequação entre os princípios institucionais e jurídicos da administração pública e a forma de agir das comunidades”

adaptação às mudanças como aspectos a considerar em primeiro plano. Nesses setores a capacidade criativa tem mais peso que o porte do capital’.

A Secretaria da Economia Criativa (SEC) foi criada na esfera federal em 2012, tendo como missão “conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. O objetivo é contribuir para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro. No Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), a SEC coordena quatro setoriais: Artesanato, Arquitetura, Design e Moda”.

Estas definições -- economia da cultura, economia criativa etc.—são muitas vezes utilizadas de forma mitificada. Como demonstra Alain Herscovici:

A “nova economia” não pode ser considerada como um novo sistema institucional, tecnológico e econômico que permitiria superar as contradições do capitalismo. Não trata-se da instauração econômica, social e política de uma sociedade pós-capitalista, como afirmam os diferentes discursos pós-modernos: ao contrário, esta nova economia, e as implicações sociais que lhe são ligadas, são profundamente enraizadas nas diferentes realidades históricas do capitalismo: ela corresponde à uma intensificação dos movimentos de concentração industrial e financeira.

Análises que dimensionam monetariamente o desempenho da atividade cultural estimam que ela respondeu, em 2003, por cerca de 7% do PIB mundial. Nos Estados Unidos, algo em torno de 7,7%. Já no Brasil, os números aproximam-se de 7% do PIB e 6% do emprego formal gerado no país.



Mas para Verlane Aragão Santos e Ruy Sardinha Lopes, as teses que tratam cultura como ativo econômico fazem uma redução “operada pelo deslize semântico da cultura à criatividade”. Este deslize semântico faria parte de um embate ideológico: subordinar o comportamento humano a termos econômicos fomenta a ética social da forma-empresa, propagada como inovadora e evolutiva das atuações criativas.

Assim, o trabalhador da cultura fica submetido as “transitoriedades, retração de direitos trabalhistas, enaltecimento das diferenças de remuneração, apologia da concorrência interindividual, auto-emprego, vistos agora, com sinal invertido, como legítimas formas de se valorizar e remunerar os talentos individuais, a criatividade do trabalhador precarizado”.

Paradoxalmente, esta construção ideológica usa termos e análises oriundos de uma análise que reconhecia explicitamente as dimensões ideológicas da dominação de classe: o termo indústria cultural aparece em *Dialética do Esclarecimento*, escrito em 1947 pelos filósofos frankfurtianos Theodor Adorno e Max Horkheimer.

Horkheimer e Adorno analisam a sociedade capitalista monopolista, na qual a atividade artística e suas derivações aparecem como mercadoria, tendo por

função gerar lucro. Uma sociedade em que as tecnologias ganham cada vez mais presença cotidiana e valor econômico e político, inscrevendo-se como instrumentos de produção e reprodução de poder.

Já os usos atuais do termo constroem uma “naturalização” e o esvaziamento de sua historicidade, e limitam-se a “interpretar o fenômeno da indústria cultural em sua dimensão exclusivamente produtivista”, como bem aponta Julio Moraes.

Alguns chegam até a apresentar a relação entre indústria, mercado e cultura como fator potencialmente positivo e emancipatório. Os conhecidos autores Giuseppe Cocco e Antonio Negri afirmam enfaticamente que “a mercadoria precisa ser dotada de valor cultural. O trabalho se torna, assim, ação cultural”. Esta confusão conceitual, que no limite serve para justificar a subordinação da cultura ao mercado, está presente em muitas reflexões sobre a cultura feitas por petistas e por gente do ministério da Cultura.

A implantação do Sistema Nacional de Cultura é um passo importante na construção de políticas de Estado, essenciais para quem deseja deslocar a cultura, da lógica de mercadoria para a de direito e cidadania. Mas para que esta ação tenha consistência, é preciso que as instâncias partidárias e os que se encontram na esfera governamental enfrentem o debate sobre a tal “economia criativa”.

Não é casual que a Secretaria da Economia Criativa seja criada no exato momento em que programas de fomento à diversidade, como o Cultura Viva, enfrentam seus limites frente ao poder da burocracia. Limites estes que não são dos criadores, nem de suas formas de imaginar e produzir a vida, mas sim da lógica que identifica como inadequado quem não corresponde e não se reconhece como parte de uma cadeia produtiva da cultura, no sentido econômico e monetário do termo. Ou seja, quem não se molda a uma forma de “imaginar o Brasil” em que a cultura é valorizada como coadjuvante ou insumo da reprodução do Capital.

SONIA FARDIN é historiadora

REFERÊNCIAS

“A imaginação a serviço do Brasil”. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores*. Fundação Perseu Abramo. Disponível em www.fpabramo.org.br.

Adorno, T. W.; Horkheimer, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

Barros, José Márcio e Ziviani, Paula. “O programa cultura viva e a diversidade cultural”. In: *Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Organizadores: Frederico Barbosa, Lia Calabre. Brasília: Ipea, 2011.

Cocco, Giuseppe; Negri, Antonio. “O monstro e o poeta”. *Folha de S.Paulo*, 3 de março de 2006.

Herscovici, Alain. “A economia política da informação, da cultura e da comunicação: questões metodológicas e epistemológicas”. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. Volume V, n.3, Sep./Dic. 2003. Disponível em www.eptic.com.br

Moraes, Julio Lucches. “Economia da cultura: dilemas da Indústria Cultural”. *Informativo Fipe*. Novembro de 2009. Disponível no http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2009/11_26-28-jul.pdf

Santos, Verlane Aragão; Lopes, Ruy Sardinha. *Economia cultural e criatividade: tensões e contradições*. 2014. Disponível em <http://www.eptic.com.br/site/economia-cultura-e-criatividade-tensoes-e-contradicoes/>

DIRETRIZES EM DEBATE

O texto a seguir foi elaborado pela direção nacional da Articulação de Esquerda e submetido ao debate no encontro nacional do PT, dias 2 e 3 de maio de 2014

1. A eleição presidencial de 2014 constitui o centro da tática do PT na atual conjuntura. Isto significa que a batalha em torno de quem ocupará a presidência da República no período 2015-2018 está no centro das preocupações e movimentações de todas as classes sociais e frações de classe, de todos os movimentos sociais e populares, de todos os meios de comunicação, governantes, parlamentares e partidos políticos. Como vem ocorrendo desde 1989, a eleição presidencial cristaliza o estado da arte da luta de classes no Brasil.

2. O Partido dos Trabalhadores tem como objetivo vencer a eleição presidencial de 2014. Ou seja: eleger a presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial. E queremos vencer criando as condições para um segundo mandato superior ao atual, ampliando a base de apoio do governo no Congresso, nos governos de estado e nos movimentos sociais.

3. Um segundo mandato Dilma superior ao atual é o desejo não apenas do PT, mas da maioria do povo brasileiro. Pesquisas recentes confirmam que a Presidenta Dilma é a preferida da maioria do eleitorado, parte importante do qual deseja



mudanças no segundo mandato. Ou seja: parte importante do eleitorado e do povo brasileiro deseja que o segundo mandato Dilma “continue mudando” o Brasil.

4. O que significa, programaticamente, um segundo mandato superior ao primeiro? O que significa “continuar mudando” o Brasil?

5. Responder a estas perguntas exige perceber que no Brasil e na América Latina, continua posta a tarefa de *superar a herança maldita proveniente da crise da ditadura, do desenvolvimentismo conservador e da devastação neoliberal*.

6. Esta herança possui três dimensões principais: o *domínio imperial norte-*

-americano, a ditadura do capital financeiro e monopolista sobre a economia, e a lógica do Estado mínimo. Combatê-las e superá-las constitui nossa primeira diretriz.

7. Superar estas três dimensões da herança maldita é uma tarefa simultaneamente nacional e regional, motivo pelo qual a segunda diretriz de nosso programa é *a defesa e o aprofundamento da soberania nacional, a aceleração e radicalização da integração latino-americana e caribenha, com uma política externa que confronte os interesses dos Estados Unidos e seus aliados.*

8. As quase três décadas perdidas (metade dos anos 1970, anos 1980 e 1990) produziram uma tragédia que começou a ser debelada, nas duas gestões do presidente Lula e na primeira gestão da presidenta Dilma. Mas para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhando um caminho democrático-popular de desenvolvimento, será necessário *combinar ampliação da democratização política, políticas públicas universalizantes de bem estar-social, com desenvolvimento ancorado em reformas estruturais.* Estas constituem, respectivamente, a terceira, a quarta e a quinta diretrizes de nosso programa.

9. No terreno da *democratização política* do país, destacamos:

*convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva e específica, que faça uma reforma política, com as seguintes prioridades: a) fim do financiamento privado empresarial das campanhas, para acabar com a influência do poder econômico nos processos eleitorais; b) afirmar o princípio da proporcionalidade direta (um cidadão, um voto) na composição da



Câmara dos Deputados, para acabar com as distorções herdadas do Pacote de Abril de 1977; c) unicameralismo, com o fim do Senado; d) voto em lista, para fortalecer os partidos programáticos; e) paridade de gênero, para garantir que metade das casas legislativas seja composta por mulheres; f) simplificação dos mecanismos de convocação de consultas, referendos e plebiscitos populares; g) ampliação dos mecanismos de controle social, desde o orçamento participativo, passando pelas conferências setoriais, até institutos como a revogação de mandatos e eleição de juízes;

*fortalecimento dos mecanismos de combate a corrupção e penalização dos corruptores, sob o viés da luta contra os monopólios, cartéis e outras formas de domínio sobre o mercado, combinado com mecanismos de apoio à democratização econômica, a exemplo da economia solidária e cooperativas e/ou associações de micros, pequenos e médios produtores.

*aprovação da Lei da Mídia Democrática, para que se elimine o monopólio dos meios de comunicação e se cumpra o que já fora previsto na atual Constituição brasileira. Mudança nas regras comerciais do setor de Comunicação, desconcentrando as verbas

publicitárias, estimulando a mídia democrática e independente e construindo uma forte rede pública de rádio e televisão;

*ampliação do orçamento das áreas de cultura e educação, compreendendo que é tarefa do governo contribuir para a formação de uma cultura democrático-popular de massas em nosso país e que isso exige a ampliação do investimento e da ação do setor público, em todos os níveis;

*regulamentação da Convenção 151 que estabelece a negociação coletiva no serviço público. Contra quaisquer restrições ao direito de greve. Contra a criminalização e judicialização dos movimentos sociais;

*efetivação e apoio às demarcações de terras, proteção à vida, e atendimento a outras demandas e aspirações dos povos indígenas e dos quilombolas. Compromisso com a efetivação da Convenção 169 da OIT;

*reforma profunda do sistema de segurança pública, que promova a desmilitarização das polícias e supere os paradigmas da guerra às drogas e da doutrina de segurança nacional;

*ampliação do controle civil sobre as Forças Armadas, por meio do fortalecimento do Ministério da Defesa e extinção da Justiça Militar. Reforma curricular dos centros de formação militares;

*vinculação das conclusões da Comissão Nacional da Verdade à imediata revisão da Lei da Anistia, para que cesse a impunidade dos agentes da Ditadura Militar.

*fortalecimento das políticas de direitos humanos em defesa das mulheres, da juventude, das crianças, do idoso, das pessoas com deficiência e no combate ao racismo e a homofobia;



10.No terreno do *bem-estar social*, destacamos:

*redução da jornada de trabalho, para 40 horas semanais, sem redução de salários. Ratificação da Convenção 158 da OIT que impede a demissão imotivada;

*Manutenção da política de valorização do salário mínimo, que garante inclusão, distribuição de renda e aumento da massa salarial em geral;

*eliminação do fator previdenciário e política de valorização dos aposentados;

*ampliação dos investimentos na saúde pública, adotando os 10% do Orçamento da União defendidos pelos movimentos sociais e especialistas, com especial atenção à melhoria da infraestrutura hospitalar e ambulatorial, ao fornecimento de material de atendimento clínico e à formação e atendimento de Mais Médicos às populações das periferias urbanas e zonas rurais. Enfrentamento dos problemas de gestão, na linha da proposta de “autarquia pública”;

*ampliação dos investimentos em educação pública, atingindo os 10% do PIB reivindicados pelos movimentos sociais e pelos especialistas na área, combinando isto com uma ampla mudança pedagógica e curricular, objetivando o ensino integral. Especial atenção à formação e melhoria salarial dos professores. Reforma universitária, continuidade à ampliação das matrículas no ensino público, aumento substancial dos recursos para a assistência estudantil, democratização da gestão das instituições de ensino superior com paridade entre professores, estudantes e técnicos nas instâncias de tomada de decisões;

*ampliação dos investimentos na reforma urbana, com base no Estatuto das Cida-

des, enfatizando o tema do saneamento, habitação e transporte público de grandes massas e mais econômicos, a exemplo dos transportes de tração elétrica sobre trilhos, de superfície e/ou subterrâneos; no saneamento, incluindo esgotamento sanitário, coleta seletiva de lixo, reciclagem de materiais sólidos, tratamento de líquidos, tratamento dos cursos d’água; na reformulação dos projetos Minha Casa Minha Vida, de modo que as moradias facilitem a locomoção dos idosos e deficientes, e estejam integradas a ambientes arborizados e que permitam atividades esportivas e de lazer; e em programas de arborização urbana, que minorem a elevação da temperatura ambiente;

*política de valorização dos servidores públicos, bem como regulamentação da convenção 151 da OIT, que estabelece a existência de negociação coletiva no serviço público. O apoio dos servidores públicos é parte importante do sucesso do projeto democrático-popular.

11.Sobre o estratégico tema da Saúde, reafirmamos as diretrizes emanadas do setorial nacional do Partido, convocando a militância do Partido dos Trabalhadores, todas as direções da estrutura partidária, governantes, parlamentares do PT a:

*Defender o SUS como direito de todos e dever do Estado, para que se consolide como sistema público, gratuito, eficiente e de qualidade, alicerçado nos princípios da universalidade, integralidade, equidade e igualdade na atenção à saúde, comprometido com a defesa da vida.

*Lutar pela ampliação do financiamento adequado e suficiente para o SUS mobilizando a sociedade e os governos para garantir a aprovação pelo Congresso Nacional

de projeto de lei que assegure o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública.

*Defender a criação de novas fontes de recursos para financiar a saúde, tais como, instituir contribuição exclusiva para a saúde, a exemplo da CPMF. Aumentar o imposto sobre operações financeiras (IOF) para a saúde. Tributar as grandes riquezas, fortunas e latifúndios, o tabaco e as bebidas alcoólicas. Taxar a movimentação interbancária. Definir percentual dos royalties do petróleo e da mineração para a saúde. E definir percentual do lucro das empresas automobilísticas, essas também responsáveis por subprodutos que geram graves problemas à saúde pública, poluição ambiental e consequentemente muitos gastos públicos com saúde.

*Conclamar o governo federal a aplicar 10% das receitas correntes brutas da União nas políticas de saúde de forma a realizar a transformação do modelo de atenção à saúde, aplicando os novos recursos prioritariamente na atenção básica, na estruturação e ampliação da rede pública de serviços de saúde em todos os níveis de atenção para diminuir a dependência que temos da rede privada contratada e conveniada e na consolidação de carreiras para os trabalhadores da saúde no âmbito do SUS.

*Impedir qualquer iniciativa política de oferecer subsídios públicos a planos de saúde e seguros privados para população de baixa renda e para classe média.

*Solicitar ao governo que reconsidere as desonerações fiscais destinadas ao mercado de serviços privados de saúde, bem como abrir diálogo com as centrais sindicais, a sociedade civil organizada e demais entidades quanto à mercantilização da saúde e em defesa do SUS.

*Conclamar o governo para criar novos mecanismos para cobrar, promover e fiscalizar o ressarcimento ao SUS devido pelas operadoras de planos de saúde, bem como ampliar sua abrangência aos procedimentos ambulatoriais de média complexidade tecnológica.

*Convocar a bancada federal do partido e setorial nacional do Partido dos Trabalhadores para debater a sucessão da diretoria colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a ANS, com a indicação de diretores comprometidos com o fortalecimento do SUS e a regulação efetiva do mercado de planos de saúde.

*Fortalecer a política nacional de saúde mental, incluindo nesta, a atenção à saúde de pessoas que fazem uso abusivo de álcool, crack e outras drogas segundo os princípios da reforma psiquiátrica brasileira e da luta antimanicomial, enfatizando o posicionamento contrário às ações de internação compulsória de usuários de substâncias psicoativas promovidas pelo Estado de São Paulo e propostas similares previstas no projeto de lei que tentam instituir tais práticas similares em outros estados e em nível federal. Solicitar que se envidem esforços a favor do fortalecimento dos serviços substitutivos previstos pela política nacional de saúde mental como os Centros de Atenção Psicossocial, CAPS, não devendo ser considerada a possibilidade de financiamento público pelo SUS, SUAS ou Ministério da Justiça para as chamadas Comunidades Terapêuticas que não se apresentam como possibilidade de tratamento pelo SUS.

*Promover ampla discussão com as gestões petistas municipais, estaduais e federal sobre as modalidades de gestão pública e estatal do SUS, considerando que devem ser superados os modelos de ter-

ceirização dos serviços por Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Parcerias Público Privadas, que precarizam vínculos e privatizam o SUS.

*Promover o aprofundamento da melhoria da qualidade de vida do povo e a permanente superação das desigualdades, o que exige o investimento na implementação do SUS como um sistema público e universal, se o qual o Brasil não será um país desenvolvido.

12.No terreno do *desenvolvimento ancorado em reformas estruturais*, destacamos:

* um desenvolvimento centrado na ampliação do público e do social, de vultosos investimentos estatais em infraestrutura, políticas sociais e reformas estruturais (com destaque para as reformas agrária e urbana), da produção visando a ampliação com sustentabilidade do mercado interno de massas;

* ampliar o orçamento público destinado ao desenvolvimento, em detrimento dos encargos da dívida financeira;

* atenção prioritária à reindustrialização do país, adensando as cadeias produtivas já existentes e aumentando sua capacidade técnica e produtiva, de modo a ampliar a oferta e evitar tensões inflacionárias pelo lado da demanda;

* combinar a expansão das indústrias da presente revolução científica e tecnológica, com as indústrias da segunda e primeira revoluções industriais, de modo a manter altas taxas de emprego pelo maior tempo possível, condição essencial para continuar ampliando o mercado interno de massas;

* utilizar investimentos e formas estatais naqueles setores industriais de retorno lento de rendimentos, especialmente estratégicos que evitem grandes lacunas nas cadeias produtivas e garantam um desenvolvimento nacional autônomo;

* superar os gargalos hoje existentes na infraestrutura urbana e na infraestrutura industrial, um dos principais fatores do chamado Custo Brasil, e utilizar os projetos e programas relacionados com essa superação para o próprio processo de industrialização;

* estabelecer condicionalidades para a atração de investimentos estrangeiros, incluindo a transferência de novas e altas tecnologias, a proibição de constituição de monopólios e oligopólios, bem como normas de associação com empresas nacionais, privadas e estatais;

* permitir às empresas estatais de todos os ramos se associarem a empresas estrangeiras e nacionais em projetos industriais para o adensamento da cadeia produtiva da qual fazem parte;

* estabelecer um sistema apropriado de zoneamento agrícola, associado a programas de apoio técnico, financeiro e comercial à micro, pequena e média economia agrícola familiar, de modo a garantir safras regulares de alimentos para o mercado doméstico, com o duplo objetivo de garantir a segurança alimentar e evitar picos inflacionários por quedas na oferta;

* fazer com que o Banco Central persiga metas combinadas de inflação, crescimento e emprego, tendo como meta a redução das taxas de juros determinadas pelo Copom a patamares compatíveis com as metas de crescimento e emprego. A redução da relação dívida/PIB será bus-

cada, não através de altas taxas de superávit primário, mas sim por intermédio do crescimento do Produto Interno Bruto;

* estabelecer subsídios e isenções exclusivamente vinculados a contrapartidas de produção, emprego, e benefícios sociais e ambientais;

* implementar uma reforma agrária que permita ao país não mais ter qualquer lavrador ou criador sem terra e qualquer latifúndio improdutivo, associando distribuição de terras, formação de vilas agro-industriais e o fomento do cooperativismo;

* agir rigorosamente para impedir novos desmatamentos, em especial de matas ciliares e de florestas na Amazônia e exigir o reflorestamento das matas ciliares;

* defender compromissos ambientais internacionais de redução das emissões de carbono, matriz energética limpa e preservação da biodiversidade;

* política de desenvolvimento regional integrado, cabendo ao Estado estimular investimentos e inserção em cadeias produtivas, para proporcionar a redução das disparidades interregionais;

* para apoiar o financiamento deste padrão de desenvolvimento, defesa de uma reforma tributária progressiva, pautada pela tributação da renda e do patrimônio, a começar pela taxa de grandes fortunas no país e diminuindo a carga de impostos diretos e indiretos pagos pelas populações mais pobres.

13.A partir destas cinco diretrizes gerais (superação da herança, internacionalismo ativo, democratização política, bem-estar social e desenvolvimento com reformas estruturais), o Diretório

O povo brasileiro sabe que nosso governo não é perfeito, mas repetirá seu voto em nós, se estiver convencido não apenas de que a oposição é o retrocesso, mas principalmente se estiver confiante no que faremos, em direção a um país realmente democrático e popular

Nacional do PT debaterá e aprovará um documento sobre Diretrizes de Programa de Governo (2015-2018), que será apresentado ao país e à coligação que apoia a reeleição da presidenta Dilma Rousseff.

14.A Plataforma da Reelection será fruto de uma negociação entre os diversos partidos e setores sociais que apoiam a candidatura Dilma Rousseff. Por isso mesmo, não podemos nos furtar a explicitar quais as posições programáticas do PT. Agindo desta forma, contribuimos para a elevação da Plataforma comum.

15.Nossas diretrizes incluem medidas de natureza congressional, porque como todos sabem a aprovação ou não de determinados temas no Congresso depende do empenho maior ou menor do governo. E o governo deve legitimar sua posição no processo eleitoral.

16.Nossas diretrizes incluem medidas que supõem uma grande capacidade de mobilização e organização social, e isto se constrói desde já, a começar pela campanha eleitoral. A Plataforma da Reelection deve aprender com o caso do Mais Médicos: quando uma ação tem apoio popular, quando o governo e o partido estão articulados em sua defesa, quando existe uma real decisão de vencer, é possível dividir o inimigo e obter uma vitória.

17.Para que o segundo mandato Dilma seja superior ao primeiro, precisamos de uma grande vitória em 2014, que se reflita na composição do futuro Congresso Nacional e em quem será eleito para governar os estados brasileiros. Para tal, precisamos não apenas de uma campanha eleitoral, mas de um grande movimento político, que articule e mobilize intensamente partidos, movimentos, bancadas e governos.

18.O povo brasileiro tem consciência política, sabe que há problemas reais no país, sabe que nosso governo não é perfeito e ainda assim repetirá seu voto em nós, se estiver convencido não apenas de que a oposição é o retrocesso, mas principalmente se estiver confiante no que faremos, em direção a um país realmente democrático e popular.

19.A contradição entre o desenvolvimento conservador do grande capital e a defesa das reformas estruturais por parte da classe trabalhadora vai se intensificar nos próximos anos. Aos 50 anos do golpe militar de 1964, o Partido dos Trabalhadores deixa claro: ao segundo mandato da companheira presidenta Dilma Rousseff compete retomar o espírito das reformas de base.

 Direção nacional da Articulação de Esquerda

LUTA FEMINISTA e luta de classes



■ *Ariely de Castro* ■ *Tábata Silveira*

O feminismo é, ao mesmo tempo um movimento social e uma corrente teórica, mesmo que não homogênea. As bases do feminismo moderno nascem com o desenvolvimento do capitalismo aliado às condições de existência do patriarcado

São múltiplas as dimensões da luta das mulheres, a exemplo das negras e índias, protagonistas de lutas anti-coloniais e anti-escravidão. Uma destas lutas marcou o início do que podemos chamar de movimento feminista moderno: a luta pelo sufrágio feminino, incluindo a busca por direitos políticos e civis.

O movimento sufragista teve forte representação na Inglaterra, lugar onde se inicia a luta a partir de 1850 e depois irradia para outros países, em especial os Estados Unidos. No caso do Reino Unido, o direito de votar e ser votada seria conquistado em 1917 -- 67 anos depois das primeiras mobilizações -- abrindo caminho para outras reivindicações, em especial aquelas que se relacionam com o confinamento social das mulheres ao espaço privado: a busca pelo direito à profissionalização, ao gerenciamento de suas heranças, ao divórcio e outros.

Enquanto as mulheres burguesas lutavam para ter acesso ao mundo do trabalho e da profissionalização, as mulheres da classe



Mulher e pássaro na noite - Miró, Joan (1945)



trabalhadora já estavam inseridas nele. A grande maioria trabalhava em fábricas e lutava contra a precarização e subalternização no trabalho. A luta se dava por meio de grandes manifestações, muitas vezes liderada somente por mulheres ou através da organização em sindicatos.

A proletarização das mulheres acirrava as “contradições” também entre homens e mulheres integrantes da classe trabalhadora. O grande Capital se beneficia das diferenças de gênero socialmente construídas: historicamente, quando intensifica-se a exploração, o capitalismo absorve massivamente o trabalho feminino em condições inferiores as do trabalho masculino, com menor remuneração, geralmente mais precarizado, devido às condições e responsabilidades sociais desiguais entre homens e mulheres --principalmente em relação à família-- mesmo quando ambos são da mesma classe.

Mesmo que as questões relativas às mulheres se apresentem de distintas maneiras -- a depender da classe, raça, meio urbano ou rural -- algumas condições basilares atingem e modificam a vida de todas elas. É o caso da divisão sexual do trabalho, da responsabilização da família e da naturalização do papel social feminino.

De um lado, as mulheres trabalhadoras sofriam resistência por parte de homens, por estes entenderem que o lugar delas era cuidar da família ou que estas queriam roubar-lhes os empregos; de outro, as mulheres de pequeno-burguesas e burguesas lutavam por acesso ao mundo público, dizendo que a família não era o seu lugar natural. O entrelaçamento das lutas variava -- e ainda varia -- do espaço público ao privado e denotam a serventia da divisão sexual do trabalho para o capitalismo.

Duas ondas

O momento histórico marcado pelo início da revolução industrial, do fim do século XIX até a década de 1930, demarca a “primeira onda” do feminismo, evidenciado pelo movimento sufragista e pelo protagonismo feminino nas lutas de massas da classe trabalhadora pelo mundo. Isto se refletiu na produção teórica de importantes dirigentes socialistas.

Uma importante obra para a compreensão da condição da mulher foi escrita por Frederico Engels: *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Publicada pela primeira vez em 1884, a obra apresenta como simultâneos o surgimento da propriedade privada, da subordinação das mulheres aos homens e da luta de classes.

Já em 1879, August Bebel, principal dirigente do Partido Social Democrata Alemão no século 19, escreveu *A mulher e o socialismo*. Nesta obra, além das questões que afligiam -- e ainda afligem -- as mulheres, o autor busca fazer uma prospecção do que seria o socialismo, incorporado o debate feminista.

O movimento alemão de mulheres socialistas tinha como uma das suas principais líderes Clara Zetkin, que organizou em 1893, contando com a colaboração de Rosa Luxemburgo, a revista *Igualdade*, órgão do movimento feminino operário alemão. Na 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, foram coautoras da resolução exigindo “direito a voto; igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho e proteção social à mulher e à criança”.

Na Rússia, um dos primeiros textos acerca do socialismo e do feminismo foi de Nadezhda Kruspskaia: *A Mulher Trabalhadora* (1900). Também russa e bolchevique, destaca-se Alexandra Kollontai, que defendia a criação de um movimento feminista proletário.

A segunda onda do movimento feminista ocorrerá no final da década de 1960. Nesse período, destacam-se o direito ao acesso a métodos anticoncepcionais e a luta pelo fim do trabalho doméstico.

É naquele contexto que muitos partidos de esquerda viam o feminismo como uma perspectiva geradora de “divisionismo” nas organizações proletárias. Entre as formuladoras e precursoras desta segunda onda estão Juliet Mitchel e Simone de Beauvoir. Ambas sofreram influência, em níveis diferentes, das correntes psicanalíticas e materialistas históricas.

No Brasil, as organizações feministas foram influenciadas pelas duas “ondas” citadas, pois o feminismo brasileiro surge com mais evidência junto com a luta contra a ditadura militar.

O desafio atual, do ponto de vista teórico, segue sendo compreender que há lutas comuns a todas as mulheres, independente da classe. Mas que as lutas das mulheres também apresentam diferenças de classe. Isso não impede que se busque conquistas gerais, tendo claro que elas não são o fim.

A superação da sociedade de classe, por si só, não garante a superação de todas as opressões contra as mulheres, mas criam a condição material fundamental para a erradicação da opressão de gênero. Isto é a essência do feminismo classista, que não reduz a luta das mulheres à luta de classes, mas que busca com que integram como parte de um projeto de sociedade amplo que dê conta da erradicação de quaisquer formas opressoras.

Avanços e desafios

O cotidiano das mulheres no século 21 segue marcado pelo machismo no ambiente familiar, escolar, laboral, político -- tanto no meio público quanto no

meio privado--, bem como é marcado por uma série de conquistas em todos esses âmbitos.

Na primeira década em que o PT assume a frente do governo federal no Brasil, uma série de políticas públicas são implementadas no sentido de promover a autonomia e a vida das mulheres. Políticas específicas, tais como o Programa Mulher e Ciência, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Pronaf Mulher, o Programa Mulher: Viver Sem Violência, a Vacinação contra o HPV ou o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.

Também foram impulsionadas políticas universais com uma concepção que a reconhece como chefe de família e incentiva a sua qualificação profissional, tais como o Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Nacional de Microcrédito, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, a Ação Brasil Carinhoso, o Programa Minha Casa Minha Vida e Minha Casa Melhor.

O cotidiano das mulheres no século 21 segue marcado pelo machismo no ambiente familiar, escolar, laboral, político -- tanto no meio público quanto no meio privado--, bem como é marcado por uma série de conquistas em todos esses âmbitos

Tais programas expressam uma concepção feminista nunca antes considerada pelo poder público em nível federal. No entanto, existe ainda uma série de desafios a serem enfrentados pelas mulheres. Entre estes o da sub-representação política: no ano de 2014, o ano em que as mulheres comemoraram o 82º aniversário do sufrágio feminino no país temos pouco a celebrar no âmbito da representação feminina nos espaços de poder. As mulheres ocupam 9% dos mandatos na câmara e 12% no senado federal. Nas eleições municipais de 2012 apenas 13% do total de vagas, entre prefeituras e mandatos nas câmaras municipais, foram ocupadas por mulheres.

Outro desafio é o da autonomia intelectual e financeira: apesar de maior escolaridade, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos segue sendo menor para as mulheres no país. A remuneração média das mulheres no período entre 1998-2003 que era equivalente a 65% da remuneração da média dos homens, passa para 70% na média entre 2009-2011.

As tarefas domésticas e de cuidados permanecem sendo atribuição majoritariamente feminina, o que tem diversas implicações nas possibilidades de emprego e no exercício de outras atividades, como educação, participação social, lazer e cuidado de si. Há um enorme contingente de mulheres exclusivamente responsáveis pelos cuidados da família, crianças, doentes, idosos, além do seu trabalho externo. (SPM, 2013)

Estudos apontam que, somadas as médias das horas semanais de trabalho externo e de trabalho doméstico, as mulheres chegam a uma jornada semanal de quase 60 horas. Os homens, na média nacional, trabalham cerca de 53 horas semanais. A sociedade de mercado explora o trabalho doméstico para não disponibilizar acesso universal a serviços públicos

que assegurem direitos à alimentação, à saúde e à educação infantil, por exemplo. O fardo que é depositado nas costas da maioria das mulheres tem reflexos negativos diretos na qualidade de vida, na saúde e na possibilidade de organizar-se para transformar essa condição.

Um terceiro desafio é o da violência. Uma pesquisa recente do DataSenado sobre violência doméstica e familiar contra a mulher registrou que, no Brasil, cerca de 13,5 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de agressão (DataSenado, 2013). A pesquisa revela ainda que, embora 99% das brasileiras conheçam a Lei Maria da Penha (2006), e 66% delas se sintam mais protegidas, mais de 700 mil mulheres sofrem agressões ao ano no Brasil. O Anuário de Segurança Pública mostrou que no ano de 2012 ocorreram mais de 50 mil casos de estupro, o equivalente a seis estupros a cada hora. Os números de 2009 a 2011 demonstram que ocorreram mais de 50 mil mortes de mulheres por causas violentas no País. A pessoa do companheiro ou cônjuge figura como o agressor em mais de 70% dos casos.

A violência, porém, admite uma variedade de faces no cotidiano. Podendo ser sutil como uma piada ou perversa como um estupro seguido de morte, toda a violência sexista, na história e nos dias de hoje, parte de um falso pressuposto comum: a noção de que a mulher é um objeto do prazer masculino, menos capaz intelectualmente, suscetível a pressões. Seja a ameaça, o assédio moral ou sexual, a invasão ou expulsão do domicílio, a lesão corporal, seja o espancamento, o estupro, o homicídio ou o feminicídio. Todas as formas de violência expressam essa noção de controle que os homens e as instituições exercem sobre os corpos e as vidas das mulheres.

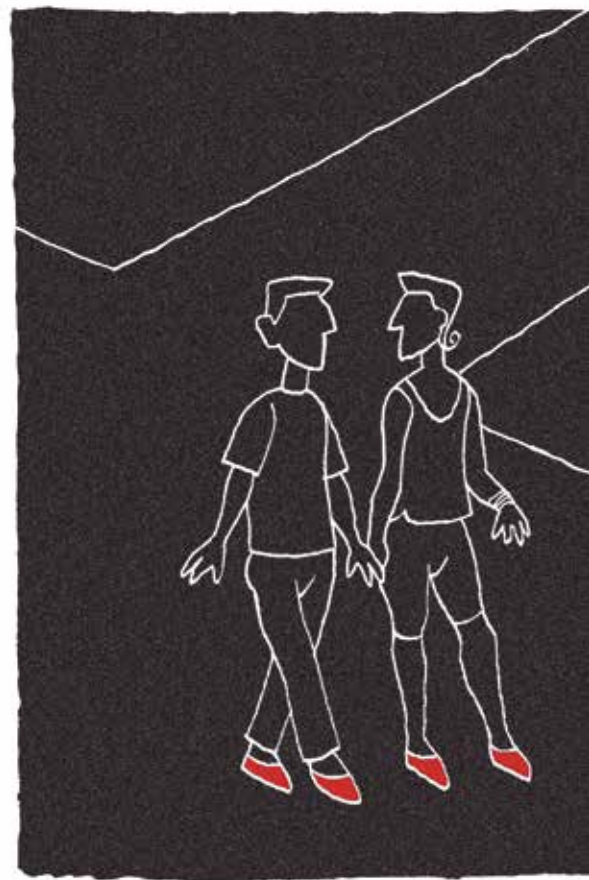
A despeito do processo de desenvolvimento social e econômico promovi-

do na última década no país, aprofundaram-se as desigualdades e exclusões sociais estruturais, com reflexos na cultura, na educação e na visão de mundo da maioria das pessoas. O machismo da sociedade é perverso a ponto de naturalizar a conduta do agressor, de responsabilizar a vítima pelo estupro sofrido, como se o problema central fosse ela ser o que é: mulher.

Um quarto desafio diz respeito às jovens mulheres. O machismo atinge de um modo diferenciado as jovens mulheres que, na maior parte dos casos, encontram barreiras ainda maiores para a conquista da sua autonomia. As jovens mulheres, com idade entre 18 e 29 anos, figuram como as principais vítimas da violência doméstica. Esse também é o grupo social com a maior evasão escolar, o menor salário e com o maior índice de desemprego no país. (SNJ, 2013)

Um quinto desafio diz respeito a legalização do aborto. A gravidez e o aborto são dois dilemas presentes na vida de quase todas as mulheres. Convém mencionar que mulheres de todas as idades, classes sociais, etnias e religiões abortam. Porém a ocorrência de problemas de saúde relacionados ao aborto clandestino e ilegal é bem maior para as mulheres pobres e negras que, nestas ocasiões, são as que de fato se submetem a atendimentos e condições mais precárias e arriscadas e, em diversas ocasiões, passam o período pós-operatório no cárcere.

A laicidade do Estado é um componente fundamental para que o debate acerca da autonomia das mulheres ultrapasse as barreiras do conservadorismo e seja feito por inteiro, de maneira democrática. Está mais do que na hora de o Estado deixar de criminalizar as mulheres que fazem a opção de não serem mães e, ao invés disso, prestar atenção à saúde da mulher de modo integral.

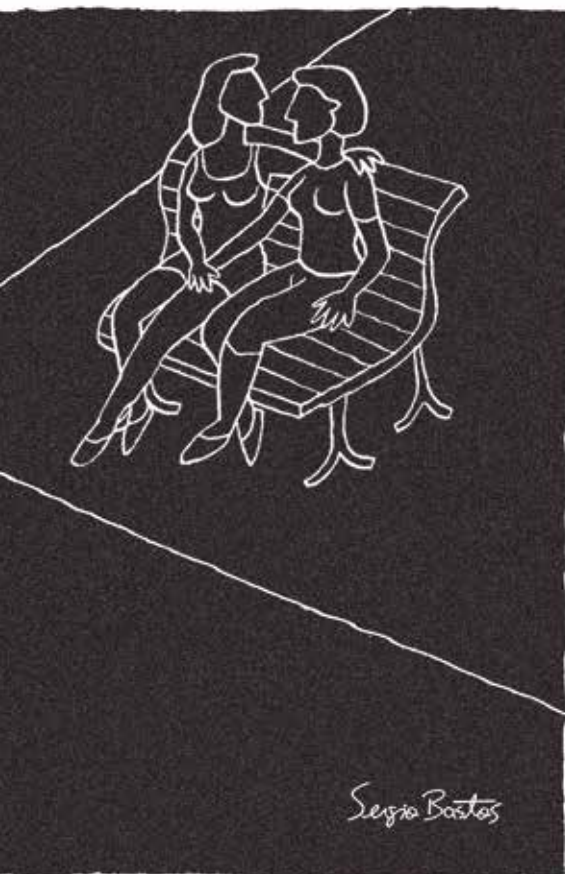


O “trabalho doméstico”

Obviamente a dupla jornada de trabalho foi e é vivida de maneiras distintas entre mulheres de classes sociais diferentes, levando até mesmo à exploração do trabalho doméstico.

O trabalho doméstico é visto pela nossa sociedade patriarcal e capitalista como trabalho das mulheres, pois estaria dentro das atividades “naturais” do sexo feminino. Além disso, há nele uma clara ressonância do escravismo, quando é visto como um trabalho sem necessidade de remuneração (ou, quando é pago, é muito mal pago).

O tempo despendido pelas mulheres com a reprodução da vida, com o cuidado de pessoas, com ações essenciais para a própria manutenção das atividades produtivas, não é contabilizado



como válido para a organização social do trabalho. Se não é contabilizado, este tempo vira uma expropriação do trabalho das mulheres. No espaço doméstico, o trabalho, remunerado ou não, é entremeadado com muitas outras atividades e dificilmente temos o cumprimento de uma jornada de trabalho homogênea e a definição das tarefas a cumprir. Impera a informalidade e a exploração.

Soma-se ainda a característica peculiar de as tarefas serem realizadas no âmbito doméstico e estarem relacionadas à esfera privada, onde o tratamento formal de emprego está aquém da lógica empresarial, que delimita espaços de atuação diferenciados aos impostos na esfera do lar.

Portanto, embora essencial para a sociedade, governos e famílias, este trabalho não é geralmente considerado

como contributivo para as riquezas do país, mesmo havendo estimativas de que cerca de 12,7% do PIB brasileiro advém das atividades domésticas de reprodução social.

No Brasil, o trabalho doméstico é, na maioria das vezes, exercido pela mulher negra, mantendo a “cultura da senzala”, vinculando a doméstica à mucama, a escrava que serve. De acordo com o Dieese, entre 2004 e 2011, a proporção de mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos no país cresceu de 56,9% para 61,0%, ao passo que entre as mulheres não negras observou-se uma redução de 4,1% pontos percentuais, com a participação correspondendo a 39,0%, em 2011. Com relação à escolaridade, grande parte das ocupadas em empregos domésticos possui apenas o ensino fundamental incompleto, cujo percentual foi de 48,9% em 2011. Foi elevada também, a proporção daquelas com fundamental completo ou médio incompleto (23,1%).

O emprego doméstico ainda permanece como uma das principais possibilidades de inserção das mulheres pobres, negras, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional, no mercado de trabalho. Isso reflete, de certa maneira, o lugar que o trabalho doméstico ocupa na sociedade, visto como atividade em que a mulher seria “naturalmente apta”, ou seja, não precisaria obter qualificação profissional para essas atribuições, o que fortalece a desmotivação e a desvalorização dessas trabalhadoras.

Até a aprovação da PEC das trabalhadoras domésticas, que está fazendo um ano agora, as mulheres que trabalhavam como domésticas enfrentavam a diferenciação da legislação trabalhista, vivenciando desigualdades no acesso aos direitos básicos a que muitas trabalhadoras estão sujeitas. A PEC corrigiu uma injustiça e igualou a legislação trabalhista

das empregadas domésticas à dos demais trabalhadores assalariados.

Um dos aspectos que pode contribuir para o acesso das mulheres trabalhadoras ao mercado formal é a oferta de equipamentos sociais, mediante políticas públicas como creches, pré-escolas, restaurantes e lavanderias comunitárias, por exemplo. Esses equipamentos urbanos são essenciais para a conciliação entre as atividades de cuidado e vida familiar, a dedicação aos estudos, a qualificação profissional, a participação em atividades políticas-organizativas, além de significarem possibilidades reais de alteração da divisão sexual do trabalho.

■ **ARIELY DE CASTRO** é assistente social

■ **TÁBATA SILVEIRA** é da executiva estadual do PT-RS

REFERÊNCIAS

Andrade, Joana El-jaick. *Revista Fazendo Gênero* 8. Corpo, Violência e Poder.

Moraes, Maria Lygia Quartim. *Vinte Anos de Feminismo* (1996, Unicamp).

Pinto, Céli Regina Jardim. *Revista Sociologia Política*, volume 18, nº 36.

FARIA, Nalu. “El feminismo latinoamericano y caribeño: perspectivas frente al neoliberalismo”. In: *Mujeres y cambio: construir alternativas en la lucha*. São Paulo. REMTE – Rede Latinoamericanas de Mujeres Transformando a Economía. Enero, 2006.

ENGELS, Frederick. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1977.

SPM. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. 2013

SNM-PT, *Feminismo e Organização das Mulheres*. São Paulo. 2011.

MMM, 2008. *Cadernos da Marcha Mundial de Mulheres*. Nº1. São Paulo.

Debates em torno de um ENIGMA

■ *Rodrigo Cesar*

A redução do lulismo ao Governo Lula segue presente, seja porque a relação entre um e outro é indissociável, seja porque, indiscutivelmente, foi no período em que Lula exerceu a presidência da República que

Nos últimos anos, surgiu uma profusão de análises na tentativa de compreender o que está acontecendo com o Brasil. Mais precisamente, buscam investigar as mudanças que se processaram no país a partir da eleição de Lula em 2002. Um assunto polêmico, por despertar ódios e paixões, que deve ser debatido, sobretudo entre os que pretendem não apenas entender a realidade, mas também transformá-la.

Neste sentido, forças políticas de todos os espectros ideológicos tem se deparado com a inarredável tarefa de se posicionar sobre cada elemento do contraditório movimento de mudanças e permanências e com a necessidade de apresentar propostas e projetos que apontem os rumos e os sentidos que o Brasil deve seguir. Igualmente, estudiosos de diversas orientações teóricas se puseram a pesquisar e tentar explicar as transfor-

mações em curso, um empreendimento tão desafiador quanto imprescindível.

No vasto escopo de temas do período recente da história brasileira que emerge nos debates, um deles ganha destaque, seja pela complexidade, pelo significado político ou pelas controvérsias que surgem ao seu redor: o lulismo. Apesar de aparentemente autoexplicativo e, portanto, empregado com naturalidade e pouco critério, o termo guarda um enigma. Afinal, do que se trata?

Vulgarmente, durante certo tempo, lulismo e Governo Lula foram considerados quase como sinônimos. Ainda que a vitória de Dilma em 2010 impedisse que tal confusão prosperasse, isso não significa que ela é atualmente inexistente. A redução do lulismo ao Governo Lula segue presente, seja porque a relação entre um e outro é indissociável, seja porque, indis-

cutivelmente, foi no período em que Lula exerceu a presidência da República que o lulismo emergiu como objeto de análise e debate, tornando-se um elemento da realidade que deve ser explicado e compreendido.

De modo semelhante, o reducionismo também atinge as relações entre petismo e lulismo. Em geral, as mediações na relação entre partido e governo são subestimadas ou desconsideradas. A ausência de diferenciação é a regra. Assim, se negligenciam as transformações, no decorrer do tempo, da relação entre dois elementos que, na verdade, são componentes diferentes do lulismo. Com isso, se perde de vista que, na relação dialética entre as partes, existe não apenas colaboração, mas também conflito, ainda que a primeira tenha prevalecido sobre o segundo.



Simultaneamente ao estudo do lulismo, por observar a evidente mobilidade social que marcou a trajetória recente do país, inúmeros pesquisadores passaram a investigar as mudanças na estrutura de classes brasileira. Estamos experimentando a ascensão de uma nova classe média ou uma nova classe trabalhadora? Como considerar esta parcela da população? Batalhadores, subproletariado, precariado? Quais os critérios mais adequados para analisar as classes sociais? Os níveis de renda? Os padrões de consumo e os comportamentos? Ou seria a posição na divisão social da propriedade e nos processos produtivos? Além de profícuo, a discussão suscitada por estas e outras indagações fundamentais contribui sobremaneira para a análise do lulismo, uma vez que o paralelismo dos fenômenos não se resume à sua sincronia: são,

ao mesmo tempo, causa e consequência de um só processo histórico.

Contudo, a maior parte dos estudos sobre a estrutura de classes no Brasil, não considera a formação das classes a partir da luta entre elas, o que explica a ausência de análises sobre o outro lado da moeda. Sem uma análise a respeito das transformações pelas quais estão passando as diversas frações da classe capitalista, não compreenderemos a totalidade do processo histórico em curso.

De qualquer modo, logo se percebe que o debate não é simples: classes e luta de classes; lulismo e Governo Lula; Lula e lulismo; petismo e lulismo; PT e petismo.

A seguir, debateremos com algumas contribuições sobre o lulismo. Portanto, deixamos de lado aquelas que tratam especificamente do debate sobre as classes sociais, bem como os inúmeros

estudos que se propõem a avaliar, sob diferentes aspectos, os governos liderados pelo PT. Em termos mais precisos, selecionamos, por um lado, os textos que traziam o lulismo como objeto central de análise e, por outro, aqueles que apontam problemas que particularmente merecem consideração crítica.

O indivíduo na história

Incontestavelmente, Luis Inácio Lula da Silva é uma liderança que já marcou época. O que se contesta é o significado da época marcada por sua liderança. Não deixa de ser curioso, porém, que seu papel na história seja pouco problematizado, ou seja, que a discussão em torno da capacidade de sua influência individual sobre a conjuntura e a estrutura de uma sociedade receba atenção secundária.



Do mesmo modo que se polemiza permanentemente sobre a influência dos eventos históricos e as conjunturas sobre as estruturas e a longa duração nas transformações das sociedades, o papel do indivíduo na história compõe uma das principais reflexões no campo da teoria da história. Contudo, no presente caso, a influência individual de Lula tem merecido pouca atenção, talvez por haver um consenso tácito de que ela é realmente poderosa – permanecendo em aberto a intensidade deste poder –, talvez porque se considere que apenas o distanciamento do tempo nos permitiria uma avaliação mais criteriosa a esse respeito, cabendo às gerações futuras um debate menos carregado pelas disputas políticas nas quais o próprio personagem está envolvido.

Nos parece que foi o psicanalista Tales Ab’Sáber, em *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica* (2011), quem mais destacou o papel de Lula na conformação do lulismo – o que mereceu a crítica e Rudá Ricci, na apresentação de 2013 à segunda edição de *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira* (2010), justamente por ter centrado sua análise “na figura de Lula e não necessariamente no fenômeno político que tem no personagem um de seus componentes”. Ab’Sáber considera “um grande mistério político e humano o que faz com que uma pessoa seja alvo do desejo e da confiança de muitas outras”. Orientado pela necessidade de desvendar tal “mistério”, conclui que “Lula condensava e deslocava grande parte da energia social do amplo movimento para a composição de si como figura e força política, o que era tanto um desejo pessoal quanto coletivo, para o sonho de sua liderança universal no Brasil”.

Não deixa de ser espantoso que um autor que escreveu seu ensaio por estar descontente com as análises e inter-

pretações de então em função da suposta “incapacidade comum” de considerar a questão “do ponto de vista do *todo*”, atribua tanta importância a um indivíduo. Ab’Sáber chega a considerar que seus contemporâneos, nos anos 1980, lhe atribuíam “traços messiânicos” e que era “o trabalhador urbano articulado e portador da verdade”.

O magnetismo que o objeto analisado causou no próprio analista foi tão intenso que a realidade acabou sendo distorcida para que fosse adequada à construção pretendida. A chamada “tendência falastrona” do presidente Lula seria um mito de origem, pois “apesar do intenso discurso antilistista e de convocação populista das massas pobres em abstrato, Lula sempre se colocou no espaço público de modo relativamente *soft*, agregador, mediador, cordial (...) sempre circulou, com grande desenvoltura, em uma ampla gama de relações e ligações pessoais, em uma política do próprio cativeiro muito mais inclusiva do que a de seu próprio partido.”

O anacronismo é evidente. Se podemos dizer que a autonomização de Lula em relação ao PT é uma realidade incipiente e crescente a partir de 1989 – sobretudo depois da formação do Governo Paralelo e posteriormente do Instituto da Cidadania – isso certamente não se aplica ao *sempre* de Ab’Sáber. O trânsito que Lula tem atualmente entre as camadas mais pobres e as mais ricas da sociedade aumentou significativamente.

Logo se percebe que o carisma de Lula como parte expressiva do lulismo, apesar de presente e poderosa, não deve ser superestimada – como se fosse “mágica”, “segredo” e “feitiço” –, sob o risco de atribuir à subjetividade dos sujeitos uma capacidade de incidência sobre os processos históricos de modo desconectado das condições objetivas da realidade.





Petismo e lulismo

Entre os autores que analisamos, Valério Arcary, no recente artigo *Do petismo ao lulismo* (2014), é o único que pretende discutir o lulismo a partir da história do PT. Mais precisamente, enquanto nos demais autores a trajetória do PT compõe um elemento do lulismo, para Arcary o lulismo é resultado da própria transformação do petismo. Segundo o autor, “a história do PT é tema imprescindível para a esquerda brasileira”, devendo se evitar dois perigos: por um lado, por imitação, tentar repetir a mesma estratégia, imaginando que assim seria possível replicar os êxitos e evitar os erros do PT; por outro, desprezar as lições positivas da experiência petista, apostando no espontaneísmo e no imediatismo e negligenciando a necessidade de um instrumento de organização dos trabalhadores para a luta política.

Em seguida, lista diversos critérios que poderiam ser considerados válidos e mesmo indispensáveis para avaliar partidos políticos, sendo que a “análise pode ser mais ou menos equilibrada, na medida em que for mais minuciosa, mais complexa, portanto, mais rigorosa.” Ademais, acerta em cheio quando afirma que “*Só não se deve julgar um partido por aquilo que ele pensa sobre si próprio*” e que “uma caracterização de classe é, finalmente, inescapável para um juízo dos partidos políticos”.

Mas a contribuição de Arcary para o debate se esgota nesta introdução. A densidade analítica fica na promessa. O autor não segue seus próprios conselhos. Em primeiro lugar, sua crítica à tese do realinhamento eleitoral de André Singer (que veremos mais adiante) carece de demonstração e fundamentação e se limita à consideração de que a adesão eleitoral dos trabalhadores apenas con-

firmaria que “mantêm ilusões no PT e Lula”. Além disso, Arcary se equivoca ao atribuir a Singer a intenção de explicar a mudança do PT pela mudança na composição do eleitorado do PT em 2006 e 2010, pois com o fenômeno se busca explicar o lulismo, não o petismo.

Em segundo lugar, ao buscar explicar a transformação do petismo em lulismo, não se dá ao trabalho nem de caracterizar o que considera como petismo e como lulismo. E na tentativa de explicar *por que* o PT teria degenerado, se limita a listar *o que* constitui a tal degeneração do PT atual e *o que* constituía o PT do passado. O processo histórico em seu devir e os acontecimentos que nele se processaram parecem dispensáveis: basta dizer que “a relação do PT com a classe trabalhadora se alterou (...) o PT deixou de ser um partido de trabalhadores, com direção pequeno burguesa de 1980, e passou a ser um partido burguês com eleitorado proletário.”

Valério Arcary deixou de realizar a sugerida análise minuciosa, complexa e rigorosa para fazer profissão de fé. Afirma que “não há mais, há muitos anos, abnegados militantes operários nas suas fileiras” e que a ação do PT junto ao proletariado se resume à “defesa incondicional das iniciativas dos governos que dirige”. Assim, erra no varejo porque exagera e faz uma caricatura, e erra no atacado porque toma o todo pela parte. Por maior que ela seja, aferrar-se a apenas uma das partes impede o observador de captar as contradições em processo.

Assim, não percebe que a relação entre o petismo e o lulismo não é o de uma metamorfose, mas de mútua influência. Na história da esquerda brasileira e latinoamericana, lideranças de massas como o Lula que dirigem campos políticos mais amplos que seu próprio partido não são novidade. Nestes casos, não surpre-

ende que existam tensões entre o campo político e o partido. Mais que um modelo de desenvolvimento ou uma forma de gerenciamento do Estado, o lulismo deve ser visto como um campo político amplo e heterogêneo que tem objetivos, se orienta por um programa, desenvolve uma estratégia, promove uma aliança entre classes e frações de classe e mobiliza uma base social.

Em seu interior atua o petismo, que é mais estreito que o lulismo, pois abarca um leque menor de forças sociais, mas também é mais profundo, pois além de anterior é o principal criador e fiador do lulismo. E do mesmo modo que o lulismo mantém autonomia em relação ao petismo, o petismo deve manter autonomia em relação ao lulismo, para evitar sua submissão ao programa, à estratégia e às alianças que o lulismo pode defender, mas às quais o petismo não pode nem deve se limitar.

Movimento, partido, governo e Estado

Rudá Ricci constrói um argumento distinto para explicar a formação e consolidação do lulismo. Em sua opinião, trata-se de um “processo de conclusão da modernização conservadora brasileira” iniciada por Getúlio Vargas, “porque reafirma o Estado como demiurgo da sociedade civil e das relações de estabilidade das relações sociais no Brasil.” Lulismo e varguismo seriam “início e fim de um mesmo projeto” de “administrar o atraso e promover uma agenda reformista” de modernização. Portanto, teria sido “pela tutela do Estado” que o lulismo integrou as massas urbanas e rurais marginalizadas “ao mercado de consumo de classe média” e “eliminando qualquer controle social ou sistema integrado de participação dos beneficiados na gestão das ações estatais”.

Do mesmo modo que o lulismo mantém autonomia em relação ao petismo, o petismo deve manter autonomia em relação ao lulismo, para evitar sua submissão ao programa, à estratégia e às alianças que o lulismo pode defender, mas às quais o petismo não pode nem deve se limitar

Contudo, ao longo de sua obra, Ricci não apresenta quais mecanismos de controle social anteriormente existentes nas gestões do governo federal que teriam sido eliminados. Ao invés de dizer que retrocedeu, seria mais preciso dizer que a participação social nos processos decisórios do Estado não avançou, ou avançou pouco – uma vez que é correta a constatação de que a profusão de conferências realizadas durante do Governo Lula raramente redundou na incorporação das pautas aprovadas nas peças orçamentárias e nas prioridades estratégicas da ação governamental.

Mas o abandono da tendência à participação e aos mecanismo de de-

mocracia direta nas tomadas de decisão seria, segundo o autor, muito anterior ao Governo Lula: faria parte de uma inflexão do PT com uma mudança no sistema de legitimação interna com base na atrofia dos espaços de debate, na centralização do processo decisório e no controle burocrático do partido. A burocracia como elemento de controle partidário seria, assim, “elemento central do lulismo”, que teria sido forjado em meio a tal inflexão.

Não seria mais preciso dizer que este processo faz parte da formação e evolução de um certo tipo de petismo? Esta confusão está na base da compreensão do lulismo como “modelo gerencial do Estado brasileiro”. A “desconfiança à participação efetiva da sociedade no processo decisório das políticas públicas”, segundo Ricci, faz com que o lulismo rompa “com o que havia de mais inovador no petismo”, reaproximando as esquerdas “às práticas das elites políticas do país” e assumindo “contornos conservadores em relação à prática política”. Aqui, lulismo e governo Lula aparecem como sinônimos, estimulando a confusão entre lulismo e petismo.

Assim, “a partir das estruturas criadas pelo lulismo” as lideranças dos movimentos sociais “subsumiram à lógica do Estado” e os movimentos sociais “foram engolidos pela agenda de Estado”. Mas novamente, o processo é anterior ao Governo Lula. Em seu nascedouro, o lulismo, que emergiu da inflexão do petismo depois dos anos 1980, foi responsável por um processo no qual “os movimentos sociais foram se institucionalizando, tornando-se organizações hierarquizadas, com fontes de financiamento sustentáveis, com corpo diretivo e administrativo estáveis, participantes (indiretos ou não) de esferas de elaboração de políticas públicas, no interior do Estado.”

Ricci não considera dialeticamente as relações entre causa e efeito, entre os termos em contradição. Com uma lógica formal, desenvolve uma narrativa na qual a inflexão do petismo gera o lulismo, que cria estruturas e um modo de gerenciamento do Estado, que promove a tutela dos movimentos. Faz parecer, assim, que tudo é consequência da ação deliberada de uma direção partidária burocraticamente controlada.

Analisando a construção do raciocínio lógico de Ricci, não é difícil compreender porque os fatores históricos que se processam fora da área de influência direta do PT, dos movimentos sociais e do Governo Lula são tão reduzidos em sua tese central de que o lulismo se fundamenta nos laços de dependência entre as organizações da sociedade civil, as agências estatais e a regulação econômica por ele articulada. Como toda sua argumentação coloca o lulismo como arquiteto da história, minimizam-se as demais forças políticas, sociais e culturais que evidenciariam o lulismo não apenas como sujeito, mas também como objeto do processo histórico. Em função disso, perde-se de vista as contradições exteriores ao lulismo e, privilegiando a colaboração, se omitem as relações de conflito entre, de um lado, o petismo e o lulismo, e de outro, as forças mais conservadoras da sociedade brasileira.

De modo semelhante à Rudá Ricci, que enfatiza a tutela do Estado, Ruy Braga, no livro *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (2012), considera que “o sentido da hegemonia lulista” reside na “dependência desenvolvida pela burocracia sindical em relação ao aparato de Estado”, possível de se observar a partir da “arqueologia da hegemonia lulista”, que revelaria “uma relação social politicamente pragmática enraizada no consentimento ativo das direções sindicais à lide-

rança de Lula da Silva, combinada com a pacificação, por meio da negociação de pequenas concessões aos trabalhadores, do ânimo combativo das bases.”

No final dos anos 1970, articulando o “consentimento ativo das direções sindicais” seduzidas por posições no aparato estatal com o “consentimento passivo das massas” satisfeitas com conquistas de pequenas concessões materiais aos trabalhadores, a hegemonia lulista, ainda que não estivesse pronta, já estava em gestação: nas greves de 1981, “o desmanche do classismo prático já se insinuava na forma de restauração das bases do poder burocrático.” Braga atribui tanta importância a tal desmanche que o considera uma “relação dialética de pacificação social” alçada a condição de “eixo da vida política nacional” a partir de 2003. Isso porque o suposto “controle do aparato estatal” permitiu-lhes “selar o pacto entre o consentimento passivo das massas e o consentimento ativo das direções, consolidando a regulação lulista.”

Portanto, segundo o autor, os protagonistas deste processo – “direções sindicais reunidas em torno de Lula da Silva” – não apenas controlam o Estado como foram capazes de pacificar a luta de classes. Quanto poder! Por este motivo o lulismo não seria, para Braga, a conclusão da modernização varguista, como pensa Ricci. Apoiando-se em Chico de Oliveira, ele sustenta a tese de que “a hegemonia lulista é a superação dialética do populismo”, sobretudo porque “provou-se politicamente mais estável do que o populismo.”

Contudo, a prudência recomenda matizar tal conclusão. Daí a ideia de que “apesar da atual estabilidade do modo de regulação proporcionada pelo ‘transformismo’ petista, a hegemonia lulista encontra-se assentada em um terreno historicamente movediço.” Ou seja, o exage-

ro é contrabalanceado por uma obviedade: a história continua em movimento...

Paradoxalmente, o próprio movimento da história é deliberadamente negligenciado: depois de traçar o que considerou “a política do precariado” entre os anos 1930 e o início dos anos 1980, Braga abre mão de “acompanhar a trajetória do PT e do novo sindicalismo durante os anos 1980 e 1990” em função dos “limites deste trabalho”. Assim, o chamado “transformismo petista”, pilar central da hegemonia lulista, parece prescindir de investigação e demonstração, bastando para isso a indicação de referências bibliográficas. O modo como se processa a “superação dialética do populismo” é omitido, e ficamos sem saber como o lulismo se forma e se torna hegemônico.

Lulismo e classes sociais

Rudá Ricci admite replicar em seu livro o conceito de “nova classe média” utilizado por Marcelo Neri. Porém, apesar de na segunda edição apresentar concordância com a crítica de Márcio Pochmann de que esta seria uma abordagem rudimentar e tendenciosa que se limita a considerar os níveis de renda e consumo, prefere manter tal conceito e o conjunto do texto inalterados por uma questão de “honestidade intelectual e por não alterar as teses sustentadas”. Ricci parece não perceber, mas entre a nova classe média de Neri e a nova classe trabalhadora de Pochmann existe uma diferença teórica que incide em cheio sobre o conceito de lulismo. Não por acaso, a polêmica entre o conceito de precariado formulado por Ruy Braga e o conceito de subproletariado que André Singer utiliza em *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (2012), é um traço fundamentalmente distintivo das percepções de ambos a respeito do lulismo.



Para Braga, a política do precariado implementada pela “regulação lulista” teria despolitizado a classe trabalhadora, porque alimentou “o mito da superação da crise por meio do aumento constante do consumo popular engendrado pela racionalização das políticas públicas federais”. Contudo, isso não significaria uma passividade política do precariado, pois a luta de classes permaneceria “fundamentalmente aberta à autoatividade dos subalternos”.

Já para Singer, o realinhamento eleitoral que se consolidou em 2006 – deslocando o subproletariado da área de influência da burguesia para o apoio a Lula, e afastando as classes médias urbanas do candidato petista – proporcionou uma tensão social que se expressa na polarização “entre ricos e pobres, e não entre esquerda e direita.” Assim, “o lulismo constitui a ruptura *real* da articulação

anterior, ao descolar o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir dessa *novidade histórica*.” Mas o reformismo lulista seria “lento e desmobilizador (...), e se realiza sem mobilização e organização desde baixo.”

Até que ponto as mobilizações de junho de 2013 confirmam as teses de Braga e contrariam as teses de Singer? Sua eclosão demonstra satisfação ou insatisfação do precariado ou do subproletariado com o lulismo? Pesquisas demonstram que a maioria dos manifestantes não compõem as frações de classe que são objeto dos estudos em questão. De qualquer modo, a tentativa da burguesia em dirigir os protestos, as ambiguidades e sinais trocados emitidos pelo governo federal e as vacilações da direção do PT diante das massas em movimento, foram fatores decisivos para que ocorressem deslocamentos importantes na correla-

ção de forças, que envolveram também as frações de classe que não foram em massa para as ruas, aquelas que constituem a maior parte da base social do lulismo.

O sentido e a profundidade desta mudança só serão evidentes com o tempo e a partir dos resultados eleitorais de 2014. Mas podemos dizer com segurança que petismo e lulismo já não serão os mesmos nos próximos anos. A questão é saber se o petismo terá capacidade de orientar sua criação, ou se o lulismo tornou-se demasiado autônomo em relação ao projeto partidário. A resposta está nas mãos do próprio PT. Como já se disse, no fundo, trata-se de saber se ainda há tempo para inventar, no centro da própria engrenagem, a contra-mola que resiste.

RODRIGO CESAR é militante do PT



Página 13
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

ASSINE AQUI

Não deixar de preencher nenhum dos campos



Nome: _____

Endereço: _____ nº _____

Compl. _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____

ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL
() R\$ 100,00 - 12 edições

ASSINATURA BIANUAL
() R\$ 200,00 - 24 edições

Declaro que ao efetuar o pagamento estou ciente e concordo com os termos do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

Pagamento através de depósito deve ser feito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 em nome de: Rubens Alves da Silva

Enviar o cupom junto com o comprovante de depósito para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br OU pelo correio para Associação de Estudos Página 13, a/c de Edma Walker - Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000

Se preferir assine pelo site: www.pagina13.org.br/jornal-pagina-13/assinaturas/

DIALOGANDO COM A DS: que “revolução democrática”?

■ *Lício Lobo*

Nos propomos aqui a resenhar as duas primeiras edições da revista Democracia Socialista, destacando, neste percurso, as diferenças de análise que, a nosso juízo, podem contribuir para tornar o debate partidário mais fecundo, ao **explicitar diferentes pontos de vista no tema que nos parece central, o da estratégia**

O lançamento da Revista Democracia Socialista foi motivo de satisfação para os petistas que, como nós, entendem que o nosso partido precisa urgentemente recolocar na ordem do dia o debate sobre a sua estratégia.

Editada sob responsabilidade da DS, uma das mais importantes e influentes tendências do PT, a revista, que adota o nome da própria tendência, se propõe uma periodicidade quadrimestral e veio à luz em maio de 2013, com um “número zero” que apresentou seu projeto editorial e abriu caminho para o lançamento da edição número 1 em dezembro de 2013, às vésperas da abertura do V Congresso do PT.



A revista se coloca o objetivo de “cumprir um papel importante, ajudando a construir um campo teórico comum, potente o suficiente a fim de contribuir para as discussões e elaborações partidárias”, especialmente neste tempo agitado que transcorrerá até a realização da etapa substantiva do V Congresso do PT em 2015, atravessando um 2014 que se promete turbulento e de grandes emoções.

De nossa parte, como a melhor forma de saudar esta importante iniciativa da DS, nos propomos aqui a resenhar as duas primeiras edições da revista, destacando, neste percurso, as diferenças de análise que, a nosso juízo, podem contribuir para tornar o debate partidário mais fecundo, ao explicitar diferentes pontos de vista no tema que nos parece central, o da estratégia.

E deste ponto de vista, a revista não deixa margem à dúvida quanto à sua “âncora teórica”, ao destacar o projeto político editorial que abre “o número zero” com o sugestivo título “Uma revista marxista para a Revolução Democrática”.

A referência política do debate são as teses aprovadas na X Conferência Nacional da DS, que *“identificaram um novo período da luta de classes a partir de quatro vitórias estratégicas estabelecidas contra o neoliberalismo no país e da crise internacional, sem perspectivas de solução no horizonte, do neoliberalismo, como expressão política de um período de globalização”*.

De saída se impõe a indagação de quais seriam as tais “quatro vitórias estratégicas”, para a qual obteremos resposta apenas se nos remetermos diretamente ao item 4 das teses da X Conferência, não citado explicitamente no texto da revista, mas que vale aqui reproduzir: *a primeira eleição de Lula interrompeu o ciclo neoliberal iniciado ao final do governo Sarney, passando por Collor e pelos dois mandatos de FHC; o segundo mandato foi adiante e inaugurou uma nova via de desenvolvimento econômico com distribuição de renda; a eleição de Dilma, permite aprofundar o projeto de construção de uma alternativa nacional e internacional de desenvolvimento fora do controle do imperialismo. A estas três vitórias devemos acrescentar uma quarta igualmente estratégica, que foi o modo como se enfrentou a crise de 2008. Se até aquele momento a superação do neoliberalismo caminhava em passos moderados, o enfrentamento da crise deu um salto em um conjunto de fatores anti-neoliberais, sendo o mais importante deles, o crescimento quantitativo e qualitativo do sistema financeiro público com impacto imediato na redução da autonomia do BC e na importância dos bancos privados. Pode-se acrescentar ainda o aumento do salário-mínimo em plena crise (em geral, ocorre o contrário) e a sustentação dos programas sociais, como o Bolsa Família.*

Do ponto de vista da DS, trata-se pois de se apoiar nas “vitórias estratégicas”, para construir o “*programa de revolução democrática, entendida como um período de superação dos impasses estruturais capitalistas e dos limites liberais da democratização do Estado brasileiro, diagnosticados após os anos de grande transformação do Brasil a partir dos governos Lula*”.

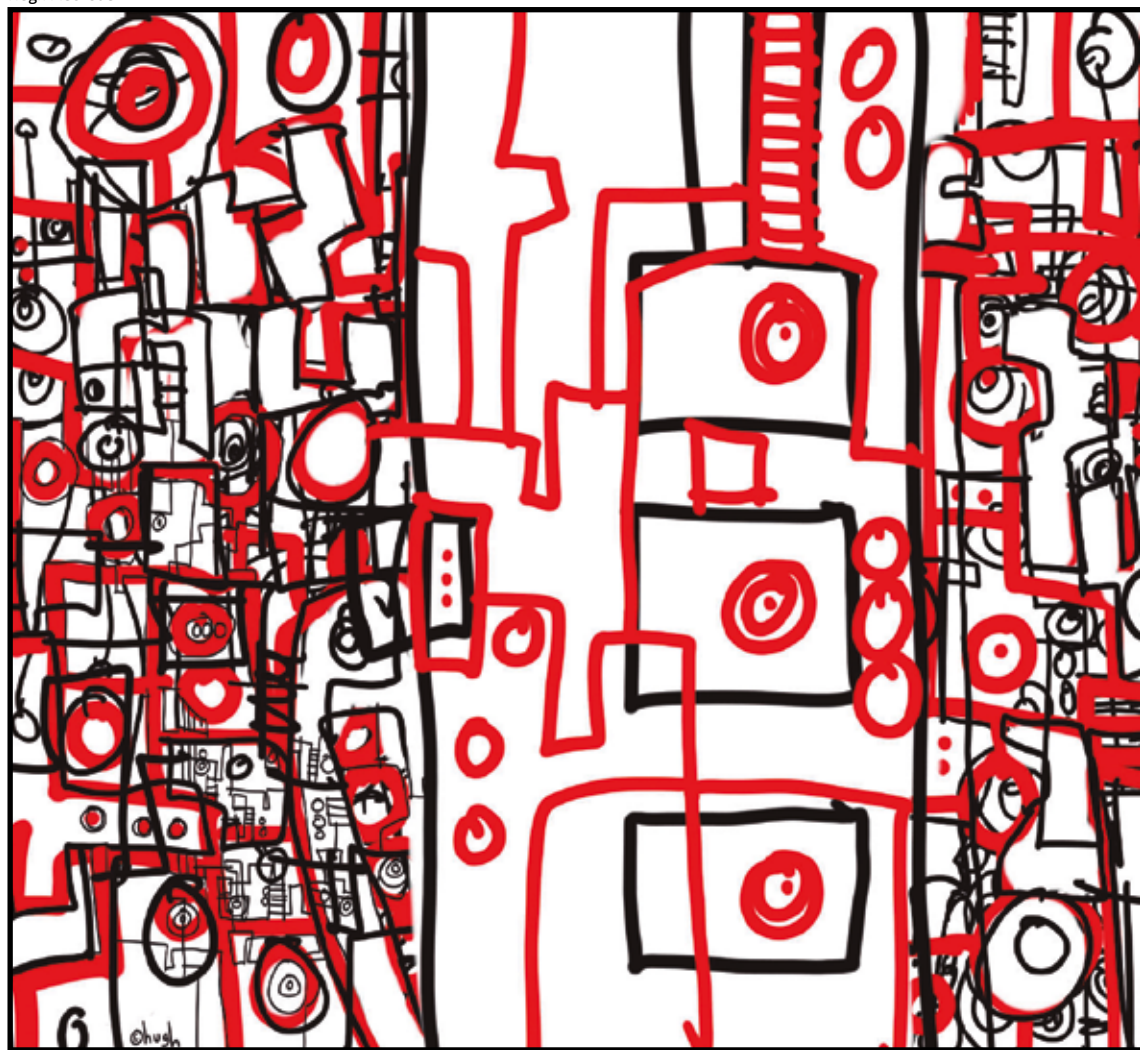
O tema da “revolução democrática” será largamente desenvolvido ainda no já citado projeto político editorial, sempre fazendo menção explícita da filiação desta teorização à tradição do marxismo revolucionário reivindicado pela DS. No número 1 da revista, um longo artigo de

Juarez Guimarães sob o título “Marx e a Revolução Democrática”, aprofundará a abordagem teórica deste enfoque abrindo seu texto com a menção a que “*o principal desafio para a práxis marxista revolucionária do século XXI é de construir na história a revolução democrática*”.

Neste contexto, é digno de nota a evidente opção editorial, nestes primeiros números, por reivindicar um fio de continuidade histórica na elaboração da DS.

Isto aparece fortemente no artigo “O PT, a DS e o direito de tendência”, ressaltando tratar-se de “*uma tendência interna do PT desde seu nascimento...*” e reivindicando “*a herança dos grupos que, ainda*

Hugh MacLeod



nos anos 1960, faziam a crítica ao populismo e ao stalinismo predominantes nos partidos populares (PTB) e da esquerda tradicional (PCs) no Brasil....em particular a contribuição da Organização Revolucionária Marxista Política-Operária (ORM-PO), do Partido Operário Comunista (POC) e da influência do pensamento trotskista através da obra de Ernest Mandel”.

Na entrevista de Emir Sader realizada por Juarez Guimarães, que abre o número 1 da revista, esta vertente será reforçada pelo resgate da trajetória deste intelectual que participou da fundação da POLOP e do POC e militou no MIR chileno na década de 70, antes de voltar ao Brasil em 1983, já identificado com o PT.



Outro artigo, de autoria de Rosalba Lopes, “Luzes à esquerda: partidos e organizações marxistas no Brasil e a democracia nos anos 1970”, segue ainda nesta vereda, ao abordar no contexto da análise do desenvolvimento de uma série de organizações (POLOP, APML, MR-8, MEP) o aparecimento de uma nova conjuntura em que *“surtem organizações novas, que, imunes ao peso do dogmatismo, poderão participar no processo de construção do partido...Assim, temos o surgimento da Democracia Socialista (DS)...”* apontando para um *“...esforço de repensar o papel da democracia e da relação dos movimentos de esquerda com os diferentes movimentos sociais...o tortuoso caminho através do qual a esquerda brasileira se encontraria com os direitos democráticos fundamentais.”*

Visto de conjunto, temos como que uma tentativa de explicitar uma genealogia do tratamento da “questão democrática” nas origens e na evolução da própria DS.

Mas a coisa toda não é tão simples assim, porque há uma grande “pedra no meio do caminho” que é o conceito de “ditadura do proletariado”, marcante na tradição mesmo do marxismo revolucionário, do leninismo e do trotskismo reivindicados pela DS em diversos momentos da sua trajetória, com o qual Juarez Guimarães vai procurar fazer um “ajuste de contas” no seu artigo.

Ele é explícito no sentido de que *“o que se perde com o uso dogmático da “ditadura do proletariado” é a própria constituição coerente para o socialismo democrático do século XX de uma ideia força de revolução, capaz de conquistar legitimidade perante as formas tardias e regressivas do liberalismo contemporâneo”.*

Ao nosso ver, um problema importante desta formulação é que, consciente ou inconscientemente, ela abstrai toda violência de classe de que é capaz a

burguesia e os necessários mecanismos de autodefesa e reação de que devem se dotar os trabalhadores para fazer frente a esta violência no curso de um processo de transformações revolucionárias da sociedade.

E aqui, retomando um tema do início desta resenha, seria o caso de dialogar com os companheiros da DS a respeito da natureza das transformações em curso no Brasil. Em nossa opinião é no mínimo muito controverso afirmar que teríamos realmente logrado firmar **“vitórias estratégicas”** contra o neoliberalismo no Brasil.

Mais correto, ao nosso ver, seria dizer que a vitória de Lula em 2002 abriu uma janela histórica em que o combate ao neoliberalismo se dá em condições mais favoráveis às classes trabalhadoras, e em tal contexto temos conquistado avanços importantes e vitórias parciais.

Falando francamente, o problema de fundo que se coloca é que a estratégia de centro-esquerda que hegemoniza o partido desde pelo menos 1995 foi capaz de nos levar à conquista do governo federal em 2002, mas crescentemente foi se revelando incapaz de orientar um processo de amplas e profundas transformações sociais no Brasil, tendendo ao esgotamento quanto mais se aproximam os limites de poder, renda e riqueza que a burguesia brasileira está disposta a ceder, ou colocada na contingência de fazê-lo.

Longe de termos obtido vitórias estratégicas contra o neoliberalismo, o fato é que seguimos enfrentando uma dura batalha contra a hegemonia das ideias e dos interesses neoliberais, contra os quais valores como a “ética”, a “cidadania”, a “república” e a “revolução democrática” não são suficientes para orientar a ação dos que querem, não apenas derrotar o neoliberalismo, mas também derrotar o capitalismo.



Quando dirigentes importantes do Partido e a própria presidenta Dilma insistem em reforçar ideias como as vantagens de **sermos ou nos tornarmos “um país de classe média”**, para além da incorreção do conceito, o fato é que não haverá nem reformas estruturais nem revolução, seja democrática ou socialista

Ademais, o conceito de “revolução democrática” tem pequena aderência com o que realmente se passa no país. São muitas as debilidades e contradições nos processos de mobilização autônoma e participação da sociedade e se observa uma realidade cultural em que a influência dos setores conservadores ainda é muito grande.

Apesar do PT ser o principal partido no comando do poder executivo, no essencial o poder de Estado é ainda controlado pelas forças hegemônicas pela burguesia. Soa mesmo estranho falar em “revolução democrática” num quadro em que o Poder Judiciário demonstra mesmo todo seu caráter de classe no curso das arbitrariedades e injustiças legais cometidas contra os dirigentes petistas na Ação Penal 470 (independente de que há ainda todo um debate a se fazer no interior do partido sobre o mérito da política que levou a esta situação), as Forças Armadas reiteram seu papel de “guardiãs da ordem” ao recusar a revisão da Lei da Anistia para a punição dos torturadores da ditadura militar e a grande mídia monopolista faz campanha aberta contra o PT através de um punhado de grandes conglomerados que recusam qualquer regulação ou controle social.

O conceito de “Revolução Democrática” tampouco corresponde a orientação hegemônica no governos Lula e Dilma, pois apesar das políticas públicas avançadas e progressistas que caracterizam setores do governo, apesar de importantíssimas para uma justa política de acúmulo de forças, o conjunto da obra está longe de poder caracterizar uma “revolução democrática”, entre outros motivos porque lhes faltam um sentido de transformação social de amplitude e radicalidade tais que, ao aprofundar a democracia social, abram a perspectiva

de construção de um poder popular de nova qualidade.

Quando dirigentes importantes do Partido e a própria presidenta Dilma insistem em reforçar ideias como as vantagens de sermos ou nos tornarmos “um país de classe média”, para além da incorreção do conceito, o fato é que não haverá nem reformas estruturais nem revolução, seja democrática ou socialista, sem que tenhamos uma classe trabalhadora fortalecida material e culturalmente, capaz de disputar poder, renda e riqueza e propor ao conjunto da sociedade uma forma de organização social superior e mais avançada, radicalmente democrática, econômica e socialmente.

O debate está aberto e como é da natureza dos processos sociais complexos, muitas das respostas virão das ruas, do embate concreto entre as classes, nos processos eleitorais e nas lutas diretas em que se confrontarão os diferentes interesses e projetos.

De toda sorte, a hora é de reeleger Dilma para manter aberta a janela histórica que se abriu com Lula em 2002. E após, se não quisermos marcar passo e retroceder, a alternativa será avançar pelo caminho das reformas estruturais que questionem de verdade o poder secular das classes dominantes em nosso país.

Então, o debate teórico terá também um papel importante e esperamos prosseguir nosso diálogo-debate com a DS, visando afiar as armas da crítica que serão cada vez mais necessárias para que o PT continue cumprindo um papel importante na luta dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras pela sua emancipação.

LICIO LOBO é secretário geral do PT Diadema (SP)

Cartografia da ESQUERDA no Brasil

■ *Leandro Eliel*

Este texto tem uma pretensão modesta: apresentar de maneira sintética **o conjunto das organizações de esquerda atuantes, hoje, no Brasil**. Certamente haverá erros de informação e resumos polêmicos, motivo pelo qual pedimos a ajuda dos leitores para que possamos corrigir os erros e registrar as divergências na próxima edição desta revista

Andy Warhol



PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)
www.pt.org.br

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980. Quatro grandes setores confluíram na sua criação:

- a) sindicalistas do chamado “novo sindicalismo”, especialmente os metalúrgicos, bancários e petroleiros;
- b) militantes de organizações de esquerda atuantes na oposição contra a ditadura (alguns entraram em caráter individual no PT, outros entraram por decisão de suas respectivas organizações);

c) lideranças populares formadas pelas pastorais e comunidades da Igreja Católica, especialmente do setor progressista;

d) parlamentares e lideranças atuantes no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB (durante muitos anos, o único partido de oposição legalizado no país).

Desde a sua fundação, o PT abrigou diferentes correntes de opinião, geralmente denominadas de tendências. A primeira tentativa de disciplinar a existência de tendências no interior do Partido ocorreu no 5º Encontro Nacional do PT, em 1987. A segunda tentativa ocorreu no Primeiro Congresso do PT, em 1991.

Uma compreensão do papel jogado pelas tendências no interior do PT deve levar em conta pelo menos duas variáveis: as posições políticas defendidas por estes grupos e a atitude geral que adotavam frente ao Partido.

De 1983 a 1993, por exemplo, existia uma tendência hegemônica e majoritária em âmbito nacional: a Articulação, cujas posições se refletiam nas resoluções partidárias.

Competindo com a Articulação, havia algumas lideranças e agrupamentos informais com posições mais moderadas (exemplo disso são os parlamentares que defenderam votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral). E havia, também, lideranças e agrupamentos com posições mais radicalizadas.

A maioria destes agrupamentos tivera origem anterior ou exterior ao PT. É o caso da Democracia Socialista (Organização Revolucionária Marxista/Democracia Socialista), do Partido Revolucionário Comunista (PRC), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, da Organização Socialista Internacionalista (O Trabalho), da Ala Vermelha, da Convergência Socialista, entre outros.

Entre 1991 e 1995, em decorrência dos acontecimentos e debates descritos, ocorrem profundas alterações na vida interna do PT. Em primeiro lugar, todas as tendências passam a se considerar como “tendências internas” de um “partido estratégico”. Em segundo lugar, a Convergência Socialista e outros grupos saem do PT, criando o PSTU. Em terceiro lugar, a tendência majoritária passa por um processo de cisão, dando origem à Articulação Unidade na Luta e à Articulação de Esquerda. Em quarto lugar, lideranças e tendências situadas à esquerda e à direita da Articulação, invertem seus papéis (é o caso de Plínio de Arruda Sampaio, líder moderado nos anos 1980 e líder radical nos anos 1990; é o caso, também, de José Genoíno, que faz o percurso inverso).

De 1995 até o final de 2003, o quadro interno se estabiliza da seguinte forma. Um grupo majoritário denominado, talvez para que não restasse dúvida, de “Campo majoritário”, composto basicamente pela Articulação Unidade na Luta e pela Democracia Radical (esta por sua vez, oriunda da aliança do ex-PRC com outros setores). Uma esquerda, com quatro expressões mais conhecidas, a saber: a Democracia Socialista, a Articulação de Esquerda, a Força Socialista e O Trabalho. E um centro, cuja expressão principal viria a formar o chamado “Movimento PT”, agrupamento de lideranças parlamentares e grupos regionais.

No final de 2003, a expulsão de Heloísa Helena e de três deputados federais é o marco inicial de um novo processo de alteração no quadro interno. Em primeiro lugar, o Movimento de Esquerda Socialista e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (duas tendências oriundas da antiga Convergência Socialista), acompanhadas de um número significativo de lideranças de esquerda indepen-

dentes, saem do PT ainda em dezembro de 2003 e criam o PSOL. Outro grupo expressivo de petistas filia-se ao PSOL entre os meses de setembro e outubro de 2005. É o caso da Ação Popular Socialista (tendência resultante da fusão da antiga Força Socialista com outros grupos), de Plínio de Arruda Sampaio, de vários deputados federais e de certo número de militantes oriundos de várias tendências da esquerda petista ou independentes. Em segundo lugar, lideranças até então vinculadas ao “Campo majoritário” ou independentes de expressão desligam-se do PT, indo para outros partidos ou ficando sem filiação partidária (é o caso, por exemplo, de Hélio Bicudo, Cristovam Buarque e de Chico Whitaker). Em terceiro lugar, a crise de 2005 e o processo de eleição das novas direções partidárias altera a força do antigo “Campo majoritário”, que deixa de ter a maioria absoluta no Diretório Nacional do PT.

De 2005 em diante a esquerda partidária passa por um processo de divisão e redução de sua influência, que se expressa nos resultados das eleições internas. Em 2007 a correlação de forças se mantém quase inalterada, com a diferença de que dois representantes moderados disputam o segundo turno, Ricardo Berzoini (CNB) contra Jilmar Tatto (PTLM), com a vitória de Berzoini. Em 2009, a CNB compõe uma chapa com o PTLM e NR elegendo a maioria absoluta dos membros no Diretório Nacional e, no primeiro turno, conquistam também a presidência do PT com José Eduardo Dutra, que logo depois, por problemas de saúde, se afasta da presidência. O Diretório Nacional elege Rui Falcão para ocupar a presidência. Em 2013, num processo eleitoral bastante criticado, setores partidários que estavam no centro ou na esquerda petista aderem a candidatura do grupo majoritário para a presidência do PT.



AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO PT

CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL (CNB)

www.contruindoumnovobrasil.com.br

Também conhecida pela sigla CNB: oriunda da Articulação dos 113, passando pela Articulação Unidade na Luta e pelo Campo Majoritário. Reivindica o programa democrático e popular, concentrando esforço cada vez maior na luta institucional como caminho para as mudanças. No PED 2013 apoiou Rui Falcão, da tendência Novo Rumo, à presidência nacional do PT.

NOVO RUMO (NR)

Originalmente uma cisão paulista da Articulação de Esquerda. Possui uma orientação política similar à da CNB, privilegiando uma estratégia institucional.

PARTIDO DE LUTA E DE MASSAS (PTLM)

www.ptlmnacional.org.br

Originário da Articulação Unidade da Luta. Também possui uma trajetória política similar à da CNB, privilegiando uma estratégia institucional. No PED 2013 apoiou Falcão à presidência nacional do PT.

MOVIMENTO PT (MPT)

www.movimentopt.com.br

Reúne oriundos de diferentes setores do Partido. Busca situar-se no centro, fazendo críticas ao campo majoritário e a esquerda petista. No PED 2013 apoiou Rui Falcão à presidência nacional do PT.

ESQUERDA POPULAR E SOCIALISTA (EPS)

www.esquerdapopularsocialista.com.br

Grupo originário da fusão entre a Tendência Marxista e um grupo que em 2011

saiu da AE. Define-se como marxista, defende a articulação das lutas sociais e institucionais na construção de uma sociedade socialista. No PED 2013 apoiou Rui Falcão à presidência nacional do PT e participou da chapa do Movimento PT.

BRASIL SOCIALISTA (BS)

Tendência oriunda do antigo PCBR, compondo durante quase toda a história do PT o campo de esquerda. Foi a principal corrente a impulsionar a fundação do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). No PED 2013 apoiou Rui Falcão à presidência nacional do PT.

MENSAGEM AO PARTIDO

www.mensagemao partido.com.br

Campo integrado por diversas personalidades, grupos regionais e por uma tendência nacional, a **Democracia Socialista (DS)**. Entre 2003 e 2005, ao mesmo tempo que uma parte de seus integrantes funda o PSOL, o grupo majoritário na DS rompe seus vínculos com o Secretariado Unificado da Quarta Internacional e reorienta-se internamente no PT, passando a defender uma estratégia conhecida como “revolução democrática”. A Mensagem ao Partido lançou candidatura própria no PED 2007, 2009 e 2013. Antes disso, a DS já havia lançado candidatura própria no PED 2001 e 2005.

MILITÂNCIA SOCIALISTA (MS)

www.militanciasocialista.org

Fusão de diversas tendências regionais. Defende a articulação da luta social com a luta institucional, na defesa de refor-

mas estruturais mais amplas. Compõe a esquerda petista. No PED 2009 apoiou a candidatura da Articulação de Esquerda. No PED 2013 lançou candidatura própria.

ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA (AE)

www.pagina13.org.br

Cisão da Articulação dos 113, surgida em 1993 com o lançamento do manifesto “Hora da Verdade”. A AE defende uma estratégia e um programa democrático-popular e socialista. Lançou chapa e candidatura própria em todos os PED, desde 2001 até 2013. Edita o jornal *Página 13*.

O TRABALHO (OT)

www.otrabalho.org.br

Oriunda da Organização Socialista Internacionalista, a tendência trotskista O Trabalho passou por uma importante cisão nos anos 1980, quando parte importante de sua militância adere à Articulação dos 113. Outra cisão ocorreu por volta de 2007, dando origem a um agrupamento denominado Esquerda Marxista. Reivindica a Quarta Internacional. Edita o jornal *O Trabalho*. Lançou chapa e candidatura própria em todos os PED, desde 2001.

ESQUERDA MARXISTA (EM)

www.marxismo.org.br

Cisão de O Trabalho. Filiada à Corrente Marxista Internacional, luta pela reconstrução da Quarta Internacional. Sua estratégia política é orientada pelo Programa de Transição de Trotski. Edita o jornal *Esquerda Marxista*. Desde que surgiu, participou com chapa e candidatura própria no PED nacional.



**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA (PDT)**
www.pdt.org.br

O PDT, criado em 1979, é fruto da reorganização do trabalhismo histórico que atuava no PTB até extinção dos partidos políticos pela ditadura militar. Impedido pelos militares de controlar a legenda do PTB, Leonel Brizola, junto com outras lideranças, funda o PDT. Defende que a propriedade privada deve ser preservada e submetida ao bem estar social e a um Estado normativo. Em 1989, nas eleições presidenciais, Leonel Brizola quase foi para o segundo turno, momento em que apoiou a candidatura de Lula contra a de Collor. Em 1994, candidata-se novamente e obtém uma votação muito baixa. Em 1998, é candidato a vice-presidente na chapa de Lula, quando são derrotados por Fernando Henrique Cardoso. Nas eleições de 2002, o PDT apoia a candidatura de Ciro Gomes (PPS). Em 2006, lança Cristovam Buarque. Em 2010 apoia a candidatura de Dilma Rousseff (PT). O PDT edita o jornal *O Trabalhador*.



**PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO (PSB)**
www.psb40.org.br

O PSB, fundado em 1947 pela Esquerda Democrática, reorganiza-se em 1985, mantendo o mesmo programa e estatuto de origem. Defende um programa socialista gradual e legal, que preserve a propriedade privada. Nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, o PSB apoiou a candidatura de Lula. Em 2002, lançou candidatura própria, a de Antony Garotinho, apoiando Lula no segundo turno. No primeiro turno de 2006 não apoiou formalmente nenhuma candidatura, apoiando Lula no segundo turno. Em 2010 apoiou a candidaturas Dilma Rousseff. Em 2013, sem conseguir organizar

a própria legenda, Marina Silva filia-se ao PSB e soma esforços com os socialistas para viabilizar a oposição ao Governo Dilma.



**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE (PSOL)**
www.psol50.org.br

Em 2003, o PT expulsa a deputada federal Luciana Genro e os deputados federais Babá e João Fontes, assim como a senadora Heloisa Helena. O motivo imediato da expulsão foi a reforma da previdência. Afirmado que o PT havia abandonado seu projeto estratégico socialista, esses parlamentares e setores da esquerda petista (como o Movimento de Esquerda Socialista e a Corrente Socialista dos Trabalhadores) iniciam a construção de um novo partido, regularizado em 2005, com o nome de PSOL. Naquele mesmo ano ganham o reforço de outros setores petistas, entre eles a tendência APS e lideranças como Plínio de Arruda Sampaio, Chico Alencar e Marcelo Freixo, entre outras.

Em 2006, o PSOL lança a candidatura de Heloisa Helena para a Presidência da República, numa coligação que contava com o PSTU e o PCB. Tendo como vice César Benjamin, até então um dos teóricos da chamada Consulta Popular, Heloisa Helena obtém 6,85% dos votos, ficando em terceiro lugar na corrida presidencial. Nas eleições de 2010, Heloisa Helena não aceita a candidatura a Presidência, preferindo a candidatura ao Senado pelo estado de Alagoas. Apesar da eleição dada como certa, não obteve sucesso, ficando em terceiro lugar. Em seguida, a ex-senadora renuncia a seu mandato na presidência do PSOL. Nesse ano, Plínio de Arruda Sampaio é o candidato do PSOL à presidência da República, sem conseguir fazer aliança com PSTU e PCB, que lançam suas próprias candidaturas presidenciais. Plínio recebe apenas

0,87% dos votos, ficando em quarto lugar. Em 2014, depois de um Congresso partidário marcado por denúncias de fraudes e pela rejeição de prévias internas, o senador Randolfe Rodrigues é escolhido como candidato do PSOL à Presidência da República. Em seguida, a Insurgência, tendência da esquerda psolista, lança a candidatura de Renato Roseno e reivindicou a realização de uma Conferência Eleitoral. Edita o jornal *Página 50*.

Atualmente, dois campos disputam o controle do partido: um setor moderado e majoritário (Unidade Socialista), capitaneado atualmente pela APS e por diversos grupos regionais; e um setor radicalizado (Bloco de Esquerda), composto por Insurgência, MES, APS-Corrente Comunista, CST, LSR, Plínio de Arruda Sampaio, Carlos Gianazzi, entre outras organizações e lideranças. Entre eles o Coletivo Rosa Zumbi, que lançou tese própria (PSOL Necessário) no último Congresso, originando-se de um racha da APS.

Recentemente, o MES, segunda maior corrente interna, indicou Luciana Genro candidata a vice na chapa à Presidência da República, consolidando uma nova maioria na agremiação.

A relativa hegemonia do campo moderado foi consolidada após a renúncia de Heloisa Helena, que foi presidente do partido entre 2004 e 2010, e que teve sua filiação ao PSOL questionada pela colaboração com a construção da Rede Sustentabilidade de Marina Silva. Afrânio Bopré (APS), naquele momento, assumiu a presidência do PSOL, ficando até 2011, quando Ivan Valente (APS) foi eleito para o cargo num mandato de dois anos. Em 2013, o setor moderado, a Unidade Socialista, obteve 52% dos votos dos/as delegados/as, indicando Luiz Araújo (APS) como presidente do PSOL, enquanto o Bloco de Esquerda conquistou 45% e o PSOL Necessário 3% dos votos. Na atual

executiva nacional o setor moderado possui dez representantes, enquanto o Bloco de Esquerda possui nove, configurando um acirrado processo de disputa interna.

As principais tendências do PSOL

Ação Popular Socialista/Corrente Comunista (APS-CC, http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_Popular_Socialista): oriunda do Movimento Comunista Revolucionário e da Força Socialista, antigas tendências internas do PT, a APS adere ao PSOL em 2005, tornando-se a principal corrente partidária, mesmo com o racha de 2012/2013. No último congresso elegeu o presidente do Partido, compondo o campo moderado.

Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL): organização anterior à fundação do PSOL, que inicialmente reunia organizações atuantes no campo (MLST de Luta, MT e MLS) e que atraiu militantes de setores urbanos, principalmente do serviço público, tornando-se uma tendência do PSOL. Em 2012, com críticas “ao processo de moderação”, importantes lideranças do RJ e ES rompem com a tendência. Após as denúncias de retenção de verbas de assessores contra uma parlamentar do PSOL-RJ, o MTL dissolveu-se, tendo parte de seus integrantes aderido a Rede Sustentabilidade.

Movimento de Unidade Socialista-MUS/Fortalecer o PSOL (www.fortalece-ropsol.com.br): oriunda da antiga Convergência Socialista, da CST e do MES, entre outros militantes que atuavam no PT. Também conhecidos como Fortalecer o PSOL, título da tese apresentada no 3º Congresso. No último congresso, junto com a APS e o MTL, compôs o campo moderado.

Somos PSOL (<http://www.psol50.org.br/4congresso/Store/Arquivos/Contribui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Somos%20PSOL.pdf>): tendência com pouca expressão e que no último congresso compôs o campo moderado. Defende

uma visão “de que estamos vivendo um momento histórico de transição do capitalismo da Era Industrial, a Era da Informação, que estaria em pleno desenvolvimento, a internet e sua arquitetura interna -- em sua versão de uso 2.0 --, seria uma nova geografia, digitalizada, que permitiria aos seres humanos uma experiência sensorial intersubjetiva única e revolucionária na história da humanidade”.

Insurgência (www.insurgencia.org): surge em 2013, fruto da fusão entre o Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), racha do PSTU; o ENLACE e o Coletivo Luta Vermelha, filiado ao Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Publica a revista *À Esquerda*, critica o processo de moderação do PSOL, a institucionalização e as alianças promovidas nas últimas eleições.

Movimento Esquerda Socialista (MES, www.lucianagenro.com.br/mes/): oriunda da antiga Convergência Socialista, o MES entra no PSOL e torna-se a segunda maior tendência interna, atuando inicialmente próximo à Senadora Heloisa Helena e ao MTL. Defendia posições mais moderadas, inclusive a aliança com o PV, que ocorreu nas eleições de 2008, em Porto Alegre. Desde o II Congresso disputa com a APS o controle do partido. Compõe o Bloco de Esquerda. Luciana Genro, do MES, foi confirmada como candidata a vice-presidência de Randolfe Rodrigues.

Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST, www.cstpsol.org): oriunda da antiga Convergência Socialista, atuava no PT. É filiada à Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (UIT-QI). Possui o periódico mensal *Combate Socialista*. A CST, que compõe o Bloco de Esquerda, acusa a Unidade Socialista de igualar o PSOL aos partidos do sistema.

Coletivo Resistência Socialista (CRS, <http://www.resistenciapsol.xpg.com.br>): compõe o Bloco de Esquerda, apresenta críticas a condução da maioria e, alegando fraude, não aceita os resultados do último Congresso e a candidatura

de Randolfe Rodrigues à Presidência, exigindo um novo processo.

Ação Popular Socialista/Nova Era (APS/NE, <http://psol50sp.org.br/files/2013/07/Tese-da-APS-Congresso-Estadual-Psol.pdf>): entre 2012 e 2013 a corrente majoritária APS sofre uma cisão. Surgem daí três agrupamentos: a APS/CC, o coletivo Rosa Zumbi e a APS/Nova Era ou APS de Esquerda, que reuniu, majoritariamente, setores sindicais de juventude críticos às alianças realizadas pela APS em Macapá e Belém. No último congresso compôs o Bloco de Esquerda.

Coletivo Primeiro de Maio (<http://primeirodemaio.org/>): tendência oriunda do Coletivo Rosa do Povo, é crítica do setor majoritário e da ampliação de alianças promovidas pelo PSOL no último período. No último congresso compôs o Bloco de Esquerda.

Coletivo Rosa Zumbi (<http://coletivorosazumbi.wordpress.com/>): tendência oriunda do racha da APS, é crítica tanto do setor moderado, por sua excessiva institucionalização, quanto dos setores à esquerda, pelo seu sectarismo. Defende a validade e atualização do Programa Democrático e Popular. No último congresso lançaram chapa própria com apoio do Deputado Federal Chico Alencar.

Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR, <http://www.lsr-cit.org/>): fusão das tendências Socialismo Revolucionário (SR) e Coletivo Liberdade Socialista (CSL), filiada ao Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT), trotskista, publica o jornal *Ofensiva Socialista*. Crítica dos rumos adotados pela maioria, assinou junto com o Grupo de Ação Socialista (GAS) e o Reage Socialista uma tese no último congresso, compondo também o Bloco de Esquerda.

Trabalhadores na Luta Socialista (TLS, <http://trabalhadoresnalutasocialista.blogspot.com.br/>): agrupamento com maior expressão em São Paulo, crítico do setor majoritário e compôs o Bloco de Esquerda no último congresso.



**PARTIDO SOCIALISTA
DOS TRABALHADORES
UNIFICADO (PSTU)**
www.pstu.org.br

O PSTU originou-se da Convergência Socialista, tendência petista expulsa em 1991. No interior do PT, não consideravam o partido como estratégico para a revolução socialista. Entre 1991 e 1994, a partir da junção com outros setores, fundam o PSTU. Posteriormente, romperam com a CUT e construíram a CONLUTAS, que originou a Central Sindical e Popular (CSP) – Conlutas. Trotskista, está vinculado à Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

O PSTU não prioriza o processo eleitoral, alegando que é um jogo de cartas marcadas, sendo apenas um momento de propaganda do programa. As eleições de parlamentares do partido servem como “ponto de apoio para as lutas sociais”. Participou das eleições de 1994, apoiando criticamente Lula. Em 1998, 2002 e 2010 lançou candidatura própria, a do metalúrgico José Maria. Em 2006, em aliança com PSOL e PCB, apoiou a candidatura de Heloisa Helena (PSOL).

Defende uma estratégia socialista, revolucionária, liderada pelo operariado industrial, aliado aos setores explorados do campo e da cidade, sem alianças com outras classes ou setores de classes, que impulsionaria a revolução internacional. Defende a construção de um partido revolucionário, coeso e sem tendências. As divergências são expressas apenas durante os processos congressuais. Publica o jornal *Opinião Socialista*.



**PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO (PCB)**
www.pcb.org.br

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil muda de nome em 1962, pas-

sando a chamar-se Partido Comunista Brasileiro. O grupo contrário a esta mudança de nome dá origem, também em 1962, ao PCdoB. Após o Golpe Militar, o PCB passa por diversas cisões, originando agrupamentos que optaram pela luta armada contra a ditadura. No início da década de 1980, Luis Carlos Prestes, até então a principal liderança comunista do Brasil, também rompe com o PCB. Lança Roberto Freire candidato à Presidência da República em 1989. Em 1992, um congresso partidário aprova a extinção do PCB e a criação do Partido Popular Socialista (PPS). A minoria do congresso não aceita a decisão e consegue recuperar na justiça o direito a utilizar a sigla PCB. Nas eleições presidenciais de 1994 a 2002, o Partido Comunista Brasileiro apoia o candidato do PT. Nas eleições de 2006, em coligação com o PSOL e PSTU, apoia a candidata presidencial Heloisa Helena (PSOL). Em 2010, lança candidatura própria, a de Ivan Pinheiro. Para 2014, a pré-candidatura de Mauro Iasi foi lançada.

O PCB atual faz uma autocrítica da visão etapista da revolução brasileira, defendendo que as transformações necessárias seriam de caráter socialista. Essa análise inclui a crítica do programa e da estratégia democrático-popular proposta pelo PT. O PCB defende a construção do Poder Popular, que não é apenas um fórum de organizações de esquerda, mas um processo de articulação tática e estratégica de construção de espaços contra hegemônicos na luta cotidiana que evolua para a construção da dualidade de poderes, construindo assim o embrião do Estado proletário.

O PCB não permite a existência de correntes internas, defendendo um partido formado por militantes e quadros. Sua principal publicação é o jornal *Imprensa Popular*.



**PARTIDO COMUNISTA
DO BRASIL (PCdoB)**
www.pcdob.org.br

O PCdoB, organizado em 1962, reivindica a tradição histórica do Partido Comunista fundado em 1922. Durante a ditadura militar, o PCdoB organizou a guerrilha do Araguaia. Desde 1962 até os anos 1990, o PCdoB defende uma estratégia etapista. Possui forte presença na UNE e na Ubes, através da União da Juventude Socialista (UJS); uma importante presença no movimento sindical, através da CTB; e uma representação institucional em todos os níveis. O PCdoB não permite tendências internas. Mantém o site Vermelho e publica o jornal *A Classe Operária*. Desde 1989, apoiou todas as candidaturas presidenciais do PT, participando dos governos Lula e Dilma.



**PARTIDO PÁTRIA LIVRE
(PPL)**
www.partidopatrilivre.org.br

Oriundo do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, que não se legalizou como partido e atuava no interior do PMDB. Em 2008 o MR-8 decidiu sair do PMDB e criar um partido. O PPL orienta-se, segundo seu estatuto, pela teoria do socialismo científico, defendendo a constituição de uma ampla frente nacional, democrática e popular para completar a independência do Brasil.



**PARTIDO DA CAUSA
OPERÁRIA (PCO)**
www.pco.org.br

O PCO originou-se de uma cisão da OSI, organização trotskista existente anteriormente ao PT. Ingressa no PT como tendência interna, desde 1980. Conhecida como *Causa Operária*, denominação do seu jornal, publicado até hoje, durante o

processo eleitoral de 1989 questiona as alianças do PT com o PSB, iniciando um processo de rompimento com o partido. A partir de 1991, o PCO inicia seu processo de legalização, obtendo o registro provisório em 1995. Em 1997, consegue o registro definitivo. Nas eleições de 1994, apoia criticamente a candidatura de Lula. Em 2002, 2006 (candidatura indeferida pelo TSE) e 2010 lançou candidato à Presidência, o jornalista Rui Costa Pimenta.

Defende uma estratégia socialista revolucionária, baseada na aliança operário-camponesa, liderada pela classe operária. Defende a construção de um partido revolucionário para cumprir esse papel, sem tendências internas.



**PARTIDO COMUNISTA
REVOLUCIONÁRIO (PCR)**
www.pcrbrasil.org

O PCR foi formado inicialmente por militantes que romperam com o PCdoB em 1966. Organizado principalmente no nordeste brasileiro, quase desaparece durante a ditadura, fundindo-se com o MR-8 em 1981. Em 1995, por conta das divergências com a linha nacionalista do MR-8, o núcleo original do PCR rompe com a organização e refunda o partido. O PCR edita o jornal *A Verdade* e defende a reconstrução de uma Internacional Comunista, participando da Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxistas-Leninistas (CIPOML).



CONSULTA POPULAR
www.consultapopular.org.br

Fundada em 1997, em torno de um programa nacionalista de esquerda (o Projeto Popular para o Brasil). A Consulta Popular é crítica do que denomina de esquerda eleitoral.



**LIGA BOLCHEVIQUE
INTERNACIONALISTA
(LBI)**
www.lbiqi.org

A LBI é uma cisão à esquerda da Causa Operária, motivada pela avaliação de que esta organização adaptou-se à burocracia lulista. Defende a reconstrução trotskista da Quarta Internacional. É contrária a formação de Frentes de Esquerda, sendo que em 1998 defendeu o voto nulo nas eleições presidenciais. Defende a greve geral revolucionária para a derrubada imediata do Estado. Edita o jornal *Luta Operária* e a revista *Marxismo Revolucionário*.



**LIGA ESTRATÉGICA
REVOLUCIONÁRIA
(LER-QI)**
www.ler-qi.org

A LER-QI foi fundada em 1999, com duras críticas ao PSTU e ao morenismo, criticadas por serem “variantes deformadoras do trotskismo”. Defende o programa de transição de Trotsky e um programa revolucionário de tomada do poder, desferindo duras críticas às possibilidades institucionais. Edita o jornal *Pavara Operária*.



**MOVIMENTO NEGAÇÃO
DA NEGAÇÃO (MNN)**
www.movimentonn.org

O MNN, trotskista, foi criado em 2005 com críticas ao PT por sua conciliação de classes e com o capital internacional. Critica o PT e a esquerda petista por duas questões principais: a ilusão que nutre sobre as possibilidades de administração do Estado e ao rebaixamento da luta sindical. Defende um programa transitório para o socialismo expresso no Programa Único, na construção da dualidade de poderes como preparação da construção do socialismo.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO (POR)**
www.pormassas.org

O POR, fundado em 1989, trotskista, é uma cisão à esquerda da Causa Operária, motivada pela avaliação de que esta teoria abandonado a perspectiva da ditadura do proletariado. Em 1990 defende o voto nulo nas eleições. Define-se como um embrião do partido revolucionário. Edita o jornal *Massas*.



■ **LEANDRO ELIEL** é historiador, professor da Faculdade Fleming-Uniesp

O GOLPE contra os trabalhadores

■ Paulo Fontes

Em meados de março de 2014, o autor deste texto foi convidado a escrever um artigo sobre o golpe de 64 para o jornal *O Globo*. O artigo foi entregue no dia 20 de março, mas não foi publicado. Segundo a editora responsável do jornal, a não publicação devia-se a uma série de decisões editoriais sobre espaço, prioridades temáticas, surgimento de novas notícias, contribuições não previstas etc.

Obviamente, *O Globo* não tem obrigação de publicar texto algum, apesar da indelicadeza de solicitar um artigo e não publicá-lo. Difícil não pensar que um parágrafo inicial, crítico ao já famoso editorial onde *O Globo* reconhece seu “erro” (de maneira tímida e defensiva, por sinal) no apoio ao golpe de 64 não tenha tido algum papel na decisão editorial de não publicar o artigo. Além disso, parece que discussões sobre movimento sindical e os mundos do trabalho não são muito bem vistas pelo jornal. No mínimo paradoxal para quem diz defender tanto a liberdade de expressão. Diante disso, o artigo foi oferecido para publicações democráticas, entre os quais *Carta Maior*, *Outras Palavras* e esta *Esquerda Petista*.



Em recente editorial no qual reconhece que o apoio ao golpe de 1964 foi um erro, o jornal *O GLOBO* justifica de forma reveladora que seu entusiasmo com a queda do governo de João Goulart era devido ao temor da instalação de uma suposta “República Sindical” no país. A retórica anticomunista e a histeria conservadora que contagiavam vastos setores das classes médias e altas tinham um alvo claro: o crescimento da organização de operários e de vastos setores populares nas cidades, bem como a impressionante mobilização de camponeses nas zonas rurais. O inédito espaço político conquistado por lideranças sindicais incomodava e amedrontava. O golpe de 1964 foi, antes de tudo e sobretudo, um golpe contra os trabalhadores e suas organizações.

A presença pública e as lutas por direitos dos trabalhadores brasileiros, intensas desde o final da II Guerra Mundial, atingiram seu ápice no início da década de 1960. Os sindicatos foram os principais vetores da organização popular naqueles anos. Mas tal mobilização também ocorria através de associações de moradores e espaços informais, como clubes de bairros e instituições culturais. Estudos recentes mostram que, ao contrário do que se supunha, a presença sindical nos locais de trabalho se fortalecia. No campo, a emergência das Ligas Camponesas, e suas demandas por uma Reforma Agrária transformadora, surpreendeu o país e colocou os trabalhadores rurais no centro do cenário político.

Trabalhistas, católicos, comunistas, janistas, entre diversas outras forças políticas, disputavam e formavam alianças no interior deste movimento. Greves, protestos e uma linguagem marcadamente nacionalista e reformista embalsavam reivindicações por transformações estruturais e pela conquista de direitos desde sempre negados, como a lei do 13º salário e a sindicalização no campo.

Em um contexto marcado pela Guerra Fria e pelos impactos da Revolução Cubana, esta presença pública dos trabalhadores significava, para muitos, a antesala do comunismo. A desenvoltura com que lideranças camponesas e dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) se aproximavam do governo e do presidente Jango (nunca perdoado por cultivar essas “relações perigosas”) era particularmente execrada. A visibilidade desta aliança no famoso comício da Central do Brasil no dia 13 de março foi a gota d’água para os grupos conservadores e golpistas. Apesar da intensa campanha contra o governo, pesquisas de opinião então realizadas, e durante muito tempo ocultadas, mostram que a maioria da população apoiava Jango e suas reformas.

O golpe acabou com tudo aquilo. E surpreendeu muitos dirigentes sindicais, radicalizados e demasiadamente confiantes na sua influência política e poder de mobilização. Para os vitoriosos, era primordial destruir a “hidra comunista e trabalhista”. Sindicatos em todo o país foram invadidos, sofreram intervenções governamentais e tiveram seu patrimônio dilapidado. Suas lideranças foram presas, caçadas e, algumas, assassinadas. A ditadura foi dura desde seu primeiro dia.

Entidades empresarias, como a FIESP, celebraram a nova era. A queda do governo foi a senha para a revanche pa-



tronal. Milhares de trabalhadores foram demitidos e, devido à proliferação das infames “listas negras”, tiveram enormes dificuldades para encontrar novos empregos. A aliança entre empresários e o DOPS que, como historiadores já demonstraram, vinha de longe, tornou-se ainda mais sólida e disseminada. Um clima de medo e perseguições passaria a dominar o interior das empresas. No campo, um número ainda não calculado de trabalhadores rurais foi expulso de suas comunidades e muitos foram mortos por milícias privadas e capangas a serviço de latifundiários.

Uma política econômica antitrabalhista proibiu greves, comprimiu salários, acabou com a estabilidade no emprego, facilitando demissões e a rotatividade da mão de obra. Seu impacto foi tão grande que o ditador Castello Branco viu-se obrigado a reiteradamente repetir, em vão, que “a Revolução não era contra os trabalhadores”. O deliberado enfraquecimento dos sindicatos facilitou em muito a superexploração do trabalho, uma das marcas do regime, que faria do país o campeão mundial em acidentes e mortes no trabalho no início dos anos 1970.

A mesma ditadura que tanto reprimiu e controlou os sindicatos e organizações populares chegaria ao fim, em grande medida, pela força e mobilização dos

O inédito espaço político conquistado por lideranças sindicais naquele período **incomodava e amedrontava** as classes médias e altas

trabalhadores. Fruto de uma persistente resistência cotidiana e de transformações de vulto na sociedade brasileira, as grandes greves que, a partir do ABC paulista, tomaram conta do país, clamaram novamente por justiça e democracia. Ao mesmo tempo revitalizaram o sindicalismo e deixaram marcas presentes até hoje em nossa vida política e social.

No entanto, ainda sabemos pouco sobre a história dos trabalhadores durante a Ditadura Civil-Militar. Boa parte do interesse dos estudiosos sobre o período concentrou-se em outros grupos sociais e temas, o que se reflete na literatura e na programação dos numerosos eventos que analisam os 50 anos do golpe. Felizmente, este quadro começa a mudar. Neste sentido, a abertura dos arquivos governamentais, incluindo o do Ministério do Trabalho, cuja documentação apodrece, sem cuidado algum, em um prédio da periferia de Brasília, é um passo fundamental. E sem dúvida, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade poderá ter um papel decisivo neste encontro do Brasil com sua história.

PAULO FONTES, professor da Escola de Ciências Sociais da FGV (CPDOC/FGV) e historiador especializado em história social do trabalho

Geografia, Estados nacionais e HABERMAS

■ Iole Ilíada Lopes

Reconhecido como **um dos principais pensadores vivos da atualidade**, as teorias de Jürgen Habermas costumam notabilizar-se tanto por sua amplitude e complexidade quanto pela profusão de críticas de que se tornam alvo

Vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo, Iole Ilíada Lopes é doutora em geografia humana pela Universidade de São Paulo (USP)

Seu título foi obtido em abril de 2005, com uma tese intitulada “O território e os estados pós-nacionais: uma abordagem geográfica das teorias recentes de Jürgen Habermas”. O orientador foi o professor Antonio Carlos Robert Moraes.

A tese está disponível para consulta nas bibliotecas da USP. Ainda não foi impressa em formato de livro, embora isto tenha sido recomendado pela banca e proposto por editoras. A autora informa: o fará quando tiver o “período sabático” para preparar a tese para publicação, se não for tarde demais.

Publicamos a seguir um trecho editado da referida tese (páginas 220 a 224).

A título de conclusão

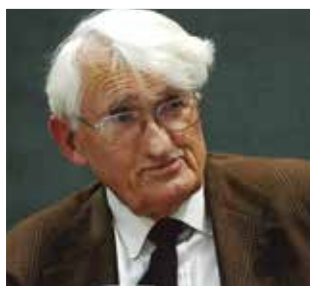
Jürgen Habermas é um autor controverso. Reconhecido como um dos principais pensadores vivos da atualidade, suas teorias costumam notabilizar-se tanto por sua amplitude e complexidade quanto pela profusão de críticas de que se tornam alvo.

Como pano de fundo para tais críticas, para além de uma observável desconexão entre o mundo abstrato descrito por Habermas -- onde prevalecem o entendimento e a racionalidade comunicativa -- e os processos sociais concretos, podemos identificar divergências com relação ao *viés político* que atravessa tais formulações, que costuma desagradar tanto as vertentes conservadoras quanto os que acreditam que o caminho para a construção de uma sociedade mais justa exige transformações muito mais radicais que aquelas postuladas pelo autor.

A simples inclusão de Habermas no rol daqueles que postulam uma “terceira via” para o desenvolvimento econômico e social também parece não resolver o problema, se considerarmos que tal rótulo ficou indissociavelmente relacionado à conversão de uma parte importante da velha socialdemocracia europeia ao ideário do neoliberalismo -- conversão essa a que Habermas é bastante crítico:

Do ponto de vista normativo, os protagonistas da “terceira-via” estão se afinando com uma corrente do liberalismo que considera a igualdade social unicamente do lado do *input*, reduzindo-a a igualdade de oportunidades. Deixando de lado esse empréstimo *moral*, a diferença entre Margareth Thatcher e Tony Blair evanesce, a partir do momento em que a nova esquerda parece alinhar-se com o imaginário *ético* do Neoliberalismo.





Habermas continua apostando na possibilidade de uma democratização radical daquelas instituições burguesas que, para ele, seriam o resultado da racionalização do mundo moderno

Penso, aqui, na disposição em aceitar a ética de uma “forma de vida orientada pelo mercado mundial”, que espera que todo cidadão se forme para ser o “empresário de seu próprio capital humano” (HABERMAS, 2001, p.114).

Essa complexidade na definição e classificação do pensamento habermasiano, conforme pudemos observar neste trabalho, aparece também quando buscamos analisar suas teorias sobre a superação do Estado-nação, bem como o papel que o território ocupa em seu projeto de consolidação de formas de democracia radical apoiadas no poder institucionalizado e no direito.

Podemos dizer, por um lado, que Habermas possui o mérito de não se deixar seduzir por um pensamento que, buscando desconstruir os paradigmas teóricos da modernidade -- entre eles os conceitos de Estado e território -- acaba por fazer *tabula rasa* de algumas conquistas

da história humana e soterrar as possibilidades utópicas presentes em uma teoria racional da história, aplainando, ainda que inadvertidamente, o terreno para o triunfo das teses conservadoras e antidemocráticas.

Parece claro, pois, que sua teoria sobre os Estados pós-nacionais não se confunde com aquelas análises da globalização que imaginam que estaria em curso um processo de desterritorialização do homem, seja em termos “culturais” ou em sentido político mesmo, com a eclosão de formas novas de representação do poder *absolutamente distintas das atuais* e, por isso mesmo, ainda não passíveis de serem apreendidas.

Assim, se várias teorias sobre a globalização parecem querer livrar-se de uma noção de território que se tornou incômoda -- algumas servindo aos interesses dos que desejam um mercado mundial sem fronteiras e sem regulamentação, e outras em contraposição ao poder do Estado, considerado essencialmente autoritário -- as de Habermas não podem seguir essa trilha: sua reafirmação da modernidade e do Estado democrático de direito, e a ênfase dada ao ordenamento jurídico na institucionalização, legitimação e democratização do poder nas sociedades complexas, tornam-na comprometida irremediavelmente com a noção de território, que oferece a base empírica para a definição da jurisdição e da soberania.

Habermas continua apostando, pois, na possibilidade de uma democratização radical daquelas instituições burguesas que, para ele, seriam o resultado da racionalização do mundo moderno. Essa tese pressupõe, como vimos, que o Estado seja capaz de “domesticar” o Capitalismo, a partir de uma regulamentação legitimada socialmente por “procedimentos comunicativos” de formação da opinião e da vontade públicas.

Entretanto, como a crise na qual o Capitalismo mergulhou nos anos 1970 conduziu esse sistema econômico a uma reestruturação baseada em processos que aceleraram sua internacionalização, atribuindo-lhe uma qualidade nova -- identificada pelo conceito de “globalização” --, e portanto sua “domesticação” tornou-se difícil em âmbito nacional, Habermas apressou-se em ancorar sua teoria em novas bases -- ainda materiais -- pensando a União Européia como uma espécie de “Estado pós-nacional”.

Finalmente, ao buscar restaurar o caráter universal de sua teoria -- uma vez que a experiência europeia de uma *integração territorial* é, nesse sentido, um caso particular, em que pese a existência de diversos “blocos econômicos” na geografia do mundo -- e esposar a discussão sobre uma sociedade cosmopolita, Habermas não parece capaz de responder de que modo aqueles fundamentos mesmos que ele apresentara como essenciais ao seu

projeto -- o sistema de direitos, os procedimentos democráticos institucionalizados, o Estado como garantidor do cumprimento das normas jurídicas e, claro, a jurisdição territorial -- podem ser reproduzidos em âmbito mundial ou substituídos por outros com a mesma eficiência.

Conforme afirmou recentemente, Habermas pretende situar sua teoria em um meio termo entre os “partidários da globalização” e os da “territorialidade”. Mas é preciso que se assinale que, ao referir-se a esses últimos, o que ele tem em mente é o tipo de pensamento que conduz a um fechamento xenófobo das fronteiras.

Com efeito, se pensarmos na ideia habermasiana de uma superação da concepção naturalista de nação e sua substituição por uma associação jurídica de cidadãos -- um “patriotismo constitucional” --, tese que está na base de sua crença nas possibilidades de construção de formas pós-nacionais e cosmopolitas de organização social, veremos que, ainda que o território possa perder seu caráter de “solo pátrio”, ele segue reafirmando sua função histórica essencial na definição da soberania e da jurisdição -- princípios dos quais, como vimos, o projeto habermasiano não pode prescindir.

Dissemos anteriormente que nossa intenção neste trabalho era realizar uma espécie de “diálogo” entre a Geografia e as teorias de Jürgen Habermas.

Do ponto de vista, pois, de uma abordagem geográfica das ideias recentes de Jürgen Habermas, valeria a pena ressaltar a contribuição interessante fornecida por esse autor ao debate sobre o território e o Estado, a partir da reconstrução de uma teoria normativa que acaba por resgatar, mesmo que de forma mais implícita que explícita, o papel do espaço territorial estatal -- ainda que “pós-nacional” -- no ordenamento institucional da sociedade moderna.



Mas seria importante assinalar, também, que esse *pensamento geográfico* subjacente às ideias habermasianas, ao não ser tematizado senão em breves passagens -- não merecendo aí uma discussão mais elaborada --, acaba por tornar-se uma espécie de “pé quebrado” no modelo teórico pensado para a constituição de uma democracia cosmopolita apoiada fundamentalmente em uma concepção universal de direitos humanos, uma vez que Habermas não assume a hipótese da formação de um Estado mundial cuja jurisdição e soberania -- cujo *território* -- abranja o planeta como um todo. De nosso ponto de vista, isso contribui para que as teses de Habermas acabem mais uma vez se descolando daquela base material que ele havia perseguido, ao buscar trazer sua teoria da ação comunicativa para o âmbito do debate sobre o direito e a democracia nas sociedades complexas.

Já dissemos anteriormente que o problema posto para Habermas é o de salvar seu projeto ancorado no Estado democrático de direito -- notadamente em sua forma de *Estado do bem-estar social*. Não é difícil constatar que foi justamente essa forma, que sempre representou um

caso histórico particular, aquela que teve suas bases mais em cheio atingidas pela chamada globalização.

Evidentemente, caberia aqui perguntar se é possível efetivamente pensar a (re)construção do modelo propugnado por Habermas em bases geográficas ampliadas, ou se, contrariando a posição do autor, qualquer movimento nesse sentido dependeria, pelo menos inicialmente, de uma resistência nos marcos dos próprios Estados nacionais.

Caberia, ainda, discutir mais profundamente os próprios limites do modelo habermasiano *vis-a-vis* os processos sociais concretos, sobretudo em um momento histórico em que as contradições do Capitalismo parecem se agudizar.

Essas são questões de difícil resposta, com as quais, todavia, acreditamos que a Geografia tem muito a contribuir.

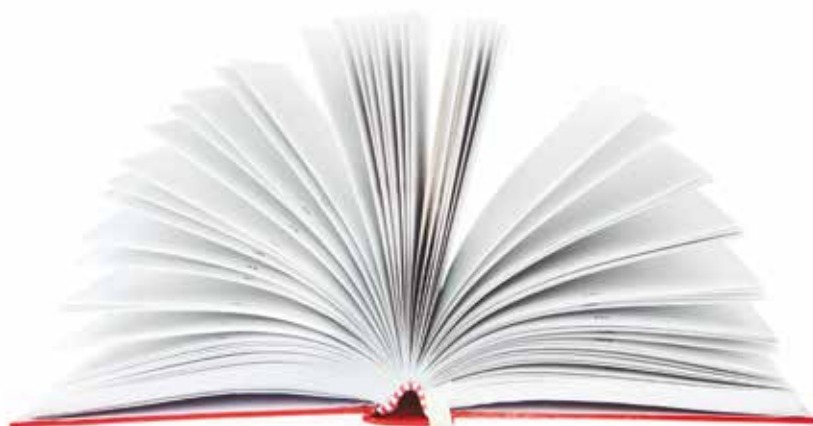
Se isso é verdade, poderíamos então dizer que esse diálogo está só se iniciando.

■ IOLE ILÍADA LOPES é vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo, doutora em geografia humana pela Universidade de São Paulo (USP)

PERIÓDICOS MARXISTAS e de esquerda no Brasil

■ Paulo Denisar Fraga

Apresenta-se, neste espaço, uma **lista ampla** de periódicos marxistas e de esquerda publicados no Brasil



A lista classifica como “antigas” as extintas ou inativas, incluindo desde revistas publicadas na primeira metade do século passado, momento de introdução das idéias socialistas no país. Como “atuais”, a lista elenca as revistas com edições hoje em funcionamento.

A caracterização como “marxistas e de esquerda” visa um critério mais abrangente, pois toda revista marxista é de esquerda, mas nem toda revista de esquerda é marxista. O critério, portanto, não é o doutrinário estrito. Mas sim o da relação teoria-prática, ou seja, considerar os periódicos que cumpriram um papel de intervenção, influência e formação na política e na cultura do pensamento da esquerda socialista no Brasil. Por essa razão, embora a maioria dos periódicos seja de cunho teórico, com edição de textos argu-

mentativos, constam também os de perfil tipo magazine, que se valem de notas e matérias jornalísticas diversas em edições ilustradas.

Algumas seguem com uma breve sinopse geral, outras apenas com o link, quando disponível, para possibilitar o acesso do leitor interessado. Entre parênteses, indicam-se suas editoras. Complementarmente, para além do gênero revista, incluem-se duas publicações, que são um blog e um jornal, respectivamente *Marxismo21* e *Le Monde Diplomatique Brasil*, o primeiro pelo lugar destacado que vem ocupando na divulgação da produção cultural e política do marxismo em sua diversidade e, o segundo, por integrar, de longe, o maior periódico internacional de esquerda do mundo, com edições mensais em 30 idiomas que chegam a mais de 50 países.

Agradece-se que nomes e dados de periódicos eventualmente não incluídos sejam enviados à redação desta publicação.

Que esta lista sirva para incentivar a leitura, o estudo e mesmo a curiosidade intelectual dos que prezam pela unidade entre teoria e prática. No interior dela está registrada a maior parte das **ideias, debates e eventos que orienta(m) a ação dos espíritos críticos** que perfazem o conjunto da história política e cultural da esquerda brasileira

ANTIGAS

- *Antítese: Marxismo e Cultura Socialista (CEPEC)*
- *Atenção! (Página Aberta)*
- *Cadernos do Terceiro Mundo (Terceiro Mundo)*
- *Divulgação Marxista (Calvino) - <http://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/divulgacao/index.htm>*
- *Ensaio Ad Hominem (Ad Hominem)*
- *Estudos Sociais (Vitória)*

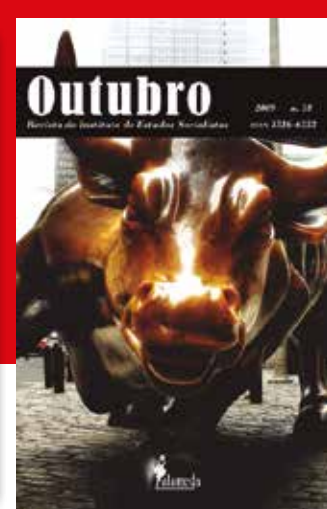
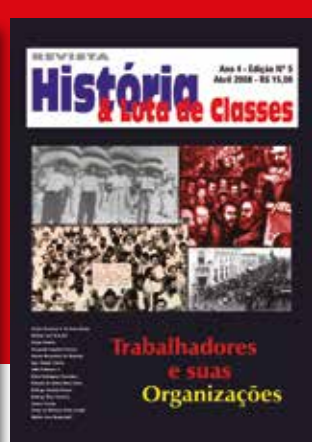
- *Escrita/Ensaio (Escrita) - Ensaio (Ensaio)*
- *Praga: Revista de Estudos Marxistas (Boitempo)*
- *Práxis (Projeto Joaquim de Oliveira)*
- *Práxis: Revista de Filosofia, Política e Cultura (Tchê)*
- *Problemas: Revista Mensal de Cultura Política (Vitória)*
- *Revista Brasileira (Brasiliense)*



■ *Revista Civilização Brasileira - Encontros com a Civilização Brasileira (Civilização Brasileira)*

Lançada em 1965 e fechada pela ditadura militar em 1968, a RCB foi criada e dirigida pelo histórico editor brasileiro Ênio Silveira, e pelo poeta Moacyr Félix. Retornando como *Encontros...* entre os anos 1978 e 1982, a sua grande significação político-cultural para a esquerda e na luta contra a ditadura rendeu-lhe vários estudos acadêmicos.

- *Revista Internacional: Problemas da Paz e do Socialismo (Novos Rumos)*
- *Sem Terra (MST) - http://www.mst.org.br/revista_semterra*
- *Socialismo e Liberdade (Fundação Lauro Campos) - <http://laurocampos.org.br/secoes/publicacoes/revista-socialismo-e-liberdade/>*
- *Temas de Ciências Humanas (Ciências Humanas)*
- *Teoria & Política (Brasil Debates)*



ATUAIS

■ **Aurora Obreira** (*Barricada Libertária; Annarkio.net*) - <http://anarkio.net/index.php/rvts>

■ **Cadernos Cemarx** (UNICAMP) - <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/>

■ **Cadernos de Pesquisa Marxista do Direito** (*Outras Expressões*) - <http://cpmd.blog.com/>

■ **Caros Amigos** (*Caros Amigos*) - <http://www.carosamigos.com.br/>

■ **Carta Capital** (*Confiança*) - <http://www.cartacapital.com.br/>

■ **Ciência & Luta de Classes** (CEPPES) - <http://inverta.org/ceppes/revista-ciencia-luta-de-classes>

■ **Contra a Corrente: Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea** (*Centelha Cultural*) - <http://revista-contra-a-corrente.blogspot.com.br/>

■ **Crítica Marxista** (UNESP) - <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>

36 Lançada em 1994, foi publicada pelas editoras Brasiliense, Xamã, Boitempo, Revan e, atualmente, UNESP. Mantém relação com o Centro de Estudos Marxistas do IFCH/UNICAMP e assenta a sua pauta nas produções de viés teórico e polêmico no campo plural do marxismo.

■ **Dialectus: Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação** (UFC) - <http://www.revistadialectus.ufc.br/index.php/Revista-Dialectus/index>

■ **Fórum** (*Publisher Brasil*) - <http://www.revistaforum.com.br/>

■ **Germinal: Marxismo e Educação em Debate** (UFBA) - <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/index>



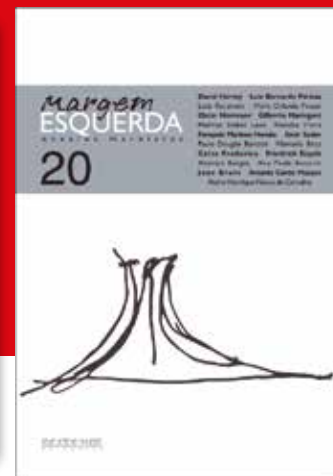
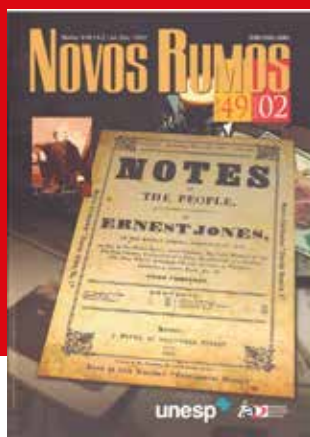
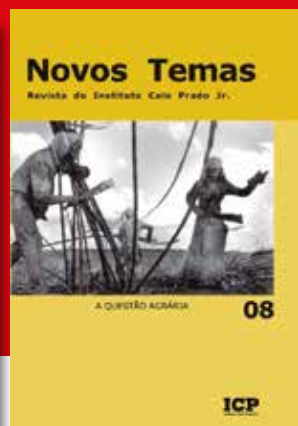
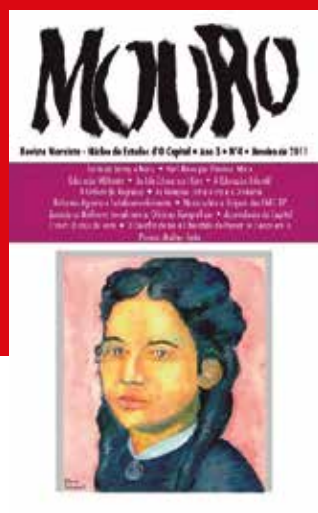
■ **História & Luta de Classes** (*Líder*) <http://historiaelutadeclases.wordpress.com/>

Lançada em 2005, organizada por um grupo de historiadores e cientistas sociais, foi antecedida pela criação da Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa (ADIA), que lhe dá suporte, e possui sua linha editorial mais centrada no campo da História.



■ **Lutas Sociais** (NEILS/PUC-SP) - http://www.pucsp.br/neils/revista/ultima_edicao.html

Lançada em 1996, é produzida pelo Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, do Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. Enfoca temas críticos especialmente nos campos da Sociologia, Ciência Política, Relações Internacionais, História e Serviço Social.



■ **Mais-Valia (Týkhe)**

■ **Marx e o Marxismo: Revista do NIEP-Marx (UFF)** - <http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/index>



■ **Margem Esquerda: Ensaios Marxistas (Boitempo)** - http://www.boitempo.com/revista_margem_esq.php

Lançada em 2003, é a publicação periódica da Boitempo Editorial e cobre uma ampla gama de abordagens no terreno do marxismo, com uma pauta aberta a temáticas que vão desde o mundo do trabalho, passando por momentos conjunturais, até os enfoques político-culturais.

■ **Marxismo Vivo: Revista de Teoria e Política Internacional (Instituto José Luís e Rosa Sundermann)** - http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=36

■ **Marxismo Revolucionário (LBI-QI)** - <http://www.lbiqi.org/revista-marxismo-revolucionario>



■ **Mouro: Revista Marxista (Ideographos)** - <http://www.mouro.com.br/>

Lançada em 2009, é organizada pelo Núcleo de Estudos d'O Capital, de São Paulo. Visa análises que contribuam para a compreensão crítica da realidade contemporânea segundo as perspectivas marxista e socialista. Possui a peculiaridade de ser ilustrada por aquarelas.



■ **Novos Rumos (Instituto Astrogildo Pereira; UNESP)** - <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos>

Lançada em 1986, é um periódico político-cultural do IAP, pautado na teoria de Marx e na busca da emancipação humana. No seu quinto ano ingressou em nova fase com um novo projeto gráfico. A partir de 2012, passou a ser editada em colaboração com a UNESP.



■ **Novos Temas: Revista de Estudos Sociais e Ciências Humanas (Quarteto; Instituto Caio Prado Jr.)** - http://institutocaioprado.org.br/icp/?page_id=48

Lançada em 2009, é vinculada ao Instituto Caio Prado Jr. e segue, em seu nome e projeto, a tradição aberta pela extinta revista *Temas de Ciências Humanas*, inspirada na centralidade do trabalho e na renovação crítica da teoria marxista para além da estalinização.



■ **Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas (Alameda)** - <http://revistaoutubro.com.br/blog/>

Lançada em 1998, é uma publicação vinculada ao Instituto de Estudos Socialistas. Pauta-se especialmente pelo objetivo de refletir e superar os impasses teóricos que bloquearam o desenvolvimento do debate estratégico de cunho socialista no Brasil.

■ **Princípios: Revista Teórica, Política e de Informação (Anita Garibaldi)** - <http://www.revistaprincipios.com.br/principios/>

■ **Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (UFRGS)** - <http://rebela.edugraf.ufsc.br/index.php/pc/index>

■ **Revista Espaço Acadêmico** - <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index>

■ **Retrato do Brasil (Manifesto)** - <http://www.oretratodobrasil.com.br/revista/>

■ **Samuel (Última Instância; Alameda)** - <http://revistasamuel.uol.com.br/>

■ **Serviço Social & Sociedade (Cortez)** - http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0101=6628-&lng=pt&nrm=is

■ **Socialismo Libertário (CAB)** - <http://www.cabn.libertar.org/?p=1255>

■ **Teoria e Debate (Fundação Perseu Abramo)** - <http://www.teoriaedebate.org.br/>



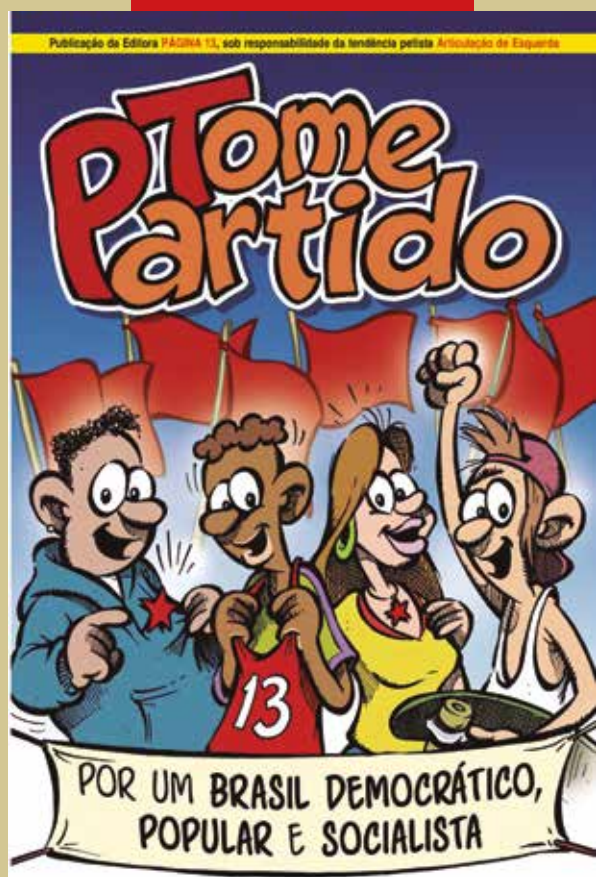
■ **Verinotio: Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas (Coltec/UFGM; GP Marxologia/CNPq)** - <http://www.verinotio.org/>

Lançada em 2004, de edição eletrônica e articulada pelo Grupo de Pesquisa Marxologia, Filosofia e Estudos Confluentes, descende dos projetos editoriais anteriores das revistas *Escrita/Ensaio* e *Ensaio*, dirigidas por José Chasin e inspiradas na ideia do retorno a Marx.

BLOG: *Marxismo21* - <http://marxismo21.org/>

JORNAL: *Le Monde Diplomatique Brasil (Palavra Livre; Instituto Polis)* - <http://www.diplomatique.org.br/>

■ PAULO DENISAR FRAGA, professor da Unifal-MG

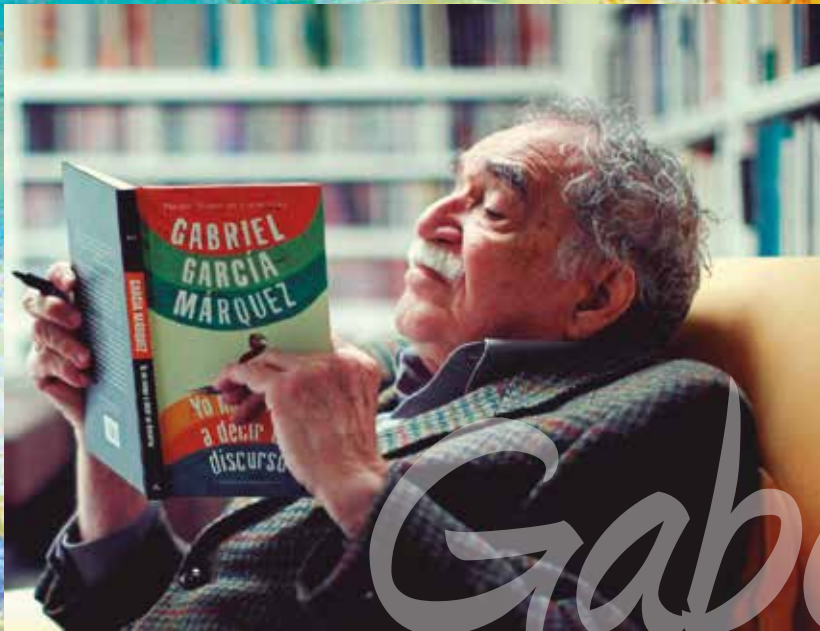


A editora Página13 preparou um **instrumento de agitação e propaganda** para ampliar a mobilização, a organização e a conscientização da juventude!



Página13
Editora

APENAS R\$ 5,00
Peça o seu através do site
www.pagina13.org.br



Yo creo que todavía no es demasiado tarde para construir una utopía que nos permita compartir la tierra

